

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANA PASCOAL DE OLIVEIRA

ENGENHO RAMOS (PAUDALHO-PE): PRESERVAÇÃO DA
MEMÓRIA E DUALIDADE DE SIGNIFICADOS.

Recife

2017

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Juliana Pascoal de Oliveira

**ENGENHO RAMOS (PAUDALHO-PE): PRESERVAÇÃO DA
MEMÓRIA E DUALIDADE DE SIGNIFICADOS.**

Trabalho de conclusão de curso como exigência para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. M.Sc. Pedro Henrique Cabral Valadares.

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4-2116

O48e Oliveira, Juliana Pascoal de.
Engenho Ramos (Paudalho-Pe): preservação da memória e dualidade de significados / Juliana Pascoal de Oliveira. - Recife, 2017. 116 f. : il. col.

Orientador: Prof. Ms. Pedro Henrique Cabral Valadares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Engenho Ramos. 3. Memória. 4. Preservação. 5. Paudalho. I. Valadares, Pedro Henrique Cabral. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2017-034)

Dedico este trabalho a Deus, que me deu e me dá forças, auxílio e proteção em todos os momentos da minha vida, e à minha família, em especial à minha mãe, pela ajuda, incentivo, amor e dedicação.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”.

(Nildo Lage)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a oportunidade de estar concluindo o Trabalho de Graduação, assim como também, o curso de Arquitetura e Urbanismo. Agradeço imensamente pelas oportunidades concedidas a cada dia, pelos livramentos que o Senhor tem me dado todos esses anos, pela vida, pelas bênçãos e graças diárias, por me proteger e me acolher nas horas que eu mais necessito. Deus Todo- Poderoso, que é Onisciente, Onipotente e Onipresente, que sabe das minhas necessidades, e me dá tudo aquilo de acordo com as Suas vontades, que me dá a oportunidade de ter mais fé em Ti a cada dia, pelas tantas vezes que eu erre e reclamei, e o Senhor sempre me concedeu uma nova chance e me mostrou que está comigo sempre, obrigada!

Agradeço à espiritualidade de luz, por estar sempre presente nas horas difíceis e por me ajudar nas horas em que eu peço socorro.

À minha família, em especial à minha Mãe, por ser uma mulher maravilhosa, guerreira, inteligente, amável, divertida e forte, e que não mede esforços para ver sua família bem. Agradeço a Deus por te ter como mãe, pela sua ajuda diária, pelos seus conselhos, as suas broncas, pela sua força e pelo seu amor. Pelas vezes que eu erre e mesmo assim, me ajudou e, sempre esteve e está ao meu lado. Que vem me auxiliando até aqui todos os anos da minha vida, e que da sua maneira, me ajudou a concluir este trabalho. Pela sua alegria em me ver bem, pela sua torcida, e por me dar forças todos os dias pra confiar no Senhor, seguir em frente e enfrentar todos os obstáculos. Mãe, eu te amo, obrigada!

Ao meu pai, meu irmão e a Paco, pela ajuda, torcida, força em todos os momentos, e por caminharem junto comigo.

Agradeço a Severino Toscano de Melo, pelas contribuições prestadas para realizar este trabalho. Sem elas, jamais teria conseguido chegar a este produto. Obrigada pelas informações fornecidas, pela disponibilidade em me ajudar em todas as horas, pela clareza nas informações, e pelo interesse e incentivo em me auxiliar.

Agradeço ao arquiteto e amigo Eduardo Freitas, pela ajuda, pelo incentivo, pelas informações prestadas, e por todas as contribuições que embasaram este trabalho.

Ao meu amigo José Edimilson, que esteve sempre pronto para me ajudar, obrigada pelas informações iniciais que deram subsídios para formular esta pesquisa

e que contribuíram para finalizá-la.

Aos meus entrevistados, em especial a senhora Bernadete, Maria Dolores, aos representantes da FUNDARPE, assim como também, a todos os usuários do Santuário de São Severino do Ramos, que tiveram a disponibilidade em me ajudar, em prestar informações potenciais e que contribuíram para tornar esta pesquisa, um produto eloquente.

À professora Winnie Fellows, pela pessoa maravilhosa que é, além de uma professora perceptiva e prestativa, obrigada pela disponibilidade, pela paciência, pelo incentivo, pelas boas ideias e pelas grandes contribuições que prestou para este trabalho.

Ao meu amigo e professor Pedro Valadares, que se dispôs a me orientar e tem me ajudado até hoje, com o seu incentivo, suas informações, suas contribuições relacionadas não somente ao trabalho, mas à vida. Obrigada pelas palavras, pela ajuda, pelas advertências, pela disponibilidade em todos os momentos para me ajudar, por todas as vezes que transbordei de felicidade ao ter o trabalho elogiado por você. Tenho absoluta certeza de que é uma pessoa que eu quero estar presente para o resto da vida. Obrigada por tudo, sem você este trabalho não teria sido realizado.

RESUMO

No decorrer dos anos, várias são as preocupações referentes à preservação do patrimônio. Preservar significa garantir e conservar bens materiais e imateriais, que façam parte do interesse cultural e que estejam inseridos na memória individual e coletiva, possuindo um significado para a sociedade. Uma vez que o patrimônio, apesar de possuir suas características e seus significados, vem entrando no esquecimento da população em consequência de novos usos, além de problemas como o abandono e degradação, faz-se necessário resgatar esta memória, assim como tudo aquilo que o patrimônio representa. A partir disso, tem-se simultaneamente num local, o antigo Engenho Ramos, hoje inoperante, situado na cidade de Paudalho – PE, que ainda é fonte de importâncias históricas, artísticas e culturais, além de suas características e peculiaridades, assim como também, o santuário de São Severino do Ramos, com as suas manifestações religiosas e culturais. No local, as edificações remanescentes do antigo engenho disputam lugar com o novo uso religioso, apesar desse último estar consolidado desde a época em que o engenho estava em operação, havendo dessa maneira, uma dualidade de significados. Em virtude disso, o antigo engenho é encoberto em meio ao novo uso religioso do sítio, assim como também, suas memórias individuais e coletivas, seja pela ausência da exposição da história do engenho, seja por critérios de intervenção. Assim, com o intuito de descobrir a importância do antigo Engenho Ramos para o local e a sua inserção no imaginário popular, a fim de resgatar a memória do engenho e preservá-lo, em consonância com o novo uso, foram descritos teoricamente, conceitos como a importância da preservação do patrimônio, da memória e dos significados atribuídos ao bem, além de suas características físicas e sua importância para a população, a partir de análises feitas ao antigo Engenho Ramos e de entrevistas com diversos atores estratégicos.

Palavras- Chaves: Engenho Ramos.memória.preservação.Paudalho.

ABSTRACT

Over the years, several concerns have been raised regarding the preservation of heritage. Preserving means to guarantee and preserve material and immaterial goods that are part of the cultural interest and that are inserted in the individual and collective memory, having a meaning for society. Once the patrimony, although possessing its characteristics and meanings, has been forgotten by the population as a result of new uses, besides problems such as abandonment and degradation, it is necessary to rescue this memory, as well as everything that the represents. From this, there is simultaneously the old Engenho Ramos, now inoperative, located in the city of Paudalho - PE, which is still a source of historical, artistic and cultural importance, as well as its characteristics and peculiarities, as well as, the Sanctuary of São Severino do Ramos, with its religious and cultural manifestations. In the place, the remaining buildings of the old sugar mill compete for place with the new religious use, although the latter has been consolidated since the time when the mill was in operation, thus having a duality of meanings. Because of this, the old mill is hidden in the midst of the new religious use of the site, as well as its individual and collective memories, either by the absence of the history of the mill or by criteria of intervention. Thus, in order to discover the importance of the old Engenho Ramos to the place and its insertion in the popular imaginary, in order to rescue the memory of the mill and to preserve it, in consonance with the new use, concepts were theoretically described as the importance of the preservation of the patrimony, the memory and the meanings attributed to the good, as well as its physical characteristics and its importance for the population, based on analyzes made to the old Engenho Ramos and interviews with several strategic actors.

Keywords: Engenho Ramos.memory.preservation.Paudalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Imagem interna do Paço Alfândega mostrando a nova intervenção em equilíbrio com a estrutura original.	33
Figura 2 - Engenho Poço Comprido, Vicência- PE e Engenho Massangana, Cabo de Santo Agostinho- PE, respectivamente.	34
Figura 3 – Imagem mostrando a Casa da Cultura- PE, externa e internamente.	34
Figura 4 - Museu do Trem, Recife- PE.	35
Figura 5 - Livraria Selexyz Dominicanen.	36
Figura 6 - Mecanismo de Roda d'água (esquerda); moenda movida à tração animal (centro); moenda de três cilindros verticais movida à água (direita).	40
Figura 7- Esquema mostrando o procedimento do cozimento do caldo nos engenhos e à direita, o “trem-jamaicano”.	41
Figura 8- Esquema mostrando os procedimentos ocorridos na Casa de Purgar.	42
Figura 9- À esquerda, suporte para os pães de açúcar e à direita, detalhe dos pães-de-açúcar.	42
Figura 10 - Esquema mostrando o método da taipa de pilão (esquerda); método de pau-a-pique (direita).	45
Figura 11 - Localização de Paudalho em relação ao Recife e São Severino do Ramos em Paudalho.	47
Figura 12- Imagens da Casa Grande dos engenhos Pindobal e Mussurepe, respectivamente, em Paudalho.	48
Figura 13 - Engenho Ramos, 1950.	49
Figura 14 - Mapa das edificações remanescentes e atuais.	55
Figura 15 - Mapa esquemático mostrando o que são as edificações.	56
Figura 16 - Esquema das áreas de comércio informal e estacionamentos.	57
Figura 17 - Igreja de Nossa Senhora da Luz.	58
Figura 18 – Imagem interna da Igreja de Nossa Senhora da Luz.	59
Figura 19 - Pintura representando a imagem de Nossa Senhora da Luz (esquerda), altar lateral direito (centro), altar lateral esquerdo (direita).	59
Figura 20 - Cemitério da família do Engenho Ramos.	60
Figura 21 - Casa das Velas.	60
Figura 22 - Sala dos ex-votos, Casa dos milagres ou Casa das almas.	61
Figura 23 - Galpões para armazenamento de objetos.	61

Figura 24 – Imagem mostrando a Casa-Grande antes (s.d.) e depois (2017).	62
Figura 25 - Fachada lateral e fachada posterior, respectivamente.	62
Figura 26 - Loja de souvenirs.	63
Figura 27 - Imagem mostrando o cruzeiro frente à igreja (esquerda); imagem atual do cruzeiro (direita).	63
Figura 28 - Antiga estação ferroviária São Severino.	64
Figura 29 - Hospedaria.	64
Figura 30 - Bares.	65
Figura 31 - Bares espalhados ao redor do local.	65
Figura 32 – Imagens da escola situada no Engenho Ramos (situação anterior e atual).	66
Figura 33 - Vestígios da antiga ponte (esquerda) e ponte atualmente sendo ocupada por comerciantes e pelo tráfego de pessoas e veículos.	66
Figura 34 - Banheiros distribuídos em torno do local.	67
Figura 35 - Residência de um dos antigos proprietários, interna e externamente. ...	67
Figura 36 - Local para banho.	68
Figura 37 - Poço.	68
Figura 38 - mercearia da Família Matias.	69
Figura 39 - Exemplos de residências dos moradores do Ramos.	69
Figura 40 - Antiga Casa de Purgar do Engenho Ramos.	70
Figura 41 - "Os milagres" da área de São Severino do Ramos.	70
Figura 42 - Mosteirinho de São Francisco.	71
Figura 43 - Imagens mostrando o comércio informal nas diferentes áreas que compõem o sítio.	72
Figura 44 - Áreas de estacionamento ao redor do local.	72
Figura 45 - Imagem mostrando a situação de precariedade em que se encontra o local em dias de festa.	73
Figura 46 - Romeiros dormindo pelas ruas e calçadas na noite de sábado anterior ao Domingo de Ramos.	74
Figura 47 - Vista aérea do santuário de São Severino do Ramos em dia de festejo.	74
Figura 48- Igreja de Nossa Senhora da Luz.	76
Figura 49- São Severino Mártir e Celebração na Igreja de Nossa Senhora da Luz.	77
Figura 50 - Romeiros no altar da igreja venerando São Severino.	78
Figura 51 - Sala lateral da igreja de acesso aos ex-votos que posteriormente, são	

colocados sobre o altar de São Severino.	79
Figura 52 - À esquerda, objetos religiosos que são comercializados no local e à direita, usuários ao longo da feira livre.	80
Figura 53 – Imagem mostrando as manchas de umidade encontradas na fachada da Casa- Grande (esquerda), da residência de um dos antigos proprietários (centro) e galpões (direita).	82
Figura 54 - Coberta de algumas edificações mostrando a estrutura.....	82
Figura 55 - Telhado de fibrocimento descaracterizando a tipologia arquitetônica primitiva	83
Figura 56 - Descaracterizações mostradas na antiga Casa de Purgar (esquerda) e os galpões utilizados atualmente como bares.....	83
Figura 57 - Cobertas de fibrocimento em frente aos imóveis da escola e residência dos moradores do Ramos.	84
Figura 58 - Entulhos de objetos e focos de cupins no interior dos imóveis.....	84
Figura 59 - Lixos e esgoto a céu aberto ao redor da área.	85
Figura 60 - Zoneamento do município de Paudalho.	88
Figura 61 - Primeira pergunta elaborada aos usuários.....	98
Figura 62 - Segunda pergunta elaborada aos usuários.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de Problemas.....	91
Tabela 2 - Tabela de Potencialidades	92
Tabela 3 - Tabela de diretrizes para Mobilidade Urbana.	102
Tabela 4 - Tabela de diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo.	104
Tabela 5 - Tabela de diretrizes para o Eixo Social.....	105
Tabela 6 - Tabela de diretrizes para Saneamento Ambiental.	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal Brasileira

CIEPS – Conjunto de Imóveis Especiais de Preservação

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPA – Setor de Proteção Ambiental

SPEC – Setor Especial do Parque Capibaribe

ZIHC – Zona de Interesse Histórico e Artístico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO.....	19
2 DUALIDADE DE SIGNIFICADOS.....	30
3 ENGENHOS DE AÇÚCAR NO NORDESTE	38
4 O ENGENHO RAMOS.....	47
4.1 Contextualização Histórica	47
4.2 O Engenho Ramos como lugar de memória.....	52
4.3 Características Físicas	55
4.4 O novo uso (O Santuário de São Severino do Ramos)	75
4.5 Estado de conservação do conjunto arquitetônico.....	81
5 DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DO ENGENHO.....	86
5.1 Problemas e Potencialidades	91
5.2 Do tombamento.....	94
5.3 Do novo uso das edificações.....	97
5.4 Diretrizes gerais	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	110
ANEXO A– Planta das terras do Ramos, cedida por Severino Toscano de Melo...	115

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as preocupações referentes à preservação do patrimônio têm alcançado proporções bastante significativas. Uma vez que vários são os perigos que ameaçam a integridade dos bens patrimoniais, preservar significa garantir e conservar bens de natureza material e imaterial, que possuem um significado social e que fazem parte do interesse cultural e da memória individual e coletiva da população.

Dentro desse contexto, soma-se a ideia de preservação, o conceito de memória que é definida como todos os acontecimentos históricos, sociais, econômicos, e que de acordo com Pollak (1992), podem ser vividos tanto de forma individual, quanto coletiva. Ainda de acordo com Pollak (1992), a memória pode ser constituída de vários elementos, como acontecimentos, personagens e lugares. A este último, tem-se a ideia de lugares de memória, que são, conforme Nora (1993), espaços que contém valor temporal e que acabam sendo venerados, fazendo parte da memória, individual ou do grupo. Já de acordo com Tomaz (2010), são lugares que quando trazidos à tona, fazem reviver sensações que foram vividas anteriormente.

Aliado ao conceito de Patrimônio tem-se o da Significância Cultural que, segundo Pedrosa (2011), caracteriza valores, sejam eles de ordem estética, científica, histórica, social, entre outras, para as gerações do passado, do presente, e para as gerações vindouras, e que estão incorporados nos lugares, referindo-se não apenas a aparência de um bem, mas a todos os elementos que o tornam significativo. Incorporado a este conceito, está o de significado, que é tudo aquilo que indica o que o lugar significa e expressa, e que conforme Pedrosa (2011) podem sofrer adaptações por causa de inúmeros fatores. Levando em consideração que os significados podem mudar ao longo dos anos, em decorrência de agentes variados, pode-se assim dizer que alguns bens ou locais, podem mudar seu significado por completo, assim como também, podem manter seu significado concomitantemente com os novos significados atribuídos.

Com base nisso, essa pesquisa teve como objeto de estudo o antigo Engenho Ramos, hoje inoperante, localizado na zona rural da cidade de Paudalho-PE, assim como também, o sítio ao qual ele está inserido. Este sítio inclui atualmente o santuário de São Severino do Ramos, nome que é dado ao local onde

ocorrem as peregrinações religiosas.

Neste sítio, as edificações remanescentes do antigo engenho disputam lugar com o novo uso religioso, cada um com as suas características e significados, apesar desse último estar consolidado desde a época em que o engenho estava em operação, havendo uma dualidade de significados.

Em contrapartida, as práticas religiosas ocorridas no santuário encobrem as edificações remanescentes do antigo engenho e denotam o esquecimento destas e, conseqüentemente, as memórias individuais e coletivas do engenho, fazendo com que a história deste se perca em meio ao santuário, seja pela ausência de critérios de intervenção, seja pela ausência da história a ser contada.

Esse projeto se justifica pelo fato de trazer à luz do conhecimento moderno a importância de conciliar dois usos em um mesmo local, de modo a manter, concomitantemente, os inúmeros significados que cada um contém, cada qual com a sua importância a fim de minimizar as perdas históricas.

O antigo Engenho Ramos teve uma grande importância para a economia brasileira e pernambucana, uma vez que ali se concentrava uma das mais importantes atividades econômicas do país, onde ocorria no local, o processamento da cana-de-açúcar e o fabrico do açúcar e seus derivados. Além disso, abarca uma significativa diversidade arquitetônica edificada, com representações de diferentes períodos históricos. Ainda, existe uma vasta experiência social vivida por pessoas que vão desde sua importância no cenário cultural e artístico do estado, como o escritor Gilberto Freyre e o jornalista Mário Mello, estes que contribuíram para tornar o Engenho Ramos um lugar de memória, até singelos usuários que contribuem a cada dia para a renovação do significado que o lugar representa, assim como também os acontecimentos vivenciados em um determinado contexto histórico-espacial que traduzem a importância das épocas passadas, os gostos, modas, costumes, entre outros. Estes são fatores que traduzem a necessidade de dar maior ênfase à preservação do sítio e de seus significados.

Nesta perspectiva, o santuário de São Severino do Ramos, além de ser palco de uma manifestação religiosa que atrai milhares de romeiros todos os anos, contempla também, práticas turísticas que tornam este local atrativo para as atividades de lazer e diversão, como o comércio informal de artigos religiosos.

Entretanto, estes mesmos atrativos comerciais e turísticos, apesar de complementar as práticas religiosas ali ocorridas, são fatores que acabam por

acobertar a existência do antigo engenho.

Este trabalho teve como objetivo geral preservar a memória do antigo Engenho Ramos, levando em consideração a sua importância no cenário econômico, além de todas as suas importantes representatividades no cenário social, cultural, arquitetônico e artístico. Além deste, teve-se como objetivos específicos:

- Criar diretrizes para a preservação da memória do antigo Engenho Ramos, uma vez que suas edificações, assim como também, o entorno no qual elas estão inseridas, encontram-se em estado de abandono e degradação e carecem de infraestrutura adequada, contribuindo para o melhoramento do local, priorizando o bem-estar dos usuários;
- Compreender qual o valor histórico e econômico que o antigo Engenho possui, assim como também, os atores sociais que fizeram e continuam renovando a importância do lugar;

Os procedimentos metodológicos adotados foram:

- Aplicar questionários aos usuários do santuário para averiguar se o antigo Engenho Ramos se encontra inserido na memória dos usuários e visitantes;
- Fazer um levantamento fotográfico com o intuito de esquematizar as edificações, separando-as entre as novas e as remanescentes do antigo engenho, assim como também, situar os pontos de comércio, bares, estacionamentos, entre outros;
- Analisar o estado de conservação que as edificações apresentam mostrando alguns danos e patologias encontradas, não somente nas edificações como na área como um todo;
- Consultar a legislação do município a fim de averiguar se o mesmo cumpre com as suas diretrizes propostas;

A elaboração deste trabalho caracterizou-se também pela pesquisa bibliográfica, o que, segundo Marconi e Lakatos (2009), abrange todas as bibliografias públicas referentes ao tema estudado, como livros, publicações, teses, monografias, pesquisas, entre outros. Com base nisso, buscou-se analisar as bibliografias referentes aos assuntos relacionados desta pesquisa, como patrimônio, preservação, memória, engenhos de açúcar, entre outros temas abordados. Esta

pesquisa apoiou-se em teses, monografias, dissertações e livros.

Em relação à pesquisa de campo, esta se deu de duas maneiras: a exploratória e a descritiva. Segundo Gil (2010), a primeira tem a intenção de proporcionar maior familiaridade com o problema, de modo a deixá-lo mais explícito e a segunda, que se refere à descrição das características de determinada população podendo ser realizadas com o intuito de identificar as relações entre variáveis.

Além desta, a pesquisa documental que, segundo Marconi e Lakatos (2009), tem como característica a coleta de dados através de documentos, sejam eles escritos ou não, contribuiu com informações relevantes para o conhecimento do engenho e suas características. Dentro deste contexto, a pesquisa se apoiou em documentos de arquivos públicos, como leis, relatórios e exames, e fontes não escritas como fotografias.

Ainda, foi elaborada entrevista padronizada e semiestruturada, em que o pesquisador e o entrevistado têm total liberdade para perguntar e responder, respectivamente, sem obedecer a um roteiro estabelecido. Estas entrevistas foram realizadas com atores estratégicos como representantes de órgãos públicos, conhecedores e familiares ligados ao objeto desta pesquisa.

E finalmente, foi realizado um questionário com os usuários do local a fim de identificar se estes possuem o objeto de estudo inseridos na memória individual e coletiva, e também, qual o interesse que estes possuíam para propor novos usos para as edificações abandonadas.

Primeiramente, no capítulo 1 deste trabalho, abordam-se os conceitos de patrimônio, memória, preservação e usos, a fim de fornecer uma base teórica pertinente.

No capítulo 2, foram descritos os conceitos de Significância Cultural e Significados, aliados ao conceito de Patrimônio, com o intuito de mostrar que uma mesma edificação pode ter um ou mais significados e estes, podem perfeitamente coexistir de maneira harmônica.

Em seguida, no capítulo 3, foram explicitadas as características referentes aos engenhos de açúcar e as suas contribuições no cenário brasileiro e pernambucano, assim como também as características de implantação dos engenhos, e ainda, o modo de fabrico do açúcar, com o intuito de mostrar a importância histórica e cultural que estes possuem.

No capítulo 4, foi descrito de forma empírica, o objeto de pesquisa deste

trabalho, abordando sua contextualização histórica, mostrando as principais informações referentes ao local; suas características físicas, descrevendo informações sobre as edificações existentes; o novo uso religioso, no caso o Santuário de São Severino do Ramos e as suas particularidades; o Engenho Ramos como um “lugar de memória”, conceito este que segundo Pollak (1992), que são aqueles ligados à lembrança vivida em determinado lugar; e por fim, o estado de conservação das edificações existentes, mostrando as suas patologias e danos ocasionados pela falta de preservação.

Por fim, no capítulo 6, em que mostra algumas justificativas para a preservação do sítio, são analisados os problemas e as potencialidades do local com o intuito resolver os problemas mais ativos no sítio, e potencializar aquilo que torna o local um atrativo. Em seguida, foram propostas diretrizes divididas em três segmentos: o tombamento, como uma maneira de assegurar legalmente a proteção dos bens; o uso das edificações onde foram implantados questionários com o intuito de identificar se os usuários têm o Engenho Ramos como um lugar de memória e descobrir qual uso eles gostariam que as edificações possuíssem; e por último, diretrizes gerais de preservação da área em si, estruturando-se em 4 eixos: Mobilidade Urbana, Uso e Ocupação do Solo, Eixo Social e Saneamento Ambiental, a fim de propor medidas para o melhoramento da área, resgatando a memória do Engenho Ramos e potencializando o Santuário de São Severino do Ramos, simultaneamente.

Assim, ao analisar os princípios teóricos e empíricos deste trabalho, buscou-se identificar qual a importância de se preservar um engenho de açúcar, suas características e particularidades, trazendo conceitos teóricos específicos, identificando a dualidade de significados num mesmo local, analisando se este engenho especificamente repousa sobre o imaginário da população como um lugar de memória e abordando suas características físico-espaciais, além das legislações pertinentes. Buscou-se responder então a seguinte assertiva: Em que medida é possível preservar a memória do antigo Engenho Ramos, assim como também, suas edificações e seu entorno, simultaneamente com as práticas religiosas já consolidadas do santuário de São Severino do Ramos, de forma a não interferir nas características e significados atribuídos a ambos? Esta é a questão central a ser abordada na pesquisa proposta.

1 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

O conceito de patrimônio, inicialmente, era associado aos bens e propriedades de família transmitidos como herança de geração em geração. “Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo [...]” (CHOAY, 2006, p. 11).

De acordo com (ROCHA, 2012), o patrimônio não se enquadra apenas na definição de herança, referindo-se conjuntamente aos bens que foram produzidos no passado. Esses bens fornecem informações de grande importância a respeito de como a sociedade e o lugar no qual este patrimônio está inserido se comportavam, sendo uma informação significativa para a construção do sentimento de pertencimento e ligação da sociedade às suas origens.

Choay (2006) nos ensina que, em outra época, os bens do patrimônio representado pelas edificações eram considerados sinônimos de monumentos históricos, deixando de ser a partir da década de 1960 apenas uma herança do patrimônio. Anteriormente, na primeira Comissão dos Monumentos Históricos, que se deu no ano de 1837 na França, os monumentos foram classificados em três segmentos: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Depois disso, a mesma autora, segundo Oliveira (2012), aponta que o Patrimônio, na Idade Média, possuía um teor mais lírico, sentimental e romantizado.

[...] Tanto pela Igreja, em nome das humanidades e das artes, como também pelos intelectuais humanistas: italianos, que despertavam certos entusiasmos pelas construções históricas da Antiguidade. Porém, é entre os séculos XVII e XVIII em que floresce um conteúdo mais complexo à noção de antiguidade. Surgem os antiquários, eruditos e colecionadores, que percorrem diferentes regiões e territórios em busca de artefatos que pudessem ser contemplados, por vezes, pela simples beleza artística que os mesmos possuíam e ofereciam a seus detentores (OLIVEIRA *apud* CHOAY, 1996, p. 61).

Entretanto, logo após a Segunda Guerra Mundial, Choay (2006) nos mostra que este conceito sofreu uma evolução e nos diz que:

[...] o número de bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados,

santuários e utilitários foram anexadas, sob novas denominações: arquitetura *menor*, [...]; arquitetura *vernacular* [...]; arquitetura *industrial* [...]. enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casa e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra “a lista” do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO (CHOAY, 2006, p. 12).

Com o passar do tempo, surgiram diversas preocupações em relação à permanência dos monumentos e no século XIX, a França começou a pensar na sobrevivência de seus edifícios. Dessa forma, o conceito de patrimônio passou a ser um instrumento de interesse coletivo, o que fez com que surgissem debates em torno do assunto. Oriundas destes debates surgiram as Cartas Patrimoniais, que são documentos resultantes de encontros que visavam à proteção do Patrimônio. São instrumentos, sem função legislativa, mas que auxiliam os profissionais e técnicos oferecendo embasamento teórico sobre o tema.

De fato, ao analisar as Cartas Patrimoniais, observa-se que, primeiramente, a Carta de Atenas (1931) traz a ideia de proteção dos monumentos de forma isolada, com o objetivo de guardar aqueles que possuíam interesse histórico e artístico. É necessário perceber que o conceito de monumento se dá, numa primeira análise, como algo isolado, e que as primeiras manifestações em torno desse assunto vão evoluindo ao longo dos anos, ampliando-se esta definição, tornando-a mais abrangente, incluindo a ideia de paisagem, dos sítios históricos e artísticos e da cidade. A Carta de Atenas (1931) e a Carta de Atenas (1933) traziam alguns princípios para a proteção do entorno dos bens de forma superficial, quando diz que se deve “respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 02).

Posteriormente, a Recomendação de Paris (1962) abrangia a ideia de paisagens, de modo a proteger a beleza e o caráter destas, “estendendo à beleza e caráter das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos” (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962, p. 02). Quando se trata de sítio, tem-se a noção de Sítio Histórico, como sendo locais que possuem experiências vividas num contexto temporal passado ou presente, vividas seja de maneira individual ou em grupo e que estão inseridas dentro de uma paisagem natural ou aquelas construídas pelo homem.

Posteriormente, a Carta de Veneza (1964) expande o conceito de patrimônio,

numa amplitude muito mais abrangente, entendendo-se, em contraposição à Carta de Atenas, não só como uma obra isolada, mas também, ligado aos sítios urbanos ou rurais.

Artigo 1º- A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano e rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 02).

Já a Norma de Quito (1967) traz recomendações para adequação e conservação dos monumentos e sítios históricos. Em relação à Recomendação de Paris de Obras Públicas e Privadas de 1968, a ideia norteadora é de que os bens culturais são todos os testemunhos e realizações do passado e que fazem parte da personalidade dos povos aos quais estão inseridos. Traz a definição de bens culturais e do quanto é imprescindível preservá-los, seja por sua importância histórica ou artística. Considera que o desenvolvimento social e econômico deve estar ligado à preservação dos bens culturais; do papel dos governantes em assegurar a proteção dos bens culturais e ainda, que a população tem um papel fundamental na garantia e respeito aos bens patrimoniais. Em seguida, a Carta de Burra (1980) orienta para a conservação e gestão dos sítios com significação cultural, reconhecendo que há a necessidade de incluir a perspectiva das pessoas nas decisões patrimoniais. Além destas, várias outras cartas foram criadas, advindas de encontros constituídos por especialistas e órgãos que atuam nas questões patrimoniais, com o intuito de dar conceitos e diretrizes referentes à preservação dos bens, assim como também, abordar conteúdos como conservação, manutenção e restauro. Por fim, a Carta de Petrópolis (1987) afirma que é imprescindível a integração de órgãos federais, estaduais e municipais, assim como também, a participação da sociedade nas questões da preservação do patrimônio.

Devido às alterações semânticas sofridas pelo termo patrimônio, autores como Café (2007) abordam este conceito dentro de uma nova temática. Para ele, patrimônio não está associado apenas à ideia de posses e sim àquilo que uma sociedade pretende passar para que as gerações futuras tomem conhecimento da cultura primitiva. Neste contexto, tem-se o patrimônio como um “conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória colectivas, a preservar e transmitir às gerações

vindouras” (FRIER *apud* CAFÉ, 2007, p.21). Entretanto, apesar dessa definição ser bastante pertinente, Café (2007) mostra que ainda faltam alguns aspectos característicos que elucidam este conceito, entendendo-se o Patrimônio Cultural como:

O património cultural inclui não só a herança cultural de cada povo que se manifesta pelas expressões «mortas» como os locais arqueológicos, os monumentos arquitectónicos relevantes pelos estilos que mostram ou pelos eventos passados que evocam, enfim objectos artísticos e também de valor histórico hoje em desuso, mas também pelos bens culturais actuais, tangíveis e intangíveis, novas formas de artesanato englobando a assimilação local de novas tecnologias, as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências actuais (BARROS *apud* CAFÉ, 2007, p.22).

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 define o patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

De acordo com o IPHAN, a definição de patrimônio, ao ser ampliada pela Constituição Federal, sobre o Decreto- Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, passando a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro, determina que constitui-se como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2014). Lemos (2006) afirma que o patrimônio compreende inúmeros segmentos, sejam eles de ordem natural, histórica, ambiental e edificada e que todos estes fazem parte apenas do chamado Patrimônio Cultural. Ao estudar as reflexões de Hugues de Varine-Boham (1975), mostra que esse autor divide o Patrimônio Cultural em três vertentes: a primeira retrata os elementos referentes ao meio ambiente e a natureza; a segunda refere-se ao conhecimento, ao saber fazer, as técnicas, compreendendo todas as capacidades antropológicas; e a terceira reúne os bens culturais, sejam

estes objetos, artefatos e construções feitas pelo homem, através da junção entre o meio ambiente e da técnica do saber fazer.

Segundo Café (2007) entende-se Patrimônio Cultural como sendo,

[..] todos os bens (a nível histórico, arqueológico, arquitectónico e linguístico), sejam eles herdados ou criados, são testemunhas civilizacionais e, por isso, são portadores de interesse cultural. O património cultural é o espelho de valores de memória, de autenticidade e singularidade, integrando neste contexto os bens intangíveis que representam partes da identidade e memória de uma comunidade. Em suma, inclui-se no património cultural todos os bens tangíveis ou intangíveis, dotados de valor próprio, relevantes para o testemunho da identidade, cultura e história de cada comunidade. (CAFÉ, 2007, p. 22)

A partir da definição de patrimônio cultural e fazendo uma análise sobre as definições que abordam este conceito, entende-se que todos os bens, sejam eles históricos, artísticos, arquitetônicos, entre outros, sejam estes bens naturais, ou aqueles construídos pelo homem, são elementos de interesse cultural, pois fazem parte da cultura de um povo, e têm atrelado a eles valores, memórias individuais e coletivas, e que representam uma importância valorativa para a sociedade. Neste caso, pode-se dividir o patrimônio em material e imaterial, sendo o primeiro, constituído por bens materiais imóveis, que são os monumentos, edifícios, sítios arqueológicos, entre outros, e móveis, que são objetos como mobiliário, utensílios, documentos, entre outros, respectivamente; e o segundo constituído por bens imateriais como danças, músicas, costumes, entre outros.

Entende-se como bens culturais, segundo Lemos (2006), “toda produção humana, material e imaterial, e também a natureza, que propicie o conhecimento e o entendimento do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”. Ou seja, tudo aquilo que faz parte da cultura humana, sejam artefatos, objetos, edifícios, monumentos, que contribuíram para a construção da história do homem, e que tiveram uma importância, um valor histórico e cultural, seja individual ou coletivamente, e que dessa forma, proporcionam ao ser humano o conhecimento da sua própria história e garantia da perpetuação da memória.

É relevante destacar que inicialmente, de acordo com Lemos (2006), a preocupação com o patrimônio vinda dos órgãos governamentais era mínima, limitando-se apenas ao interesse de colecionadores, pessoas em particular com empatia às coisas históricas, museus, galerias de arte, entre outros, que

conservaram os vários objetos e monumentos.

Em relação aos perigos que rodeiam os monumentos, Dvorák (2008) alerta para o valor que o patrimônio histórico e artístico possui e a importância de protegê-lo. Os perigos que ameaçam os monumentos, e que ainda perduram de forma considerável, têm origem nos seguintes itens: na ignorância e na negligência, quando exemplifica que no passado queimavam-se documentos que teriam uma importância significativa ou eram utilizados como embrulho de objetos. Porém, essa situação mudou de perspectiva, visto que ao longo dos anos houve uma mudança na concepção da sociedade sobre a importância no que se refere aos monumentos. A ideia da preservação afirma o autor, não é apenas uma questão de conhecimento, mas também, de consideração pelo passado e boa vontade: “[...] Trata-se, no entanto, de uma questão de educação geral do espírito e do caráter” (DVORÁK, 2008, p. 69).

Além disso, a negligência também provoca grandes prejuízos aos monumentos. Frequentemente, vários objetos como antigas pinturas, estátuas, entre outros, são guardadas em despensas e locais fechados e ficam à mercê de diversos agentes, como ferrugens ou umidade, que contribuem ainda mais para a degradação dos objetos antigos. Como exemplo disto, temos a quantidade significativa de igrejas e imóveis que são consumidos por danos como fungos, umidade, fissuras e outros ocasionados pela falta de atenção e pelo descaso para com os monumentos.

Aquilo que, por simples considerações econômicas, não se tolera em uma semiorganizada administração domiciliar, ocorre frequentemente nas casas de Deus, onde não se dá um passo no sentido de preservar contra a ruína e destruição construções e obras de arte figurativa que não exercem mais as funções para as quais foram criadas. Também isso é um descumprimento de deveres injustificável (DVORÁK, 2008, p. 72).

Já na ótica da cobiça e na fraude, o autor mostra que os monumentos eram destruídos para que os materiais fossem aproveitados para outras finalidades, como por exemplo, objetos ou ornamentos de ouro que faziam parte das igrejas eram derretidos para serem reaproveitados, situação que ainda ocorre, porém, de forma menos frequente e numa escala bem menor pois, se chegou à conclusão de que seria mais vantajoso do ponto de vista econômico, se as peças forem vendidas a colecionadores, comerciantes ou amantes da arte, seja pelo intuito realmente do

lado artístico, seja por vaidade ou enaltecimento.

Outra característica, não menos significativa, é a de que se destruíam as obras de arte devido às ideias equivocadas sobre a noção de progresso. Obras de arte ainda são destruídas sobre o pretexto de considerá-las como velhas ou ainda que não acompanham às exigências da sociedade atual.

É certamente verdade que casas antigas são muitas vezes não apenas desconfortáveis, mas também anti-higiênicas. Obviamente, não é inevitável e tampouco inteligente derrubá-las uma após outra por esse motivo, uma vez que, sem muito sacrifício, é possível adequá-las aos critérios de conforto e higiene necessários. Além disso, muitas vezes elas apresentam vantagens que as novas construções jamais, ou apenas com custos muito elevados, poderiam possuir. [...] Não se pode questionar que seja possível equipar uma nova construção obedecendo às mesmas prioridades das casas antigas; sem dúvida, não é necessário reconstruir essas casas, mas elas podem ser mantidas, realizando-se as adaptações pertinentes. O que é válido para uma casa vale, também, para uma cidade inteira (DVORÁK, 2008, p. 76).

Ainda, outra ameaça à destruição dos antigos monumentos é a busca pelo embelezamento. Dvorák (2008) exemplifica as igrejas que têm, muitas vezes, seus ornamentos substituídos por novos objetos industrializados, o que tem como consequência a destruição e venda de objetos de importante valor histórico ou obras de arte para pessoas abastadas e admiradores da arte. Além disso, uma das justificativas para defender esse tipo de “falso embelezamento”, conforme afirma o autor, é de que atende o gosto da população ou que a ornamentação anterior já não era mais tão atrativa ou significativa quanto a nova.

Ao analisar a abordagem feita pelo autor, verifica-se que os perigos do falso embelezamento e a questão do progresso, atualmente, estão bastante interligados visto que o progresso e as novas tecnologias se incorporaram na vida e no dia a dia das pessoas, e que mais e mais, as inovações tecnológicas vão atendendo aos anseios da sociedade, deixando de lado aquilo que é considerado simples e antigo e que não atende mais aos desejos sociais.

Além dos perigos anteriormente citados, as obras que não exercem mais as funções sociais para as quais foram criadas correspondem a grandes ameaças a integridade do bem. Um dos fatores que mais contribui para a preservação de edifícios históricos é a atribuição de um uso, visto que o abandono gera a degradação das obras arquitetônicas. Choay (2006), afirma que “A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um

destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio” (CHOAY, 2006, p. 219).

Novos usos são estimulados pelos órgãos de preservação, amparados em seus estudos técnicos, mas também pelas teorias especializadas na temática do patrimônio, material ou imaterial. Lemos (2006), por exemplo, assinala a necessidade de manter edifícios históricos em uso constante como meio de possibilitar sua conservação e conseqüente preservação da memória do lugar e da sociedade como um todo, desde que o novo uso seja compatível com esses objetivos. Ainda determina que a intervenção em edifícios arquitetônicos sempre esteve atrelada à adequação das necessidades contemporâneas. No entanto, muitas dessas intervenções não ocorreram de forma apropriada, causando perdas irreparáveis.

O teórico Alois Riegl (1858-1905) destacou a importância do uso, esclarecendo que “a ausência de uma função pode comprometer a integridade do bem” (RIEGL *apud* Rodrigues, Camargo, 2010, p.144). Posteriormente, de acordo com o artigo 5º da Carta de Veneza (1964), define-se que:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 02).

A partir disso, evidencia-se a importância da destinação do uso para as edificações, com o intuito de preservar não apenas o bem evitando a degradação e mantendo a memória viva sobre o mesmo.

Assim sendo, a ideia de preservar o patrimônio histórico das cidades não deve servir apenas como um meio de tentar “resgatar” um passado e uma “felicidade” que se perdeu, isto é, preservar não serve para alimentar uma simples nostalgia, mas sim manter um diálogo entre passado e presente como um suporte das identidades individuais e coletivas de uma sociedade. Compreender a preservação do patrimônio é conhecer a história e a memória suscitadas a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio, e a preservação dos chamados lugares de memória, deve possuir um sentido para a coletividade, ou seja, o patrimônio histórico deve ter um papel social, e não servirem apenas de exaltação dos nomes daqueles que os construíram. E por isso o estudo desses lugares pode/ deve ser significativo para a construção de saberes históricos (ROLIM, 2010, p. 9).

Diante das causas apontadas como o perigo aos monumentos conjuntamente

com a definição do que é o patrimônio e seu papel como um agente expressivo da cultura, preservar o patrimônio cultural significa garantir e conservar bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural, que possuem um significado para a sociedade ao qual está inserido. Desta forma, se torna mais fácil assegurar que a sociedade atual e as gerações futuras conheçam a sua própria história.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural (LEMOS, 2006, p. 28).

Neste contexto, preservar tudo aquilo que for significativo dentro da diversidade do acervo do Patrimônio cultural significa a garantia da memória social. Entende-se que memória, de acordo com Pollak (1992), deve ser compreendida, a princípio, como um fenômeno individual, algo relativamente íntimo e próprio de si. Ressalta ainda, baseado em alguns teóricos, que a memória não faz parte apenas do imaginário individual, mas também do coletivo e do social.

O conceito de memória está intimamente ligado ao de história, pois, para contar uma história é preciso se lembrar dos fatos acontecidos. A memória é dinâmica, está sempre em mudança enquanto que a história se desenvolve de modo incompleto, pois nem sempre são encontradas informações que comprovem os acontecimentos.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1993, p. 9).

Na visão de Pollak (1992), a memória se constitui por vários elementos, sendo eles:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 201).

Acontecimentos coletivos se traduzem também àqueles que não foram vividos pelas próprias pessoas ou grupos. Isso significa dizer que acontecimentos, histórias, fatos sociais e econômicos que tiveram uma importância para o grupo e que marcaram uma geração ou uma sociedade, pode ter impacto direto na memória, mesmo se terem sido vividos. Segundo Pollak (1992), podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.

Ainda Pollak (1992), além dos acontecimentos, a memória se constitui por personagens e lugares. Personagens que podem ser tanto individuais quanto coletivos, que tiveram ou não uma importância para o grupo ou para a sociedade e personagens que não necessariamente fizeram parte do tempo ou espaço presente, mas que contribuíram para a elaboração de uma memória. Já os lugares, podem ser ligados a uma lembrança de importância pessoal ou coletiva. Esses lugares de memória, conceito defendido por Nora (1993), seriam espaços que contém certo valor temporal e que acabam sendo venerados, fazendo parte da memória, seja de forma individual ou em grupo, o que faz com que o grupo possua um sentimento de pertencimento, trazendo assim a ideia de identidade cultural.

Dando mais ênfase ao conceito de lugar de memória, Tomaz (2010), traz os lugares de memória como sendo aqueles que quando trazidos à tona, fazem reviver sensações e emoções anteriormente vividas.

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p. 02).

Para Oliveira (2002), um dos papéis reservados à história é o estudo da memória relacionada com a preservação do Patrimônio histórico já estabelecido, independente da concepção de história que o determinou como tal. Rolim (2013) reproduz o entendimento deste autor sobre Nora:

Fazendo uma análise acerca da visão de Pierre Nora, Oliveira destaca que a memória fica enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem no objeto, e desse modo é possível afirmar que o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial é sustentáculo de memórias, e como tal incorpora fragmentos e sentimentos experienciados socialmente pelo indivíduo e a coletividade em espaços e tempos determinados (OLIVEIRA, 2002: 27). Concordamos com a visão dos autores, mas achamos necessário ressaltar que a memória preservada por intermédio de bens patrimoniais preservados nem sempre é tão significativa para o grupo que convive em seu entorno, quanto o é para o grupo que a estabeleceu como tal, ou seja, para as instâncias de poder que dominam essa comunidade política e intelectualmente [...] (ROLIM, 2013, p. 04)

Para os objetivos dessa pesquisa, serão utilizados os conceitos de **patrimônio cultural**, entendido como o conjunto de bens, sejam eles de ordem material ou imaterial, que representam a cultura de um povo, sendo esses bens, arquitetônicos, linguísticos, objetos, artefatos, entre outros e o de **memória**, sendo todos os acontecimentos, sejam eles históricos, sociais, econômicos, vividos tanto individual, quanto de forma coletiva, e que é lembrado no imaginário do homem. Além disso, o patrimônio cultural será entendido como local de memória, conforme visão de Rolim (2013), que apesar de concordar com a visão de Nora e de Oliveira, pondera que a memória preservada através de bens patrimoniais preservados, nem sempre é tão significativa para o grupo que com ela convive quanto para as instâncias de poder que dominam essa comunidade. É preciso, portanto, que seja avaliada essa memória junto aos grupos que convivem com o bem patrimonial. Toda a pesquisa empírica será desenvolvida à luz dessa compreensão.

2 DUALIDADE DE SIGNIFICADOS

Ao abordar o campo do Patrimônio Cultural, verifica-se que muitos são os elementos que compõem este conceito. Dentre estes, destaca-se o da Significância Cultural, termo que caracteriza os valores que um bem patrimonial possui e os inúmeros significados que a ele se integram e que foram atribuídos pelos atores ou grupos sociais de diferentes categorias. Definem-se atores sociais como os usuários que possuem vínculo com o bem, sejam eles moradores, técnicos, visitantes, especialistas, entre outros. Diante disso, conceitua-se significância como:

Significância cultural é definida como o termo que exprime valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes ou futuras e está incorporada no próprio lugar, na sua fábrica, ambiente, uso, associações, significados, registros, lugares e objetos relacionados. Refere-se não apenas à fábrica ou à aparência de um bem cultural, mas a todos os elementos que contribuem para informar porque ele é significativo, com o contexto em que se encontra, sua história, usos e valores sociais e espirituais (PEDROSA,2011, p.103).

Este conceito tem sofrido várias adaptações e tem sido bastante discutido ao longo dos anos. Primeiramente, segundo Pedrosa (2011, p.104), “sua origem acontece com a mudança de ênfase da preservação arquitetônica de edifícios americanos”, passando da valorização dos edifícios pelos fatos históricos e personagens de grande importância, para os valores culturais que os mesmos possuem e o ambiente ao qual estão inseridos. Segundo Magalhães (2012), o conceito de significância cultural, em arquitetura, não é visto apenas pelas suas características arquitetônicas, físicas ou estéticas, mas também, atrelado aos significados e valores os quais são atribuídos pelos grupos sociais nos variados meios sociais, econômicos e políticos.

As primeiras discussões referentes à Significância Cultural iniciaram, segundo Lins (2014), a partir dos anos 1960 com a Carta de Veneza (1964), quando discorre que a noção de monumento histórico se aplica a todas as grandes criações, sejam elas monumentais ou modestas, e que tenham adquirido, ao longo do tempo, uma **significação cultural**. Ao abordar esta questão, nota-se que a construção da significância cultural é pautada em torno das relações destes objetos com os sujeitos concomitantemente com a progressão do tempo.

Portanto, significância cultural está atrelada ao valor, seja este histórico,

social, estético, entre outros e que está vinculada ao lugar e aos significados que aquele lugar transpassa para os diversos atores sociais envolvidos. Este termo não está ligado apenas ao conjunto arquitetônico, mas ao contexto ao qual está inserido, a história, aos usos que possui. Este termo foi resultado de mudanças nos objetivos referentes à conservação dos bens culturais, dando ênfase não apenas ao conjunto arquitetônico, mas também, aos significados para as pessoas.

Apesar disso, a Carta de Veneza aborda o conceito de significância de forma breve, sendo apresentado mais profundamente com a Carta de Burra (1980), a qual aborda elementos como conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e uso com o intuito de preservar as características de um bem que apresente uma significação cultural, no qual determina, no artigo 1º, entre suas orientações que:

O termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence". [...] "o termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras (CARTA DE BURRA, 1980, p.1).

Segundo Magalhães (2012), baseado nos conceitos de autores como Hidaka (2011) e Muñoz Viñas (2005), aborda que o conceito de conservação de um bem patrimonial, dentro do panorama da significância cultural, está atrelado ao da sustentabilidade, e afirma que é a sustentabilidade que contribui para o entendimento do futuro da conservação. Como afirma Magalhães (2012), ao abordar essa noção de conservação ligada ao da sustentabilidade, os objetivos de se conservar são manter as características físicas e materiais e os significados que são atribuídos ao sítio.

Esse tipo de conservação é entendida aqui como uma conservação sustentável, aquela que consegue sustentar a ligação entre as gerações passada, presente e futura, mantendo o registro dos significados e valores do passado, para que estes possam ser interpretados no presente; e transportando os significados e valores do presente, para que esses também possam ser interpretados no futuro (ZANCHETTI *apud* MAGALHÃES, 2012, p.20).

O autor nos mostra que além da significância cultural, diversos fatores contribuem para a conservação dos sítios históricos, como por exemplo: os aspectos sociais como a participação da comunidade, a preservação ou reutilização de

edifícios que estão em degradação, além das questões relacionadas às infraestruturas inadequadas, entre outros.

Incorporado como um dos elementos pertencentes à definição do termo significância cultural, encontra-se o conceito de **significado** que define-se como: “os significados indicam o que o lugar significa, indica, evoca ou expressa, estando relacionados com aspectos intangíveis tais como qualidades simbólicas e memórias” (PEDROSA, 2011, p.17). Além disso, é importante mencionar que os significados podem sofrer adaptações de acordo com determinados fatores. Magalhães (2012) afirma que “atualmente, se tem em mente que ao longo do tempo os valores e os significados podem sofrer transformações fruto do contexto sociocultural do lugar” (MASON, CLAVIR apud MAGALHÃES, 2012, p. 25).

Visto que os significados podem sofrer inúmeras alterações ao longo dos anos, e que essa mudança pode ocorrer de forma considerável devido a diversas razões, sejam elas políticas ou socioeconômicas, pode-se dizer que alguns monumentos são capazes de mudar completamente o seu significado e seu uso original recebendo uma nova aplicação ou manter o significado antigo simultaneamente com o atual. Neste último caso, vários edifícios sofreram esse tipo de transformação, como o Shopping Paço Alfândega em Recife, por exemplo. O prédio foi construído em 1732 e instalado na área do antigo Porto do Recife que, durante 100 anos, passou a abrigar o Convento dos padres da Ordem de São Felipe Néri (também conhecido como Convento dos Oratorianos).

Posteriormente, a partir de 1826, passou a operar a sede da Alfândega de Pernambuco e, tempos depois, com a mudança do porto para o local atual, foi doado à Santa Casa de Misericórdia, sendo utilizado como armazém e estacionamento. O edifício foi restaurado depois de um longo período de degradação e transformado em um ponto comercial e cultural de grande importância para a cidade com as suas características arquitetônicas mais relevantes ainda preservadas e de forma aparente. Nesse contexto, verifica-se a dualidade dos significados atuais do shopping em que convivem harmonicamente, dois estados temporais distintos, sem o intuito aparente de priorizar uma época ou uma característica em detrimento a outra, como mostra a figura a seguir:

Figura 1- Imagem interna do Paço Alfândega mostrando a nova intervenção em equilíbrio com a estrutura original.



Fonte: Melhores Destinos. Disponível em: (<https://guia.melhoresdestinos.com.br/paco-alfandega-108-2124-l.html>). Acesso em: 02 de Outubro de 2017.

Outro exemplo é o Engenho Poço Comprido, em Vicência, que foi restaurado e abriga hoje um museu. De acordo com a reportagem do Jornal do Comércio, de 15 de Março de 2014, o engenho não possui móveis na Casa Grande e nem máquinas ou qualquer outra peça, abrigando apenas sujeira, morcegos e mau cheiro nos cômodos.

Além deste, o Engenho Massangana que fica localizado no Cabo de Santo Agostinho, foi restaurado e hoje também exerce a função de museu, com sala para palestras e audiovisual. A casa-grande do engenho foi o local onde morou Joaquim Nabuco e hoje conta a história dessa figura ilustre a todos os visitantes. A Casa Grande, que é do século XIX, possui 765 metros quadrados e está sob a administração da Fundação Joaquim Nabuco. Vários objetos como espelhos, relógios, móveis entre outros decoram a sala, embora alguns desses móveis não tenham pertencido ao próprio Joaquim Nabuco, servindo como complemento para a compreensão do contexto de seu antigo morador. A seguir, imagens dos engenhos Poço Comprido e Massangana, respectivamente:

Figura 2 - Engenho Poço Comprido, Vicência- PE e Engenho Massangana, Cabo de Santo Agostinho- PE, respectivamente.



Fonte: Jornal do Comércio e Fundação Joaquim Nabuco. Acesso em: 04 de Outubro de 2017.

A título de exemplo, encontra-se a Casa da Cultura, situada no centro do Recife, local onde funcionou, durante 118 anos, a Casa de Detenção. Possuía uma área construída de 8.400 m² e 6.000 m² de pátio externo. As obras foram iniciadas em 1850 e finalizadas no ano de 1867, porém, o edifício foi inaugurado em 1855. Com a planta em formato de cruz, possui três pavimentos que convergem para um salão central. Devido à superlotação das celas, que chegavam a abrigar oito presos quando as celas só suportavam até três, e um contingente total de mil presos, a ideia de transformar o prédio para abrigar um centro de artesanato foi colocada em prática. Atualmente, as antigas celas do prédio abrigam lojas de artesanato de todo o estado de Pernambuco, e ainda lojas de roupas, lanchonetes, livrarias, entre outros, como mostra a imagem a seguir:

Figura 3 – Imagem mostrando a Casa da Cultura- PE, externa e internamente.



Fonte: Cultura- PE. Disponível em: (<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/casa-da-cultura/>). Acesso em: 29 de Novembro de 2017; Panoramio. Disponível em: (<http://www.panoramio.com/photo/81471096>). Acesso em: 29 de Novembro de 2017.

Ainda no Recife, a antiga Estação Central Capiba foi reaberta em 2014 e funciona como mais um equipamento cultural do Recife, abrigando o Museu do Trem, inaugurado em 1972 e considerado o primeiro do Brasil e o segundo da

América Latina. Atualmente, conta com a exposição Chegada e Partida – A Memória do Trem em Pernambuco, com mais de 500 peças das estações de trem de todo o estado. A exposição conta a história ferroviária de Pernambuco, como mostra as imagens a seguir, exhibe as inovações tecnológicas trazidas com a Revolução Industrial, além das relações tempo e espaço, passado e presente que envolve as ferrovias e ainda, objetos como apitos, bilheterias, locomotivas, relógios, entre outros.

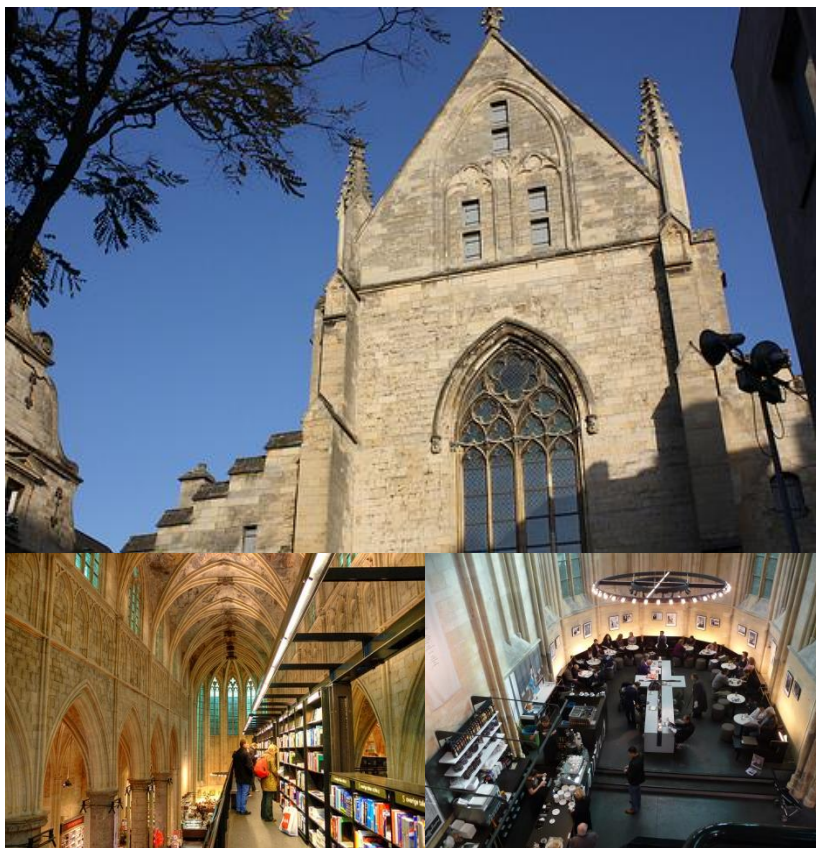
Figura 4 - Museu do Trem, Recife- PE.



Fonte: Cultura-PE. Disponível em: (<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museudotrem/>). Acesso em: 29 de Novembro de 2017;

A mudança de uso de edificações tradicionais, com consequente alteração de significados, também ocorre em outros países, pois as mudanças pelas quais as sociedades passam ocasionam também transformações urbanas em acordo com novas demandas. Um dos exemplos disso é a igreja Dominicana de Maastricht, localizada no sul do Holanda, que começou a ser construída no ano de 1260, em estilo gótico. No século XIX, seus serviços religiosos foram suspensos e a edificação passou por diversos usos como bares, casas de show, escola, estoque do exército e arquivo da prefeitura. Em 2006, a igreja foi restaurada, como pode ser observado nas imagens seguintes, para abrigar a livraria Selexyz Dominicanen, considerada como uma das mais belas livrarias da Europa. No lugar do altar, funciona uma loja da *Coffeelovers*, marca de café artesanal. A mesa coletiva possui um formato de cruz, que também é o local onde ocorrem os eventos culturais da livraria como exposições, debates, entre outros.

Figura 5 - Livraria Selexyz Dominicanen



Fonte: Muito mais que um livro. Disponível em: <https://muitomaisqueumlivro.wordpress.com/2015/10/26/livraria-selexyz-bookstore-maastricht-holanda/>. Acesso em: 27 de Outubro de 2017.

Diante desses exemplos, nota-se que existem várias maneiras de preservar um monumento, seja restaurando e mantendo seu uso original, seja atribuindo novos usos aos imóveis ou conciliando os usos com os antigos e novos significados que ele pode ter.

O estudo do patrimônio era realizado por especialistas que determinavam o que seria considerado patrimônio, porém, com a expansão do conceito, grupos de cidadãos, profissionais de áreas distintas, além de novos grupos ligados ao tema, uniram-se aos especialistas para contribuir com a temática da conservação, utilizando seus próprios critérios, opiniões e valores. Magalhães (2012) afirma que nem todos os atores sociais contribuem da mesma forma na hora de analisar os valores atribuídos ao bem e afirma ainda, que “[...] o significado dos objetos é determinado através de mecanismos subjetivos”. Afirma ainda que quanto mais pessoas estão de acordo sobre os significados de conservação atribuídos a um objeto, maior importância este objeto terá. Ainda, diferentes atores sociais podem ter

diferentes visões dos significados ao longo do tempo. Esta avaliação depende de quem está avaliando e ainda, dos momentos históricos ou geográficos que um bem patrimonial pode se relacionar (MANSON *apud* MAGALHÃES, 2012, p.27).

Os engenhos têm uma importância altamente expressiva, pois, os inúmeros significados que eles possuem, foram essenciais para a construção da economia no período colonial brasileiro, em especial, no Nordeste do país, e também por consistirem em uma importante fonte cultural do período, com seus métodos de produção, os objetos utilizados para a fabricação do açúcar, sem falar dos aspectos arquitetônicos e suas peculiaridades que os tornaram emblemáticos na histórica e identidade nordestinas, como se verá no capítulo seguinte.

3 ENGENHOS DE AÇÚCAR NO NORDESTE

Como unidade produtora, o engenho colonial possuía terras para cultivo e manufatura de açúcar, produto este que protagonizou uma fase de ascensão da economia brasileira do século XVI a meados do século XIX. O açúcar era considerado uma especiaria pelo seu alto valor no mercado, fazendo parte da mesa apenas das famílias mais abastadas da sociedade brasileira.

Inicialmente, os portugueses não estimavam a colônia brasileira como um local economicamente vantajoso devido à expectativa frustrada de encontrar metais preciosos. Apesar disto, colonizar as terras era um dos artifícios para consolidar-se na nova colônia a fim de tirar maior proveito sobre a terra. As ocupações não estavam ligadas à ideia de residir no local e ali se estabelecer como uma nova sociedade e sim, incentivar a produção para proporcionar lucros ao mercado europeu.

Os portugueses do século XVI encontravam-se em dificuldades econômicas e as suas viagens, mais do que aventuras, pareciam tentativas desesperadas de encontrar uma solução para seus prejuízos comerciais que, como tal, não representavam a desgraça para a coroa, mas a colocavam numa ciranda muito característica de uma atividade comercial em crise (SILVA, 2007, p. 25)

O Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco, foi destaque internacional como produtor de açúcar, possuindo condições favoráveis para a implantação deste sistema. Pernambuco foi uma das primeiras e das mais importantes capitanias hereditárias do Brasil colônia.

É que Pernambuco oferecia condições que o colocavam como melhor habilitado a produzir o açúcar, a mercadoria tropical que encontrava maior demanda na Europa; condições de clima – quente e úmido com duas estações bem pronunciadas durante o ano, uma seca e outra chuvosa -, de solos – aluviais de massapê e aluviais de barro vermelho -, a posição geográfica – localizava-se a menor distância de Lisboa que qualquer outra capitania -, a existência de portos naturais protegidos pelos recifes de arenitos e o estabelecimento de um governo forte e dinâmico com a doação feita pelo rei ao experimentado Duarte Coelho Pereira (ANDRADE *apud* SILVA, 2007, p.47).

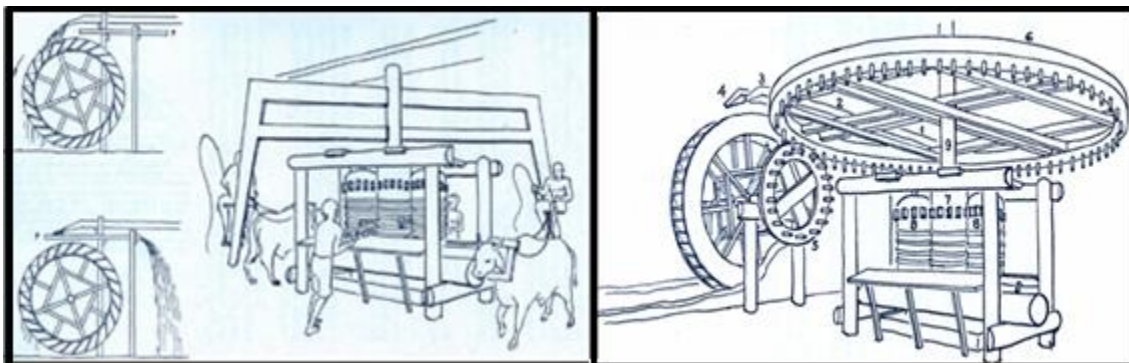
Como consequência da cultura agrônômica, os primeiros engenhos foram instalados para obtenção do açúcar, processo de produção que compreende etapas que vão desde o plantio da cana até a purificação e comercialização.

Em Pernambuco, mais precisamente na Zona da Mata, houve a predominância da cultura da cana de açúcar, uma vez que, segundo Silva (2007), dentre as regiões do território pernambucano, era a mais auspiciosa para a implantação do sistema açucareiro devido aos aspectos geográficos e climáticos, mais favoráveis do que as outras regiões do estado pernambucano. Esta região concentrava, além de altos índices pluviométricos, a maior parte dos rios, sendo o último, um fator determinante para a implantação dos engenhos. Além disso, a Zona da Mata possuía uma alta densidade de vegetação, o que contribuía para o consumo da madeira para as fornalhas dos engenhos. De acordo com Costa (1983), em Pernambuco havia 254 engenhos em 1707 e 276 no ano de 1750, fato que comprova a consolidação da cultura da cana de açúcar na região.

Devido às excelentes terras que o estado possuía, sendo estas de massapê ou barro vermelho, portanto, úmida e viscosa, era dispensável o emprego de técnicas mais refinadas para o plantio da cana, até mesmo nos processos posteriores de fabricação, o que perdurou por muitos séculos, pois, segundo Silva (2007), a cana permitia até quatro safras sem que fosse necessário o replantio. A colheita da cana ainda continua sendo praticada de maneira arcaica com a utilização de instrumentos rústicos como a foice e o facão.

Processos como irrigação, drenagem e utilização de adubos não fizeram parte da agricultura de cana-de-açúcar em Pernambuco até o século XIX. Na manufatura do açúcar, a moenda de três cilindros verticais foi o instrumento mais empregado e que “barateou os custos da implantação das fábricas e determinou o rendimento dos engenhos” (MELLO apud SILVA, 2006, p. 33). Segundo Silva (2007), em relação aos mecanismos de produção, os que mais predominaram foram os de rodas d’água e da tração animal, este último movimentado por bois ou cavalos sendo um trabalho lento e custoso em detrimento ao primeiro, que proporcionara maior rendimento, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 6 - Mecanismo de Roda d'água (esquerda); moenda movida à tração animal (centro); moenda de três cilindros verticais movida à água (direita).



Fonte: ZAKON, 2004.

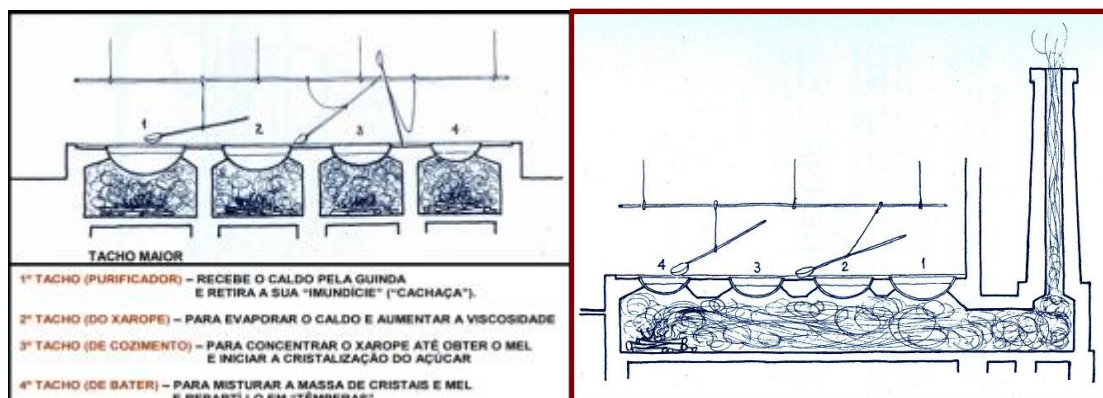
Nem todos os proprietários possuíam condições de escolher terras que detinham água para represá-la e implantar os engenhos, apenas aqueles que chegavam à frente e tinham o privilégio de escolher os seus sítios. Os tipos de engenho que existiram em Pernambuco e sua implantação variavam de acordo com o meio e com as posses dos seus proprietários.

A capitania de Pernambuco [...] tem duas povoações; a principal se chama Olinda, a outra Guarassu [...] tem vinte e três engenhos dassucre [de açúcar], posto que, destes, três ou quatro não são ainda acabados. Alguns moem com bois; a estes chamam trapiches, fazem menos assucre que os outros; mas a maior parte dos engenhos do Brasil mói com água (GANDAVO *apud* SILVA, 2007, p.37).

No Brasil, os avanços tecnológicos no processo de moenda da cana-de-açúcar somente viriam a aparecer no século XIX, com a instalação da máquina a vapor que, apesar de ser uma novidade para o meio fabril, não foi adotada em grande escala inicialmente. A instalação do primeiro engenho movido a vapor data de 1817 e em 1854 eram 5 engenhos contra 101 movidos à água e 426 a animais.

Após o processo de manufatura da cana de açúcar, o caldo era cozido em tachas de cobre aquecidas por um fogo de lenha, processo rústico que só veio sofrer modificações a partir do século XIX, com a implantação da fornalha contínua ou "trem jamaicano", como mostra a imagem seguinte:

Figura 7- Esquema mostrando o procedimento do cozimento do caldo nos engenhos e à direita, o “trem-jamaicano”.

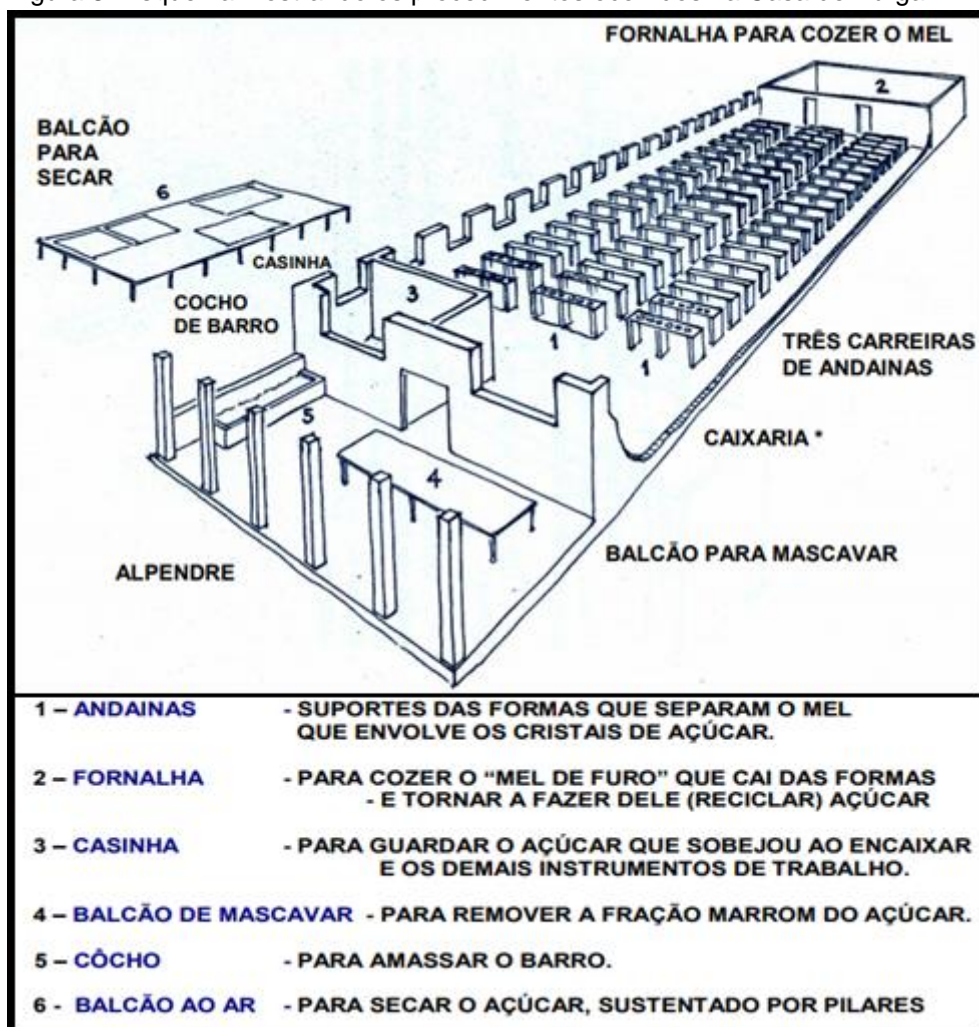


Fonte: ZAKON, 2004.

Este procedimento constava em uma fornalha com o mesmo número de bocas que a anterior, porém, o fogo estava embaixo apenas de uma das bocas, que passava para as outras através de um túnel que diminuía de diâmetro até chegar à chaminé. A chaminé por sua vez, tornou-se um marco na paisagem de Pernambuco, tanto pelo efeito visual que ela possuía, quanto pela sua significância em relação ao processo fabril, pois a fumaça que saía da chaminé era sinal de que o engenho já havia começado a moer. Este método fez com que houvesse uma economia considerável de lenha, alcançando o mesmo rendimento.

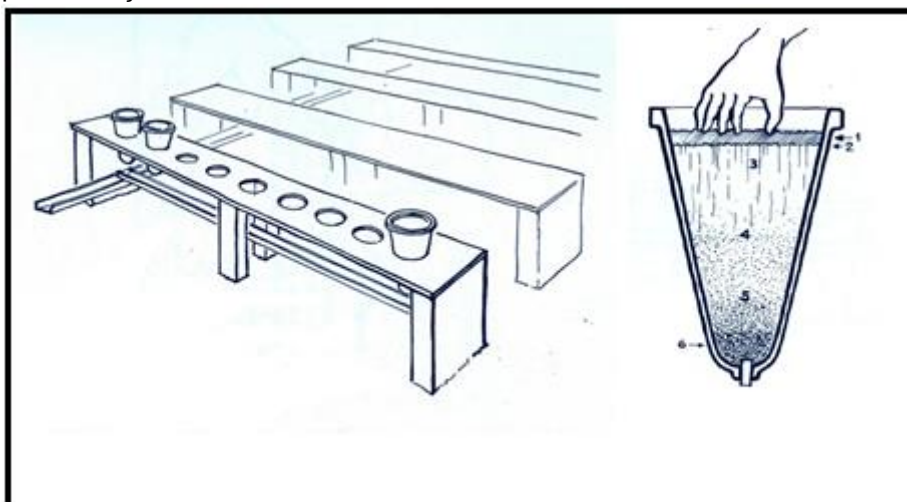
De acordo com Silva (2007), em seguida, a fase mais importante da produção era a purga, que consistia em adicionar o caldo, em forma de mel cozido, em formas chamadas pães. Estas formas eram feitas de barro e possuíam um formato semelhante ao de cones que eram colocados sobre os chamados andaimes de madeira. Estes andaimes possuíam orifícios que serviam para acomodar os pães e estes, possuíam um furo no fundo, local por onde escorria o mel durante alguns dias. A seguir, esquema mostrando os procedimentos da Casa de Purgar:

Figura 8- Esquema mostrando os procedimentos ocorridos na Casa de Purgar.



Fonte: ZAKON, 2004.

Figura 9- À esquerda, suporte para os pães de açúcar e à direita, detalhe dos pães-de-açúcar.



Fonte: ZAKON, 2004.

Depois disso, o açúcar era separado de acordo com sua qualidade, sendo, de acordo com Silva (2007), o mais valioso o branco e menos o mascavado e ficavam secos ao sol. Posteriormente, o açúcar era embalado em caixas de madeira e transportados para a comercialização. Os engenhos que estavam situados às margens do rio utilizavam o transporte fluvial para a comercialização da cana-de-açúcar. Aqueles situados à uma maior distância dos rios faziam o transporte da cana no lombo dos bois ou em carros de bois.

Com a construção das ferrovias, em meados do século XIX, determinou-se o aumento na comercialização do açúcar produzido nas áreas rurais e transportados pelos trens de carga para o Recife, de onde seria exportado. Segundo Silva (2007), o traçado para a implantação da ferrovia foi determinado segundo desejos políticos e econômicos, sem levar em consideração a viabilidade para a implantação da ferrovia. Em cima disto, o estabelecimento das ferrovias seguiu a geografia dos engenhos proporcionando assim, maior facilidade para o transporte do produto.

Apesar de a ferrovia ter beneficiado as terras com o aumento da produção, os pequenos senhores de engenho começaram a protestar por causa dos altos custos dos fretes até as estações e os fretes ferroviários, o que encarecia a produção ficando muitas vezes insustentável para manter um engenho. Muitos se beneficiaram com o sistema ferroviário, porém, os que não conseguiram manter seu engenho em atividade, foram envolvidos pelas usinas e logo se associaram como fornecedores de cana, abandonando a sua produção (SILVA, 2007, p. 45).

Dentre as principais instalações que compunham um engenho destacam-se a casa-grande, a capela, a moita e a senzala. Em relação à implantação das edificações no local, segundo Silva (2007), não se percebia um padrão a ser seguido, porém, a fábrica se localizava predominantemente na parte mais baixa do terreno, para que houvesse um aproveitamento da água do rio para a movimentação da roda d'água, quando o engenho era movido desta forma. No nível mais elevado, ficava a casa grande, residência do senhor de engenho e sua família, de modo a garantir a visualização das atividades que estavam sendo exercidas no engenho. Já a capela podia ser encontrada no mesmo nível da casa grande ou acima dela, possuindo um significado mais simbólico para as práticas religiosas. Em relação à casa dos escravos, a senzala, não havia uma referência específica para sua construção ou implantação.

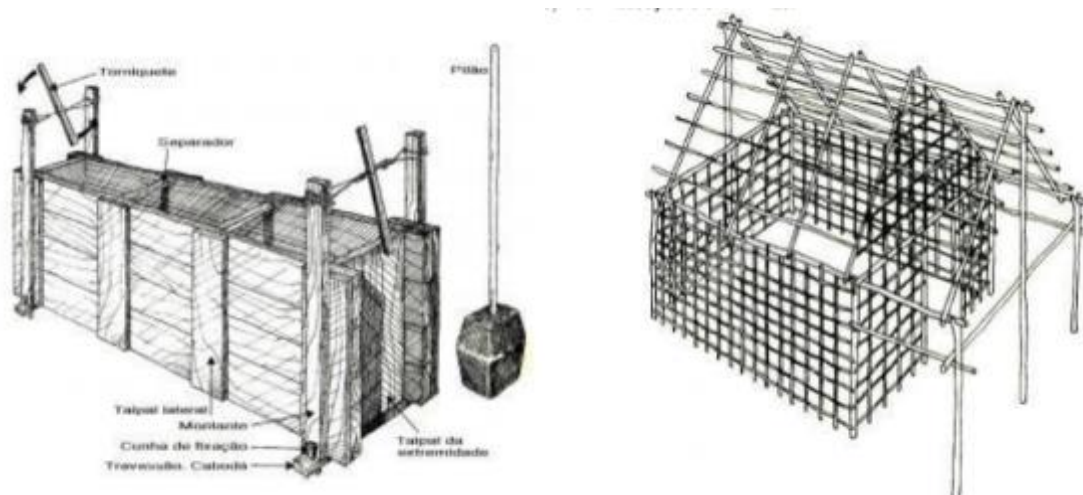
Para os sistemas construtivos que eram utilizados nas edificações dos engenhos pernambucanos, Silva (2007) destaca que os materiais de construção europeus tinham uma grande facilidade de serem encontrados ou fabricados em Pernambuco e que, no século XVI, havia uma preocupação maior com a construção dos edifícios que compunham a fábrica, em detrimento às construções voltadas para moradia. Além dos materiais encontrados como a madeira, por exemplo, havia a utilização contínua do tijolo. As olarias destes engenhos fabricavam não somente a forma para a produção do açúcar, mas também telhas e tijolos.

Além disso, de acordo com Colin (2010), os materiais utilizados para as construções era o adobe, que consistia em uma lajota feita de barro colocada sobre uma forma de madeira e postas para secar a sombra e ao sol. Para obter maior resistência e durabilidade, utilizavam-se fibras vegetais ou estrume de boi adicionado à massa e depois disso, as lajotas eram cobertas com argamassa, esta última composta por cal e areia ou de barro. Outro material utilizado eram os tijolos cerâmicos, estes que diferiam do adobe pelas suas dimensões mais compactas e por serem cozidos em fornos a altas temperaturas. Além deste, a pedra utilizada em fortificações, igrejas, ou construções oficiais pela sua resistência, era também empregada nos engenhos. Dentre as que eram mais utilizadas, Colin (2010) destaca para as pedras calcárias, arenitos ou pedra de rio e granitos. As paredes tinham a espessura em torno de 0,60 a 1,00 m, pois as pedras possuíam tamanho variável. Já a pedra de cantaria consistia na pedra lavrada na qual as pedras se ajustavam umas sobre as outras de maneira precisa sem a utilização de argamassa, muitas vezes com peças metálicas.

Conforme Colin (2010), no Brasil, esse tipo de material era apenas utilizado em partes mais importantes do edifício como nas soleiras, pilastras, portais, janelas, pois este material possuía um alto custo e necessitava de mão de obra especializada para a sua aplicação. Empregavam-se também materiais como a taipa de pilão, que consistia em amassar o barro com um pilão colocado dentro de formas de madeira. Este método era bastante utilizado, segundo Colin (2010), pois havia a abundância de sua matéria prima que era o barro vermelho, além de sua durabilidade e facilidade de execução. Além deste, a técnica de pau-a-pique consistia em uma estrutura de peças de madeira, composta por peças horizontais e verticais, estas últimas enterradas no solo. Além desta, têm as pedras de cantaria mais resistentes e geralmente utilizadas, segundo Silva (2007), em construções

urbanas, como na imagem seguinte:

Figura 10 - Esquema mostrando o método da taipa de pilão (esquerda); método de pau-a-pique (direita).



Fonte: Colin, 2010.

Apesar dos edifícios se situarem dentro de um mesmo terreno, as edificações se davam de forma isolada, o que significava que os sistemas construtivos empregados poderiam variar, embora o sistema de pau-a-pique fosse o mais comum. Contudo, nos edifícios da fábrica e em casas de senhores de engenho mais abastados, empregou-se a alvenaria de tijolo. Havia construções mistas nas quais a alvenaria de pedra e a alvenaria de tijolos era utilizada em conjunto. De acordo com Silva (2007), a alvenaria de pedra era mais utilizada para a construção das capelas dos engenhos, tendo em vista que os aspectos religiosos detinham mais atenção. Além destes materiais, o ferro também chegou a ser utilizado a partir do século XIX, principalmente em colunas e grades nos alpendres das edificações.

Em decorrência de vários aspectos, a cultura da cana-de-açúcar, na primeira metade do século XIX, perdeu sua posição no cenário econômico. O açúcar que era considerado um produto caro e que fazia parte da mesa de poucos, tornou-se um produto corriqueiro e acessível. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, muitos senhores de engenho se deslocaram para lá, o que ocasionou, em muitos casos, o abandono dos engenhos de açúcar do litoral. Outro fator que contribuiu para o declínio gradativo da produção açucareira foi, segundo Silva (2007), o fato de que o Brasil deixou de ser o principal fornecedor de açúcar perdendo sua posição para o Haiti. Além disso, os preços no mercado internacional sofriam constantes variações

fazendo com que, muitas vezes, o preço do açúcar despencasse.

Na década de 1660, a produção de açúcar atingiu seu auge, mas a expulsão dos holandeses logo demonstrou ser uma vitória. Os holandeses, assim como muitos cristãos novos que os seguiram, levaram para as Antilhas o conhecimento adquirido em Pernambuco. Sob o domínio holandês, inglês e francês, as “ilhas açucareiras” do Caribe competiram com o Brasil na produção de açúcar.

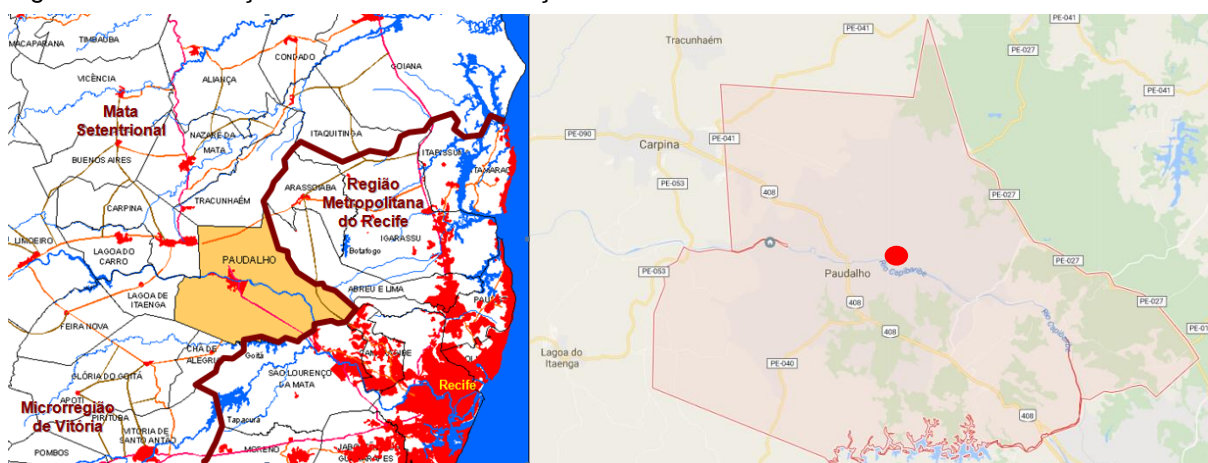
Aos poucos, os mercados do Noroeste da Europa se fecharam ao açúcar brasileiro, que perdeu outros mercados e desvalorizou-se. No entanto, o final do século XVII não significou o fim do “ciclo do açúcar” no Brasil. No litoral produtor de açúcar, as fazendas não entraram em total declínio. A expansão dos engenhos foi bastante reduzida e em consequência disso, o preço do açúcar sofreu várias oscilações. Porém, conforme Silva (2007), a produção brasileira se manteve estável. O açúcar continuou a dominar a economia e a sociedade das capitanias do Nordeste, e muitos engenhos estavam ainda, operantes em suas funções de produção. No capítulo seguinte, será apresentado um exemplo de engenho, o Engenho Ramos, situado na Zona da Mata de Pernambuco, com as suas características e peculiaridades.

4 O ENGENHO RAMOS

4.1 Contextualização Histórica

O santuário de São Severino do Ramos está localizado no município de Paudalho, Zona da Mata Norte pernambucana, a uma distância de 44 km da capital Recife. Segundo a FUNDARPE (2011), abriga o considerado 2º maior centro de romaria do Nordeste, estando este situado nas terras do antigo Engenho Ramos, localizado em uma área rural do município, a 3 km do centro da cidade. Na imagem abaixo, a localização do município em relação à Região Metropolitana do Recife e dos municípios vizinhos e também, o seu perímetro territorial.

Figura 11 - Localização de Paudalho em relação ao Recife e São Severino do Ramos em Paudalho.



Fonte: Plano Diretor de Paudalho (2002) e Google Maps (2017).

Segundo Araújo (1990), a denominação do nome Paudalho advém do fato de que nas margens do Rio Capibaribe, num lugar chamado Itaíba, local onde hoje abriga a Ponte do Itaíba, existiam árvores que exalavam cheiro característico ao do alho. As primeiras ocupações no território de Paudalho ocorreram por volta de 1591, promovidas por padres franciscanos, os quais reuniram índios tabajaras que residiam no local formando um aldeamento chamado de Miritiba. Nesta aldeia nasceu o índio Poti, batizado Felipe Camarão, herói da luta contra a ocupação holandesa. O primeiro registro é do Engenho Mussurepe (Muçuré), instalado em meados de 1630. Na primitiva aldeia indígena estabeleceu-se o Engenho Aldeia, de propriedade de Bartolomeu de Holanda Cavalcânti em 1660. O povoado de Paudalho surgiu no entorno do engenho Paudalho, de propriedade do português Joaquim Domingos Teles. A partir daí, formaram-se vários engenhos ao redor das

terras ocupadas, como o Engenho Paudalho, que deu origem à cidade (ARAÚJO, 1990). Em 1811, foi fundada a *Vila do Pao de alho*, sendo elevada à categoria de cidade em 1879.

Ainda Araújo (1990), o município possuía em torno de 58 engenhos até o século XIX, com crescente produção açucareira, sendo o Engenho Pindobal o último a produzir açúcar, na metade do século XX, como mostra as imagens a seguir:

Figura 12- Imagens da Casa Grande dos engenhos Pindobal e Mussurepe, respectivamente, em Paudalho.

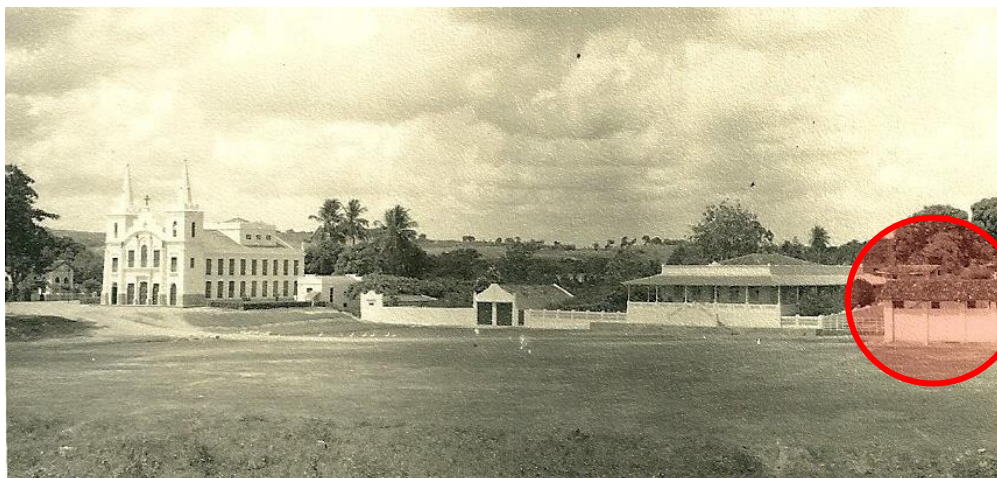


Fonte: Prefeitura de Paudalho, (s.d.).

Com o contínuo crescimento da atividade açucareira, vários outros engenhos se formaram ao redor das terras da cidade. Entre eles, destaca-se o Engenho Ramos, local que abriga o santuário de São Severino do Ramos, cujos primeiros registros datam de 1761, quando o local era conhecido como povoação Ribeira de Paudalho, na freguesia de São Lourenço da Mata, e administrado pelo então proprietário Capitão Alexandre Correa (MARINHO, 2008).

De acordo com Severino Toscano de Melo, um dos herdeiros dos proprietários do engenho, o engenho Ramos possuía uma casa de purgar, já demolida, local onde o açúcar era branqueado, separando-se do açúcar mascavo (mais escuro) do açúcar de melhor qualidade e depois posto para secar, localizada ao lado da casa grande, apontada pelo referido herdeiro na imagem a seguir:

Figura 13 - Engenho Ramos, 1950.



Fonte: Acervo de Severino Toscano, s.d.

Nas disposições atuais do que sobrou do antigo engenho, não se podem verificar algumas das instalações primitivas comuns nos engenhos tradicionais, como a senzala, inexistente neste local, visto que pode ter sido demolida ou entrado em estado de ruína, ocasionando o seu desaparecimento, restando apenas a casa-grande, a capela, e parte da casa de purgar, destacada na figura 13.

Segundo informações históricas cedidas em entrevista pelo senhor Severino Toscano de Melo, por meio de conversas com o seu pai Cláudio Pinheiro Toscano de Melo (um dos proprietários das terras juntamente com os irmãos Jaime e Augusto Toscano de Melo), o proprietário das terras do Ramos, em meados do século XIX, era Urbano José de Mello¹, este, avô paterno do historiador e jornalista Mário do Rêgo Mello, do senhor Severino Toscano do Rêgo Mello (avô do entrevistado o qual recebeu nome semelhante) e tio avô do escritor Gilberto de Melo Freyre. Urbano José de Melo comprou as terras de um primo, as quais iam do Rio Capibaribe até o Pico de Miritiba, perto de Aldeia. As terras foram desmembradas, dando origem aos Engenhos Macacos e Itaboraí.

Segundo Severino Toscano, depois da morte da esposa de Urbano, em torno de 150 hectares de terras da sede do Engenho Ramos passaram para os sobrinhos do mesmo. No ano de 1906, a antiga capela foi ampliada pelo sobrinho de Urbano conhecido por “Seu Chiquinho” e as terras que foram herdadas por ele, tempos depois, foram passadas para as suas irmãs Calu, Marocas e Rosalina (as duas

¹ O sobrenome Mello, passou a ser usado com um “l” apenas, depois da Reforma Ortográfica de 1911, que dizia que tinha como principais mudanças, a redução das consoantes dobradas (ou geminadas), exceto as *rr* e *ss*.

primeiras mencionadas por Gilberto Freyre em seu livro e anteriormente citadas). O senhor Severino Toscano do Rêgo Mello passou a morar nas terras do Ramos e fez um trato com Calu e Marocas, de que cuidaria delas e das terras do Ramos quando chegasse à velhice e em troca, venderia as terras por um preço diminuto. Entretanto, Severino Toscano faleceu antes mesmo de adquirir as terras do Ramos passando para a sua esposa Ana Pinheiro Ramos do Rêgo Melo (Nita), filha do Senador Pinheiro Ramos.

Os bens foram distribuídos entre os filhos de Ana Pinheiro: as filhas receberam dinheiro ou casas no centro de Paudalho, e os filhos ficaram com o Ramos que foi dividido em três propriedades: o “Engenho Ramos” que seriam as terras em volta da sede, ficou para Jaime Pinheiro Toscano de Melo, a “propriedade Ramos” que incluía a casa-grande, a igreja, a escola e parte da área frequentada pelos romeiros, ficaram para Cláudio Pinheiro Toscano de Melo e o “Sítio da Plataforma”, área que abrange da linha do trem e o Capibaribe, desde a entrada principal até o Riacho do Quatorze ficaram para Augusto Pinheiro Toscano de Melo (ANEXO A). Anos mais tarde, Augusto Pinheiro comprou o Sítio do Lajedo, Jaime Toscano vendeu a sua propriedade e desde que Cláudio e Augusto faleceram em 1985 e 1992, respectivamente, a responsabilidade das terras que restaram (a propriedade do Ramos, o Sítio da Plataforma e o Sítio do Lajedo), está sob as inventariantes dos espólios de Cláudio e Augusto.

Devido ao fato de que a produção da cana de açúcar já não era mais um atrativo econômico tão viável, o engenho se tornou inoperante, em 1924, como afirma Marinho (2008). Segundo o relato de um dos moradores da cidade de Paudalho e antigo comerciante de São Severino do Ramos, o senhor chamado Lula Matias afirma que, nos últimos anos de operação, o engenho funcionava apenas para a extração da cana, a qual era levada para a Usina Mussurepe, localizada próximo àquela área. Além disso, Severino Toscano mencionou que os proprietários, além de vender a cana para a Usina Mussurepe, foram plantadas também, laranjas naquelas terras. Tempos depois, Jaime Toscano passou a fornecer a cana para as Usinas São José e Petribú.

Atualmente, as terras do Engenho Ramos são de propriedade privada e pertencem ao senhor Jaime Pinheiro Toscano de Melo (espólio), representado por Flávia de Melo Mousinho. No ano de 2011, foi realizado o pedido de tombamento por parte da Prefeitura de Paudalho para o Sítio Histórico de São Severino do

Ramos. A justificativa para o tal pedido se deu sob o pretexto de que o local recebe uma quantidade enorme de pessoas na época de peregrinação e, além disso, a população paudalhense se orgulha deste patrimônio. Posteriormente, a FUNDARPE realizou um exame técnico para o tombamento do local, deferido em 27/07/2011, porém, segundo informações dos responsáveis pelo órgão, sem continuidade ao processo. Dentro deste contexto, foi realizado um memorial descritivo topográfico delimitando um polígono de tombamento de todo o sítio.

Os relatos existentes sobre a área ao qual o engenho pertence estão muito mais ligados à existência do santuário ou como se iniciaram as primeiras manifestações religiosas no local. Pouco se sabe sobre informações referentes ao antigo Engenho Ramos devido ao fato de que entrou em declínio no ano de 1924, apenas pelos depoimentos de Gilberto Freyre, em seu livro, pelas informações referentes à ligação do jornalista Mário Mello ao engenho, e de Severino Toscano de Melo, além de alguns moradores e visitantes mais antigos do local, que contribuem para esclarecer algumas informações e, ainda, obter certo conhecimento do objeto de estudo desta pesquisa, e que torna o Engenho Ramos como um lugar de memória, conforme será visto no capítulo seguinte.

4.2 O Engenho Ramos como lugar de memória

Pollak (1992) afirma que a memória é constituída por vários elementos, entre os quais estão os acontecimentos, sejam estes vividos individualmente ou em grupo, as pessoas ou personagens, que são encontradas ao longo da vida e, finalmente, os lugares de memória, que são aqueles ligados à lembrança vivida em determinado lugar. Estes locais podem ser aqueles de infância ou, ainda, locais que marcaram a vida das pessoas pelos acontecimentos ocorridos. Esta expressão é utilizada por Nora (1993) para retratar certos espaços e temporalidades que ficaram cristalizados. Os lugares de memória têm um importante significado, representando um papel de suma importância na memória individual e também na memória coletiva, aquela que é comum a um grupo, e faz com que o grupo se sinta parte do lugar. Segundo Tomaz (2010), ao trazer uma série de lembranças de um passado, mesmo longínquo, esse lugar é capaz de produzir e fazer reviver sentimentos e sensações.

Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p. 02).

Diante disso, vale ressaltar que o Engenho Ramos, com as suas edificações e todo o sítio que o contempla, é considerado um lugar de memória e faz parte do imaginário coletivo dos diferentes usuários que ali frequentam. O engenho se identifica com este conceito primeiramente pela importância que o sistema agrônomo da cana de açúcar possuiu e a sua relevância econômica, histórica e social para o país, a salientar o caso do Nordeste, local em que o plantio e a produção de cana de açúcar se deram de forma mais ativa.

Segundo Marinho (2008), o engenho Ramos é o local onde o sociólogo Gilberto Freyre passou parte de sua infância, a partir de 1909. Esta passagem de Freyre no antigo Engenho Ramos se encontra em um relato que ele mesmo registrou em seu livro *Pessoas, coisas e animais* (1981), aonde assinala a importância das histórias vividas pelo autor na sua infância.

Alguém aludiu há pouco ao fato de que, menino de sete ou oito anos, teria eu ido do Recife ao interior de Pernambuco visitar a igreja de S. Severino do Ramo[...] Conheci a igreja de S. Severino do Ramo – o então “Rei dos Santos” do Brasil (Bahia acima, é claro, e

respeitados os direitos de N. Sr. Do Bonfim) durante a longa temporada que passei no engenho do mesmo nome, pertencente aos meus parentes Souza Mello. [...] Seguimos para S. Severino, perto de Pau- d' Alho, depois da morte da nossa avó materna. [...] Não faltavam a S. Severino nem rio, nem mata, nem cavalos, nem negros velhos dos quais fomos logo aprendendo toadas que ainda hoje sabemos de cor” (FREYRE, 1981, p. 18).

Freyre relata, ao desenvolver do texto, as experiências vividas durante sua estadia no engenho, experiências estas que ficaram enraizadas na sua memória. De acordo com Le Goff (1990), a memória contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela dá a capacidade ao homem de atualizar as suas impressões e, dessa forma, a história se eterniza na mente humana. Dentro desta temática, várias são as impressões que Gilberto Freyre obteve do seu tempo de infância, como no relato a seguir:

A casa-grande está ainda de pé. E lá continuam a viver, velhinhas, mas ainda fortes, as duas Souza Mello, senhoras do S. Severino da nossa meninice: nossas primas Calu e Marocas. Calu sempre magra; Marocas sempre gorda. [...] Em S. Severino do Ramo nossa meninice se familiarizou com a vida de engenho. Vimos fazer mel e açúcar, tudo explicado aos nossos olhos arregalados pelos primos velhos; bebemos garapa; e os banhos de rio nos pareceram melhores que os da Caxangá. [...] Os passeios a cavalo eram, porém, a grande aventura. Passeios curtos, em cavalos pequenos, nanicos, quase do tamanho de carneiros, já nossos conhecidos velhos; e assim mesmo com um ou dois moleques de lado. Passeios longos, os meninos à garupa das pessoas grandes, às vezes até a cidade de Pau-d' Alho, atravessando-se o rio e muitas terras de cana (FREYRE, 1981, p. 19)

Uma dessas lembranças que mais marcou a passagem de Freyre em São Severino do Ramos se deu em um dos passeios à noite da cidade de Paudalho ao engenho quando vinha a cavalo acompanhado com seu tio. Noite de chuva, de trovões, a cheia do rio. “Dessa ‘noite sinistra’ guardo uma recordação de aventura e de perigo, de que noite nenhuma, das minhas experiências de grande, sequer se aproxima” (FREYRE, 1981, p. 19). O grande medo de Freyre, naquela noite, era o Cabeleira, um bandido que havia se escondido nos canaviais de Paudalho. Apesar de Freyre afirmar que ele já havia sido morto por enforcamento, o medo, na verdade, era de monstros, pois Cabeleira era retratado como um monstro cabeludo de unhas grandes e amarelo como um lobisomem. Ele afirma ainda que rezou para Deus e Nossa Senhora, o que achou o fato no mínimo estranho por não ter pedido proteção a São Severino, o santo que faz morada na igreja do engenho. Admite que apenas

sentiu-se seguro ao chegar em casa junto a mãe que já o esperava e com as portas da casa fechada em sinal de proteção contra o Cabeleira e os outros monstros que acreditavam haver no canavial.

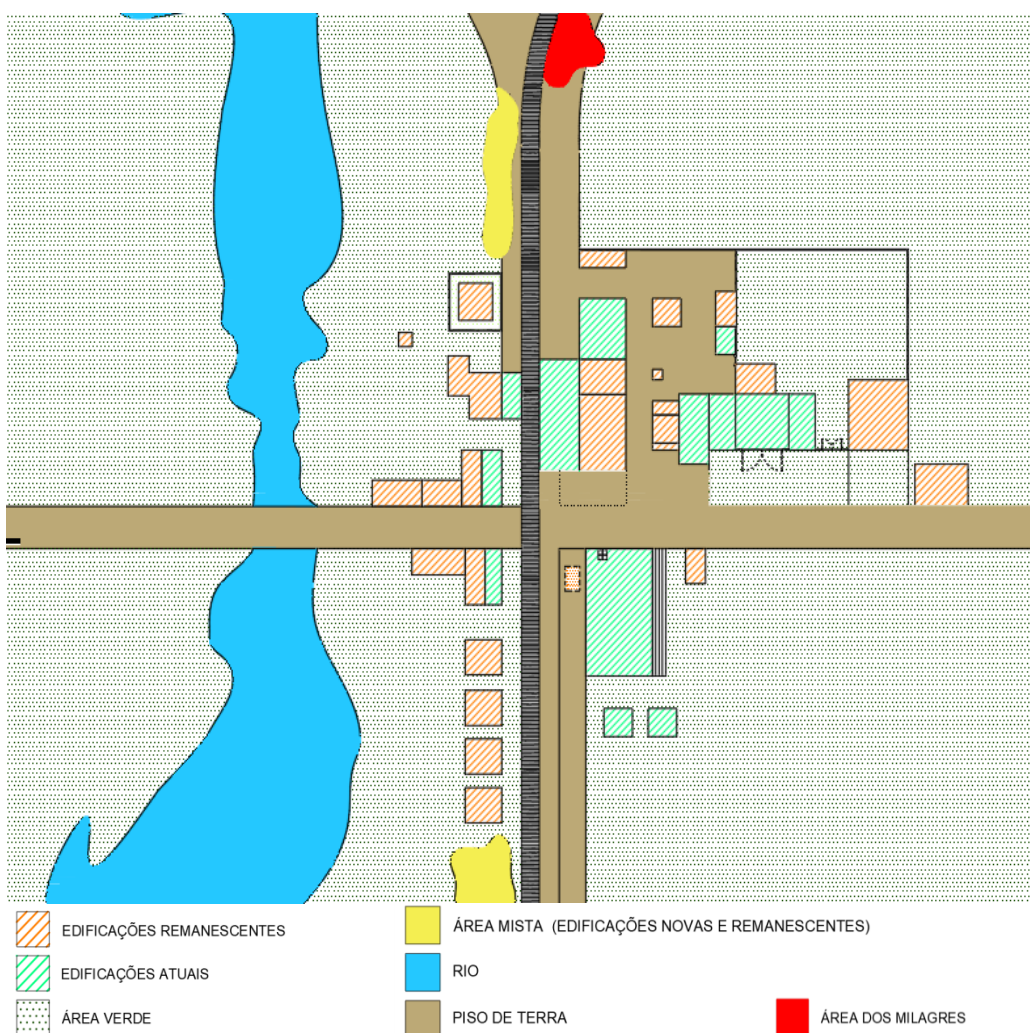
Além de Gilberto Freyre, o historiador, político e jornalista Mário Mello também fez parte da história do Ramos, apesar de não ter encontrado muitas descrições sobre sua ligação ao local. Entretanto, de acordo com Severino Toscano, e já mencionado anteriormente, o pai de Mário Melo, era primo de Calu e Marocas (as primas mencionadas por Freyre) e filho de Urbano do Rego Melo, que foi proprietário do Ramos, e que está enterrado no cemitério da família. Mário Mello era o proprietário do Sítio do Lajedo.

Esses acontecimentos narrados por Freyre, além da inserção de Mário Mello no Engenho Ramos, assim como dos familiares que ali residiam, são de suma importância para o conhecimento e melhor compreensão da existência do engenho, da distribuição do local, dos acontecimentos religiosos que já haviam se iniciado desde aquela época, assim como também, para identificar que aquele engenho está inserido na memória das pessoas, como um lugar de memória. É notável também por ter sido o local que fez parte da vida de quem viria a ser um dos mais ilustres escritores do cenário pernambucano e nacional, além de um dos jornalistas mais representativos da sociedade pernambucana, o que torna o Engenho Ramos um lugar de memória com grande significância.

4.3 Características Físicas

De acordo com Silva (2007), os engenhos de açúcar funcionavam sobre um tripé: a casa-grande, a moita e a senzala. Contudo, podiam variar conforme as necessidades e particularidades de cada engenho. Quanto às áreas do antigo Engenho Ramos, os mapas² a seguir mostram as edificações atuais e remanescentes, o que cada imóvel significa e as áreas de comércio informal e estacionamento, respectivamente, a fim de entender o funcionamento do sítio.

Figura 14 - Mapa das edificações remanescentes e atuais.



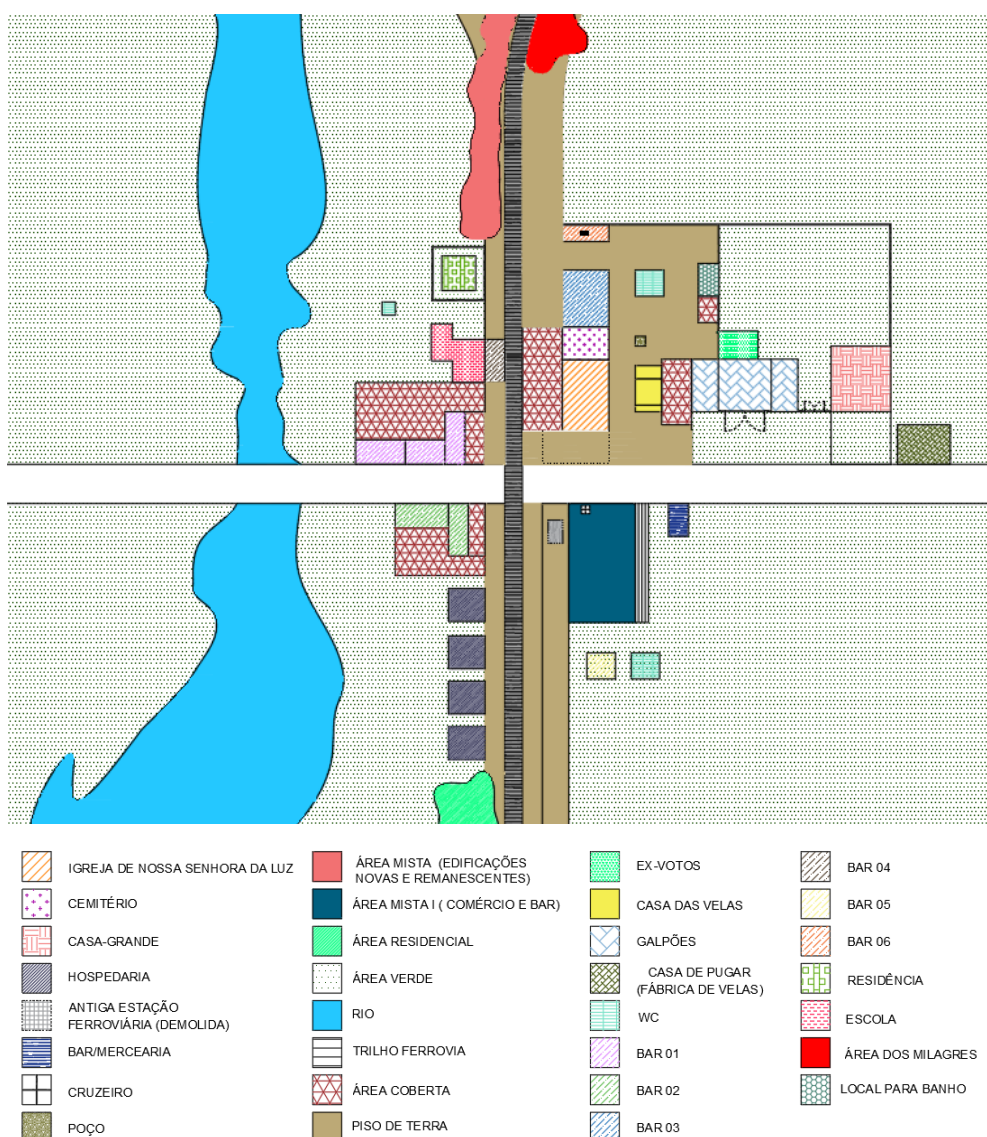
Fonte: Própria autora, 2017.

² Este mapa é uma ilustração (sem escala) das edificações novas e remanescentes do Engenho Ramos, além de algumas adaptações e áreas afins, com base no estudo de tombamento da FUNDARPE (2011) e das visitas feitas ao local pelo autor deste trabalho, podendo haver mais áreas que não foram marcadas no mapa em sua totalidade.

Neste mapa, estão ilustradas as edificações remanescentes do antigo engenho Ramos, assim como também, as edificações que foram posteriormente construídas, com o intuito de situá-las no sítio. Além destas, são mostradas as áreas de edificações mistas (residências antigas e atuais dos moradores) e a área onde se encontra “Os Milagres”.

Em seguida, o próximo mapa indica o que é cada edificação, e qual uso é atribuído a cada uma delas, de acordo com a legenda.

Figura 15 - Mapa esquemático mostrando o que são as edificações.

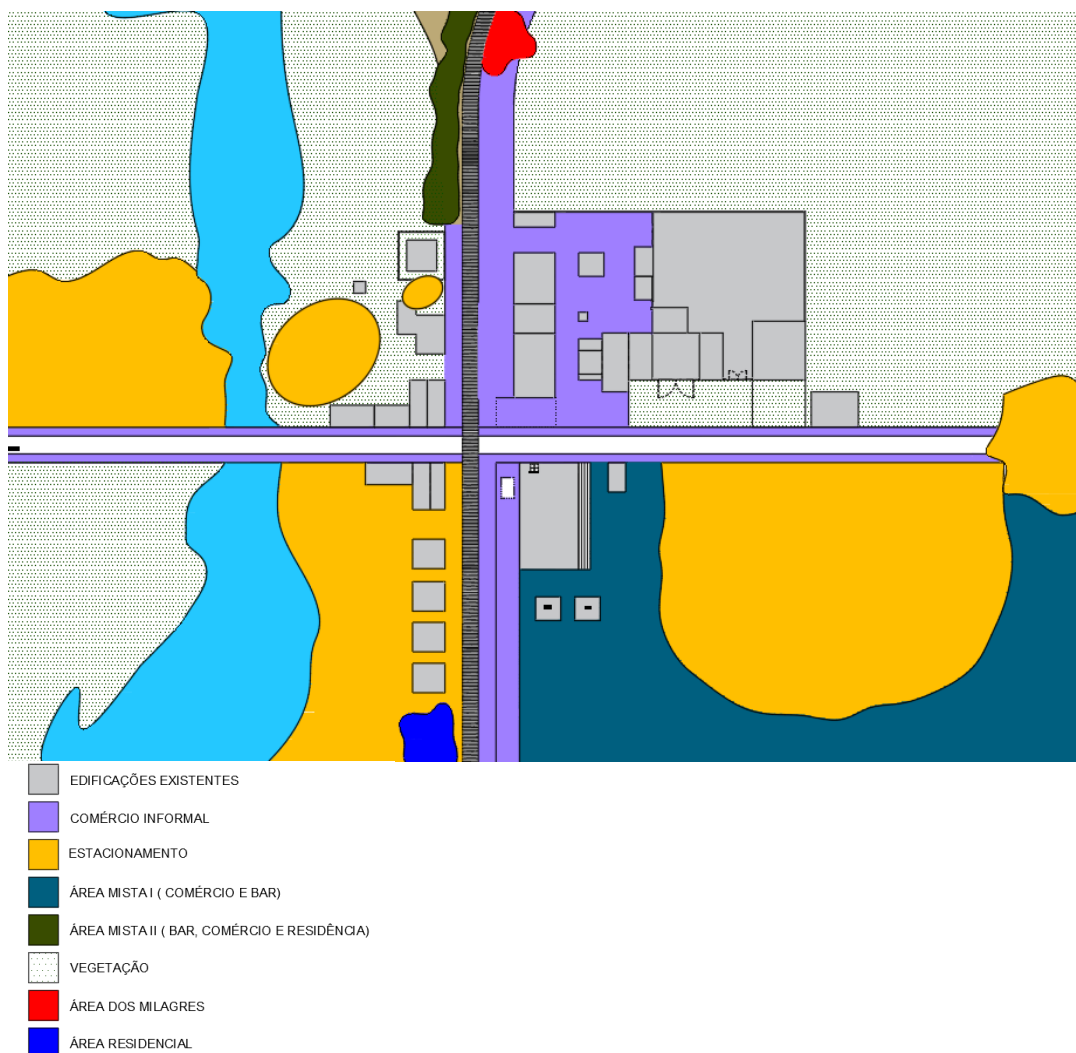


Fonte: Própria autora, 2017.

Imediatamente, o terceiro e último mapa mostra as áreas de comércio informal e dos estacionamentos, indicando quais os locais em que as barracas estão

instaladas e onde os ônibus fretados e carros individuais, assim como vans, kombis e outros veículos são deixados, como a seguir:

Figura 16 - Esquema das áreas de comércio informal e estacionamentos.



Fonte: Própria autora, 2017.

A seguir, estão listadas as edificações existentes no sítio, sejam elas remanescentes do antigo engenho ou as novas construções e adaptações que o local sofreu em conveniência das peregrinações que ali ocorrem.

Primeiramente, a Igreja de Nossa Senhora da Luz está inserida em terras do Engenho Ramos e é o local onde abriga a imagem de São Severino, em tamanho natural, deitado, com vestes de soldado romano, no altar do lado esquerdo, que se diz ter sido trazida de Roma, por um dos filhos da antiga proprietária do lugar. Devido à quantidade de fiéis, que se deslocam ao lugar, foi necessária a ampliação da capela no início do século XX, ano de 1906. A mesma foi reformada internamente

em 1918 pelo dono do engenho.

Figura 17 - Igreja de Nossa Senhora da Luz



Fonte: Própria autora, 2017.

Segundo dados contidos no pedido de tombamento do Sítio Histórico de São Severino dos Ramos, área de peregrinação religiosa, o local recebe por final de semana, na temporada de peregrinação, cerca de 20.000 a 40.000 pessoas, sendo, tida como a segunda maior peregrinação religiosa do Nordeste.

Em relação à sua tipologia arquitetônica, a Igreja possui duas torres que dão acesso aos corredores laterais. A fachada possui colunas objetos sacros que remetem aos elementos do catolicismo. Observa-se que a nave central da igreja comporta uma quantidade pequenas de bancos, estes não sendo suficientes para comportar a quantidade de pessoas que assistem a celebração. Os acessos da nave central para as naves laterais se dão através de aberturas em forma de arco. Estas naves laterais repetem-se no pavimento superior e ligam-se através do coro, este último que possui acesso por uma escada. Conforme os dados fornecidos pela FUNDARPE (2011), a nave central possui pé-direito, este com 9 metros e a coberta com forro de madeira na cor azul. Segundo Rocha (2011), no altar principal encontra-se as imagens da padroeira, e as imagens de São Francisco Xavier e Nossa Senhora Aparecida e ainda, Santo Antônio e imagens de São Sebastião, São Benedito e Santa Terezinha. A igreja pode ser visualizada nas imagens 18 e 19:

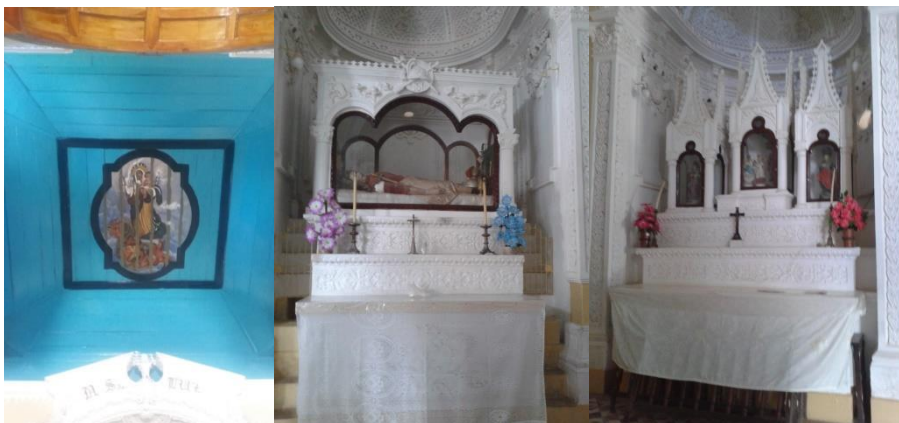
Figura 18 – Imagem interna da Igreja de Nossa Senhora da Luz



Fonte: Própria autora, 2017.

No teto do altar principal, encontra-se uma pintura de Nossa Senhora da Luz. No altar localizado à direita, a imagem de São Severino deitado com as vestes de soldado. À esquerda contém a Sagrada Família e o Espírito Santo, além de Santana e São Joaquim.

Figura 19 - Pintura representando a imagem de Nossa Senhora da Luz (esquerda), altar lateral direito (centro), altar lateral esquerdo (direita).



Fonte: Própria autora, 2017; FUNDARPE, 2011.

No cemitério que se encontra aos fundos da Igreja, como figura 20, encontram-se as lápides das famílias Souza Melo e Toscano de Melo, ambas as proprietárias das terras do Engenho Ramos. Atualmente, ao redor do local, verifica-se o intenso comércio informal, além de bares e circulação de romeiros.

Figura 20 - Cemitério da família do Engenho Ramos.



Fonte: Própria autora, 2017.

A casa das velas é o local onde os romeiros acendem velas para fazer pedidos, rezar e rogar a Deus graças de todos os tipos. É um local aparentemente improvisado e está rodeado pelo comércio de artefatos religiosos, como mostra a figura a seguir:

Figura 21 - Casa das Velas.



Fonte: Própria autora, 2017.

Na sala dos ex-votos encontram-se objetos de devotos como demonstração de agradecimento por uma graça alcançada, dentre estes, fotos, partes do corpo humano em gesso ou madeira, caixões, estatuetas, santos, entre outros. A casa aparenta ser modesta, e é sempre bastante frequentada por romeiros e visitantes, como pode ser visualizada na figura 22:

Figura 22 - Sala dos ex-votos, Casa dos milagres ou Casa das almas.



Fonte: Própria autora, 2017.

Os galpões que se situam ao lado da Igreja, como na imagem seguinte, são atualmente utilizados para o armazenamento de objetos do santuário como velas, cadeiras, entre outros. Pela sua tipologia arquitetônica, são edificações recentes quando comparadas àquelas que remanescem do antigo engenho, o que é comprovado na figura 13, datada de 1950, em que não aparecem estas edificações. Segundo informações da senhora Maria das Dores, popularmente conhecida como D. Dorinha, moradora do Engenho Ramos hoje com 69 anos de idade e que reside neste local desde os 12 anos, estes galpões foram construídos com o intuito de abrigar a Casa dos Milagres, porém, o projeto não deu continuidade e passaram a ser utilizados como armazéns. De acordo com José Edimilson, uma das pessoas que chegou a trabalhar para os últimos proprietários do Engenho Ramos, estes imóveis já foram também, utilizados para assistência da Igreja.

Figura 23 - Galpões para armazenamento de objetos.



Fonte: Própria autora, 2017.

Atualmente, a Casa-grande do Engenho Ramos, como mostra a imagem a seguir, encontra-se em desuso e não cumpre mais a sua função primitiva de moradia. Os visitantes não possuem acesso ao interior da residência, muito menos nas imediações do seu pátio interno, o que acontece quando raras vezes é invadido pelos usuários do local. Infelizmente, o descaso por parte, tanto dos proprietários quanto do poder público municipal é visível, e faz com que a inutilização provoque uma deterioração contínua do imóvel. A Casa-Grande, com uma tipologia arquitetônica que se aproxima do final do século XIX e início do século XX, era a residência das famílias Souza Mello e Toscano de Mello.

Figura 24 – Imagem mostrando a Casa-Grande antes (s.d.) e depois (2017).



Fonte: Araújo, 1980; Própria autora, 2017.

As imagens a seguir mostram a lateral direita da Casa-Grande e a parte posterior, atualmente com a vegetação invadindo todo o local.

Figura 25 - Fachada lateral e fachada posterior, respectivamente.



Fonte: Própria autora, 2017.

A loja de souvenirs, como mostra a figura 26, está situada ao lado da igreja, e é o local onde encontram-se artefatos religiosos de todos os tipos para comercialização entre os romeiros e visitantes, como uma lembrança da visita ao Santuário de São Severino do Ramos. São imagens de santos, chaveiros, crucifixos,

terços, entre outros.

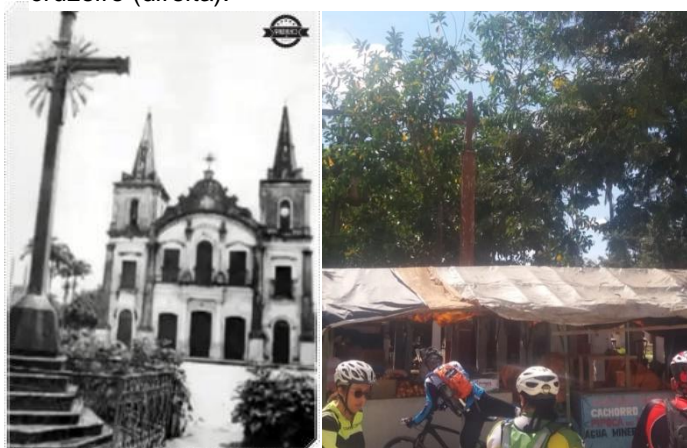
Figura 26 - Loja de souvenirs.



Fonte: Própria autora, 2017.

O cruzeiro é colocado normalmente sobre uma plataforma com alguns degraus. Encontram-se normalmente em adros das igrejas, em lugares altos, encruzilhadas no caminho ou cemitérios. O cruzeiro pode ser identificado na figura a seguir:

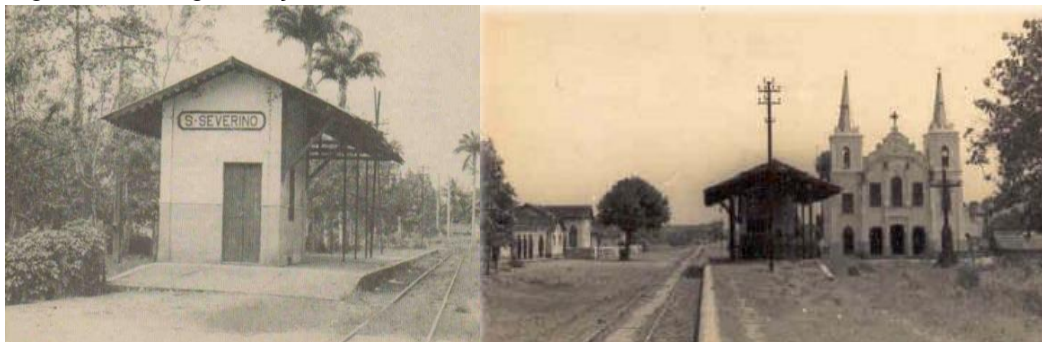
Figura 27 - Imagem mostrando o cruzeiro frente à igreja (esquerda); imagem atual do cruzeiro (direita).



Fonte: Paudalho de Antigamente (s.d.); Própria autora, 2017.

Inaugurada em 1881 e posteriormente demolida no ano de 1980, a estação ferroviária fez parte da Linha Norte que unia a estação do Brum no Recife à Pureza, na divisa entre Pernambuco e Paraíba. Conforme Severino Toscano, uma faixa de 32 metros ao longo da ferrovia são de propriedade da União. Na figura a seguir, encontra-se a antiga estação:

Figura 28 - Antiga estação ferroviária São Severino.



Fonte: Paudalho de Antigamente (s.d.); Marinho, 2008.

De acordo com José Edimilson, as edificações que abrigavam a hospedaria eram locais em que os romeiros vindos de outras cidades e estados, se instalavam para dar início à sua peregrinação e às manifestações religiosas no local, estando estes imóveis, atualmente, inutilizáveis, como mostra a figura a seguir:

Figura 29 - Hospedaria.



Fonte: Própria autora, 2017.

Logo na chegada ao local encontram-se galpões que atualmente, funcionam como bares, descaracterizando totalmente o uso para o qual elas foram destinadas, que segundo a senhora Maria das Dores, eram utilizados como hospedaria para

abrigar os romeiros, assim como também, passaram a ser residência de alguns moradores. Na figura a seguir, é possível identificar os galpões:

Figura 30 - Bares.



Fonte: Própria autora, 2017.

No sítio, encontram-se inúmeros bares espalhados e que servem como mais um ponto de lazer para os usuários. Segundo as especulações dos usuários mais antigos, essa quantidade de bares foi aumentando gradativamente. São locais improvisados, na maioria das vezes apenas com cobertura em telha de fibrocimento e algumas mesas, oferecendo os mais diversificados produtos. Alguns deles, além de bares, oferecem café da manhã, almoço, lanches e abrigam os visitantes que vão atrás de diversão.

Figura 31 - Bares espalhados ao redor do local.



Fonte: Própria autora, 2017.

A escola situada ao lado da Igreja, como mostrado na figura 32, era o local utilizado para o aprendizado dos moradores do Ramos, sendo um aspecto peculiar em engenhos de açúcar. Encontra-se em situação de degradação e abandono, bastante descaracterizada e em desuso. Em relação à sua tipologia arquitetônica, a edificação ser do tipo chalé, do final do século XIX, em estilo neogótico e eclético, com janelas em formato de arcos ogivais. As imagens a seguir mostram primeiramente, a situação anterior da escola e hoje, o estado atual que ela se encontra. De acordo com os relatos de Severino Toscano, haviam pastoris, quadrilhas e primeiras-comunhões que eram organizados pelos educadores.

Figura 32 – Imagens da escola situada no Engenho Ramos (situação anterior e atual).



Fonte: Própria autora, 2017.

Atualmente, a ponte de concreto que dá acesso ao local, está sendo ocupada por comerciantes que vendem uma diversidade de objetos e utensílios, ocupando as laterais da ponte em todo o seu percurso. Além do mais, há um conturbado fluxo de pessoas e veículos motorizados e não motorizados que dividem o espaço. Vestígios da ponte anterior podem ainda ser encontrados, como mostra a figura seguinte:

Figura 33 - Vestígios da antiga ponte (esquerda) e ponte atualmente sendo ocupada por comerciantes e pelo tráfego de pessoas e veículos.



Fonte: Própria autora, 2017.

No entorno do santuário encontram-se banheiros distribuídos pelo local que são utilizados pelos visitantes, sendo alguns deles públicos para todos os usuários e outros cobrado uma taxa para utilizar. A quantidade de banheiros no local não

atende toda a população sendo bastante modestos e improvisados sem condições adequadas de higiene, como na figura seguinte:

Figura 34 - Banheiros distribuídos em torno do local.



Fonte: Própria autora, 2017.

Ao lado da antiga escola existe uma residência, o que segundo os depoimentos dos moradores do local, foi onde morou um dos herdeiros do Ramos, o senhor Augusto Pinheiro Toscano de Mello. Hoje a casa encontra-se em estado de abandono, repleta de entulho e sujeira na parte interna, como mostra a figura a seguir:

Figura 35 - Residência de um dos antigos proprietários, interna e externamente.



Fonte: Própria autora, 2017.

Dentre as edificações que compõem o Engenho, nota-se um local adaptado para banho, cujos visitantes utilizam-no em dias de visitação ao santuário. O local é aparentemente precário e não oferece condições de higiene, como pode ser conferido na imagem a seguir:

Figura 36 - Local para banho.



Fonte: Própria autora, 2017.

Na parte posterior da Casa das Velas encontra-se um tipo de poço o qual os visitantes utilizam-no para se molhar, lavar os pés e mãos, etc. Nota-se, na seguinte imagem, que o local é bastante improvisado e não possui condições adequadas de higiene.

Figura 37 - Poço.



Fonte: Própria autora, 2017.

Em frente à Igreja, existe um bar que é propriedade da família Matias, esta que trabalha no Ramos e para os proprietários do engenho desde suas primeiras gerações e que fazem parte da história do local, como mostra a imagem 38:

Figura 38 - Merceria da Família Matias.



Fonte: Própria autora, 2017.

Além de ser utilizado para práticas religiosas, o local ainda abriga moradores que possuem residências nas proximidades e que muitas vezes, estas residências foram herdadas das famílias dos antigos trabalhadores do engenho, ou daqueles que trabalham nas proximidades como nas usinas, por exemplo, nas terras e nas áreas rurais. A imagem a seguir exemplifica a tipologia das residências mais antigas:

Figura 39 - Exemplos de residências dos moradores do Ramos.



Fonte: Própria autora, 2017.

Segundo relatos de Severino Toscano, este imóvel é apenas uma parte da antiga Casa de Purgar. O edifício inteiro era em formato de L, e o que sobrou foi apenas a perna menor do L. Posteriormente, esse edifício ficou conhecido como a Casa das Velas, como sendo o local que armazenava as velas para a romaria. Hoje se encontra fechada, totalmente abandonada e em estado de degradação, como pode ser observada na imagem 40:

Figura 40 - Antiga Casa de Purgar do Engenho Ramos.



Fonte: Própria autora, 2017.

Os romeiros caminham em torno de 500 metros sobre os trilhos da antiga ferrovia para uma área denominada “Os Milagres”, onde existe uma fonte que jorra água das pedras de uma gruta. Conforme Severino Toscano, quando houve a construção da ferrovia, apareceu um corte no morro próximo à desembocadura do Rio Cursai, o que fez com que as pessoas acreditassem que tivesse sido milagre de São Severino. Os romeiros e visitantes do santuário vão em busca desta água, que hoje está sendo vendida, fato que não ocorria anteriormente, e levam garrafas para as suas casas, como pode ser observado na imagem seguinte:

Figura 41 - "Os milagres" da área de São Severino do Ramos.



Fonte: Própria autora, 2017.

O mosteiro de São Francisco foi construído para servir de refúgio aos religiosos de Olinda e Recife da invasão holandesa. Segundo Hazin (2010), os religiosos de São Francisco foram para o Engenho Mussurepe, em Paudalho, no

ano de 1635 e, chegando ao local, já se encontravam os beneditinos. m que no local, já estavam os beneditinos. O dono das terras, um fazendeiro chamado Bernardo Gonçalves Lobo, doou para os refugiados as terras e todo o material para que ali, construíssem um hospício e capela, e que ao construir, fosse consagrada a São Francisco, ficando conhecido como Mosteirinho de São Francisco. Quando finalizou a invasão holandesa, os religiosos voltaram para os seus conventos, abandonando o mosteiro. Este voltou a ser de propriedade dos donos das terras e aos herdeiros. Atualmente, está sob o domínio da Diocese de Nazaré da Mata e, apesar de ter sido tombado pelo IPHAN no ano de 1966, encontra-se em estado de ruína. Apesar de não pertencer às terras do Engenho Ramos, está muito próximo do local do santuário, e que muitas vezes, foi visitado pelos familiares do Ramos e os visitantes, e constitui um patrimônio importantíssimo para a memória do local como um todo. Segundo Severino Toscano, na sua infância, ainda havia a celebração de missas e eventos religiosos neste local e também, uma procissão anual que ia da Capela do Engenho Ramos até o Mosteiro.

Figura 42 - Mosteirinho de São Francisco.



Fonte: FUNDARPE, 2011.

Além das edificações do antigo engenho, o local é cercado por um comércio informal como mostrado anteriormente na figura 16. São bancos estruturados com madeira e cobertos, na maioria das vezes, com lonas ou telhas improvisadas, onde são comercializados produtos, objetos e utensílios dos mais variados tipos, que pode ser observado nas imagens seguintes. São pessoas advindas de outras cidades, estados, entre outros, que levam seus objetos para comercialização. Relatos de alguns comerciantes indicam que, para que estes bancos possam ser colocados no local, é cobrada uma taxa significativa por parte da proprietária responsável pelas terras.

Figura 43 - Imagens mostrando o comércio informal nas diferentes áreas que compõem o sítio.



Fonte: Própria autora, 2017.

Nas áreas ao redor do local estão instalados pontos de estacionamento, de veículos de grande e médio porte, como por exemplo, os ônibus fretados que trazem os romeiros e visitantes, além de veículos pequenos e individuais. O entorno dos imóveis também é utilizado para estacionamento, como nas seguintes imagens, sem haver uma lógica espacial que defina os lugares apropriados para isso.

Figura 44 - Áreas de estacionamento ao redor do local.



Fonte: Própria autora, 2017.

A figura 45 mostra, em alguns locais, o estado precário em que a área se encontra com esgoto a céu aberto entre os visitantes, o acúmulo de lixo em determinados locais, a falta de locais higiênicos e adequados que comprometem a qualidade de vida dos usuários.

Figura 45 - Imagem mostrando a situação de precariedade em que se encontra o local em dias de festa.



Fonte: Própria autora, 2017.

Segundo a FUNDARPE (2011), a área que recebe os romeiros carece de infraestrutura adequada, como higiene, alimentação hospedagem e o local não suporta a quantidade de visitantes que vêm todos os anos. Além disso, existe uma ausência de acessibilidade nas ruas, nas calçadas, nas áreas livres, nas adaptações feitas e nas edificações existentes. Carros, motos e pedestres circulam ao mesmo tempo em meio ao comércio informal que se inicia desde a entrada do santuário, fato que atrapalha o tráfego no local, deixando-o conturbado. Como não existem lugares para hospedagem dos romeiros que vêm de lugares distantes, alguns dormem nos

veículos ou mesmo nas calçadas, como na figura 46:

Figura 46 - Romeiros dormindo pelas ruas e calçadas na noite de sábado anterior ao Domingo de Ramos.



Fonte: Marinho, 2008.

Nas terras do antigo Engenho Ramos, hoje Santuário de São Severino do Ramos, não existe uma lógica espacial que defina quais os setores que compõem o sítio. Quando fala na questão espacial encontrada no Ramos, Rocha (2011) aponta para a falta de infraestrutura no local quando aborda que “[...] embora haja um esforço para oferecer o mínimo de infraestrutura para os visitantes, as condições de higiene e conforto ainda são precárias, mesmo nos locais destinados às orações (ROCHA, 2011, p. 39). A imagem a seguir mostra uma vista área do santuário em dias de festa:

Figura 47 - Vista aérea do santuário de São Severino do Ramos em dia de festejo.



Fonte: Prefeitura do Paudalho, 2017.

4.4 O novo uso (O Santuário de São Severino do Ramos)

Atualmente, o antigo engenho desativado abriga apenas, o santuário de São Severino do Ramos, onde se encontra a imagem deste santo. Na verdade, ao se tratar de novo uso, referencia-se ao único uso que está sendo empregado no sítio atualmente, visto que mesmo antes do Engenho Ramos ter se tornado inoperante, as romarias já aconteciam de maneira bastante ativa, e no local, milhares de fiéis vinham de várias regiões do estado para visitar o santuário. Não se sabe ao certo o período que a imagem de São Severino Mártir chegou ao engenho, porém, de acordo com a tradição oral, a imagem foi trazida através do filho da antiga proprietária, como presente de um sacerdote à sua mãe, a qual pôs a imagem em um caixão de zinco na antiga capela. Existe uma dúvida quanto à identidade do santo que está sendo venerado, pois a igreja católica venera uma dezena de santos com o mesmo nome porém, uma versão desta história tenta esclarecer um pouco sobre a identidade de São Severino que diz:

[...] pesquisas do esclarecido sacerdote da arquidiocese Olindense que pregou em 1919, durante uma solenidade ao eleito do Céu, trouxeram a luz sobre o caso. Severino era soldado do imperador Maximiniano Hércules, que governou Roma de 286 a 305 e se celebrou pela perseguição aos adeptos da doutrina de Cristo (ARAÚJO, 1990).

Desconhece-se o período em que teria ocorrido o primeiro milagre, mas acredita-se que sucedeu por volta de 1854 (MARINHO, 2008). Baseado nos relatos de Mário Melo, Marinho (2008) conta que mês de junho deste mesmo ano, uma enchente do Rio Capibaribe teria inundado e devastado todo o local.

Na povoação do Rosário de Cima, hoje Rosarinho, povoado de Paudalho, a cheia arrebatou uma casa em cujo telhado havia se abrigado uma mulher com seus cinco filhos. Vendo todos os seus filhos serem arrastados e morrerem tragados pelas águas, invoca o patrocínio de São Severino, desfalece de dor, e acorda salva em terra firme (MARINHO, 2007, p. 03)

Apesar disso, existem outros relatos de milagres que mostram a atuação do santo, como por exemplo, no ano de 1851 em que São Severino já é citado em relatos da senhora Joana Maria dos Santos, da Freguesia do Seridó no Rio Grande do Norte, no que afirma que “[...] devo a são Severino Mártir quatro mil reis = que os meos testamenteiros [...] pagarão da minha terça...” (MARINHO, 2007, p. 03).

Em 1875, a empresa inglesa Great Western Railway construiu a primeira ferrovia com os circuitos de Recife à Limoeiro, na qual havia uma estação no Engenho Ramos, tendo sido inaugurada em 1881 e demolida no final do ano de 1980 (FUNDARPE, 2011). Com a nova ferrovia, a propagação das notícias de que havia um santo milagroso começou a se difundir e a imagem passou a ser reverenciada por causa dos milagres que eram atribuídos a ela, que atualmente se encontra na Igreja de Nossa Senhora da Luz.

[...] a estação ficava a apenas 2 km de Paudalho, local de grande peregrinação por conta do santo, nos meses de festa o lugarejo transborda de gente, é incrível para um lugar tão pequeno, praticamente uma vila pertencente ao município do Paudalho. Assim como a parada de Mussurepe, São Severino era (pelo menos em 1960) uma "PE", parada simples" (Estações Ferroviárias no Brasil, 2014).

A imagem de São Severino, ao chegar à Capela de Nossa Senhora da Luz, hoje Igreja de Nossa Senhora da Luz ou Igreja de São Severino do Ramos, no século XIX, mostrada na imagem a seguir, passou a ter mais reconhecimento e veneração por parte dos fiéis do que a própria santa.

A antiga capela desde sempre abrigou a imagem de São Severino, foi ampliada em 1906, devido à grande quantidade de fiéis que frequentavam o local, e passou por outras adaptações em 1918.

Figura 48- Igreja de Nossa Senhora da Luz



Fonte: FUNDARPE, 2011.

Hoje, a imagem de São Severino está localizada no altar da igreja porém,

antigamente, quando não havia o vidro que atualmente protege o santo, a imagem de São Severino era frequentemente espetada pelos fieis, pois eles acreditavam que a imagem era o próprio santo e que ele sangraria. As suas vestes, antes azuis, ficaram tão deterioradas que foi necessário trocar para a atual vermelha. A seguir, imagem de São Severino deitado no altar esquerdo da Igreja.

Figura 49- São Severino Mártir e Celebração na Igreja de Nossa Senhora da Luz



Fonte: Própria autora, 2016.

De acordo com (Carvalho, 2005; Nascimento, 2005; Roazzi, 2005), é comum para os romeiros demonstrar a sua religiosidade através de práticas e ritos religiosos como orações, novenas, rosários, além da doação de ex-votos.

O Santuário tornou-se uma área de peregrinação religiosa, aonde os fiéis, na sua maior representação de fé e devoção, vão em busca de cura, de proteção, para alcançar uma graça, cumprir promessas ou agradecer a intercessão do santo por uma graça alcançada, e tem São Severino como seu santo protetor. Além de ser um local de cunho religioso, as peregrinações realizadas ao santuário contribuem para momentos de lazer dos usuários, o chamado turismo religioso, que como afirma (Carvalho, 2005; Nascimento, 2005; Roazzi, 2005), é uma conjunção entre fé, lazer e a ruptura do cotidiano.

Conforme Pereira (2014), os locais utilizados para as manifestações religiosas são basicamente compostos pela igreja, sala dos ex-votos e gruta dos milagres. No local como um todo, o período de festa acontece do mês de setembro até a chegada do Domingo de Ramos, recebendo nos dias de maior movimento, uma média de 20.000 a 30.000 pessoas. A data em que se comemora a festa do santo é 08 de janeiro, porém, os fiéis associaram o Domingo de Ramos como sendo o maior dia de

festa, em razão do nome semelhante ao do engenho Ramos. Os dias de visitação acontecem nos finais de semana, principalmente aos domingos, dia em que é celebrada a missa às 10:00 horas da manhã. Apesar disso, a Igreja de Nossa Senhora da Luz abre as portas durante a semana para visitação no horário de 07:00 as 16:00 horas.

Na parte lateral externa da igreja, concentra-se uma longa fila dos pagadores de promessas que se dirigem a uma loja localizada na parte interna da igreja, local onde são disponibilizados os ex-votos. São objetos em forma de corpos humanos ou partes deles como cabeça, braços, pernas, p s, mãos, alguns em cera, outros em madeira, que são entregues aos romeiros. Os peregrinos sobem apenas um degrau e já estão no altar de São Severino, como mostra a imagem a seguir, onde são deixados os ex-votos e que depois, são novamente recolhidos pelos zeladores da igreja. Torna-se um círculo contínuo, em que os mesmos ex-votos oferecidos ao santo, voltam várias vezes e são oferecidos pelas mãos de outras pessoas. Além disso, fotos são deixadas em grandes caixas próximas ao altar como uma maneira que os romeiros encontram de fazer pedidos, e, além disso, roupas e outros objetos, como por exemplo, carteira de cigarros para se livrar do vício, entre outros (MARINHO, 2007). As figuras 50 e 51 mostram esse processo:

Figura 50 - Romeiros no altar da igreja venerando São Severino.



Fonte: Própria autora, 2016.

Figura 51 - Sala lateral da igreja de acesso aos ex-votos que posteriormente, são colocados sobre o altar de São Severino.



Fonte: Própria autora, 2017.

Finalizada a missa, os romeiros dirigem-se aos locais como a casa das velas, para fazer orações, pedidos e agradecimentos. Além disso, visitam a sala dos ex-votos ou o museu dos milagres, como assim costuma chamar alguns frequentadores, local modesto que fica ao lado da igreja, um pouco mais afastado. Neste local estão contidos os símbolos deixados pelos peregrinos. São objetos como vestidos de noiva, umbigos de recém-nascidos, aparelhos ortopédicos, o que segundo Marinho (2007), são aqueles objetos que tiveram contato direto com as pessoas para as quais os pedidos estão sendo realizados. Além disso, objetos mais representativos como braços de plástico, pernas, bilhetes e fotografias. Nesta sala, não se percebe uma organização para a colocação dos ex-votos, sendo estes deixados de maneira dispersa pelos visitantes.

O comércio, que se encontra ao redor da igreja, que vai desde artigos religiosos, utensílios, vestimentas, até bares e lanchonetes, era considerado ordenado, pois só entravam nas terras do engenho aqueles que eram permitidos pelos proprietários. Os outros comerciantes, principalmente os que comercializavam artigos não religiosos, ficavam do lado de fora das porteiras do engenho. Este só se fortaleceu com a morte de um dos proprietários, Cláudio Pinheiro Toscano de Melo, em 1985, fato que ocasionou com que os filhos do proprietário abrissem as portas para todo tipo de negócio (MARINHO, 2008).

Esse comércio tem aumentado ao longo dos anos e à medida que cresce, aumenta também os atrativos ao redor do lugar. Neste mesmo espaço de oração, de peregrinação existem também, barracas e bares que tocam músicas de todos os tipos, além de bebidas alcóolicas e objetos de cunho religioso e não religioso.

Figura 52 - À esquerda, objetos religiosos que são comercializados no local e à direita, usuários ao longo da feira livre.



Fonte: Própria autora, 2017.

Com base nisto, o santuário é uma referência para todos os romeiros que acreditam nas intercessões e nas virtudes de São Severino. Rocha (2011) aponta para a evolução das credices ao santo, que anteriormente se limitavam apenas à devoção da família do senhor de engenho e foi se expandindo para todos aqueles que possuíam a necessidade de conhecer e manifestar a sua crença em São Severino. Ligado a isso, a FUNDARPE (2011) afirma que o Santuário de São Severino do Ramos é o segundo maior do Nordeste. Todas as manifestações que ali acontecem dependem, em primeiro lugar, da crença depositada no santo e, além disso, é imprescindível que o local como estrutura física, seja um dos fatores que contribuem para o bom funcionamento das manifestações religiosas. Ter um lugar para as celebrações como a igreja, a sala dos ex-votos com toda a sua simbologia inerente, a casa das velas, entre outros, são locais imprescindíveis, neste caso, para continuidade da fé. Assim como também, locais com infraestrutura adequada, com melhores condições de higiene, alimentação, locais para descanso, banheiros em grande e em boa qualidade, entre outros, são imprescindíveis para o bom funcionamento da romaria.

4.5 Estado de conservação do conjunto arquitetônico

Os Sítios Históricos são locais que abrangem experiências individuais e coletivas, vivenciadas no passado ou presente dentro de um cenário de paisagem natural ou construída. Quando se trata do sítio histórico do Engenho Ramos, as inúmeras edificações sejam elas atuais ou remanescentes, e não menos importante, a área propriamente dita que abarca o santuário e as expressões religiosas e culturais realizadas no local, traduzem um pouco da importância das histórias vividas pelos seus usuários mais assíduos e também, por todos aqueles que tiveram e têm, ao longo dos anos, vivido experiências no local. Entretanto, torna-se difícil garantir a preservação da memória do sítio quando não existe, ou existe de forma mínima, a preocupação em preservar aquilo que foi importante para a construção cultural e histórica do lugar. Em relação ao estado de conservação das edificações encontradas no sítio histórico do antigo Engenho Ramos, assim como também, do sítio propriamente dito, percebe-se um abandono total por parte dos proprietários do Engenho, mas também, há a falha da implantação e fiscalização das diretrizes colocadas no Plano Diretor por parte do poder público municipal.

Foram realizadas inúmeras visitas ao sítio para mapear o estado de conservação de seu conjunto, alguns danos visíveis e a falta de infraestrutura do lugar. Atualmente, grande parte dos imóveis encontra-se em estado de abandono e degradação, exceto pela Igreja de Nossa Senhora da Luz, que passou por alguns reparos recentemente e, além disso, é frequentemente usada aos domingos pelas celebrações, além da manutenção por parte do zelador. A maioria das edificações que fizeram parte do Engenho Ramos e as adaptações que foram construídas posteriormente encontram-se em desuso, fator que contribui demasiadamente para a degradação do imóvel. Além disso, as construções possuem danos e patologias que se formaram ao longo do tempo e que à medida que não são diagnosticadas e tratadas, podem ocasionar danos ainda maiores.

Ao analisar as edificações do Engenho Ramos, como a Casa-grande, que se encontra fechada, a residência de Augusto Toscano, a Escola, como mostra as imagens a seguir, por exemplo, verificam-se como maior patologia as manchas de umidade, que são aquelas ocasionadas pelo acúmulo de umidade e que são enegrecidas pela sujidade atmosférica, podendo ocasionar o surgimento de fungos e bolores, comprometendo a integridade do trecho atacado.

Figura 53 – Imagem mostrando as manchas de umidade encontradas na fachada da Casa- Grande (esquerda), da residência de um dos antigos proprietários (centro) e galpões (direita).



Fonte: Própria autora, 2017.

Em relação às cobertas dos imóveis, mostradas na imagem a seguir, a grande maioria que foi identificada é composta por telha cerâmica artesanal, do tipo canal, estruturada por caibros roliços e ripas ora serradas ora de imbiriba³. Há grandes áreas de telhas desalinhadas e quebradas, o que ocasiona a infiltração das águas pluviais, contribuindo para a degradação dos imóveis.

Figura 54 - Coberta de algumas edificações mostrando a estrutura.



Fonte: Própria autora, 2017.

³ As ripas serradas são industrializadas, ou seja, não são originais. As ripas de imbiriba são extraídas da imbiribeira, árvore comum no nordeste do Brasil, e foram amplamente utilizadas nas edificações tradicionais, desde o período colonial até o início do século XX. Possui aspecto rústico, visto que sua extração e tratamento se dava de modo manual.

Entretanto, algumas das cobertas estão totalmente descaracterizadas, com telhas de fibrocimento substituindo as telhas originais, como no caso da escola, que atualmente está em desuso, e não cumpre mais a função para a qual foi construída, por exemplo, em que a cobertura primitiva cedeu, e foi trocada.

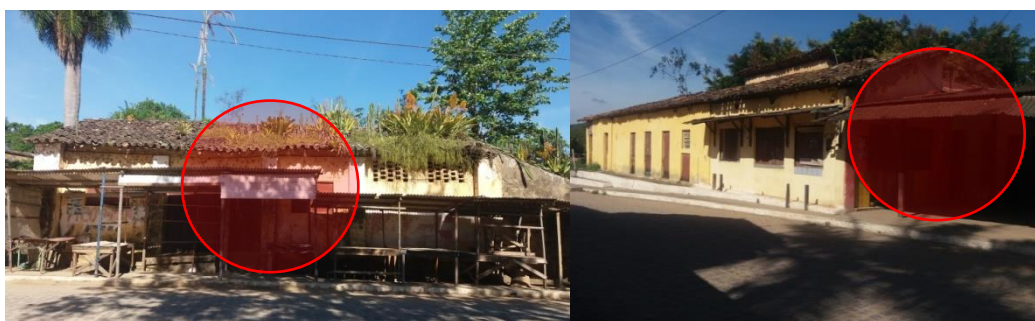
Figura 55 - Telhado de fibrocimento descaracterizando a tipologia arquitetônica primitiva



Fonte: Própria autora, 2017.

Algumas edificações apresentam acréscimos ou transformações que alteram a composição ou a volumetria original do imóvel, que são chamadas de intervenções descaracterizadoras. Estas intervenções são estruturas auxiliares para abrigar as pessoas e que não obedecem a nenhuma tipologia arquitetônica que dialogue com as construções antigas, como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 56 - Descaracterizações mostradas na antiga Casa de Purgar (esquerda) e os galpões utilizados atualmente como bares.



Fonte: Própria autora, 2017.

Figura 57 - Cobertas de fibrocimento em frente aos imóveis da escola e residência dos moradores do Ramos.



Fonte: Própria autora, 2017.

Patologias como cupins e entulho são comumente encontradas nos imóveis, como pode ser visto na figura 58, da residência de Augusto Toscano e na antiga escola. O estado de abandono é visível na maior parte das edificações.

Figura 58 - Entulhos de objetos e focos de cupins no interior dos imóveis.



Fonte: Própria autora, 2017.

Além disso, as áreas ao redor do sítio estão repletas de lixo, entulho e a falta de saneamento e higiene são visíveis na maior parte dos locais. Lixos, esgotos a céu aberto, entulhos, entre outros, comprometem a qualidade do local, como na imagem seguinte:

Figura 59 - Lixos e esgoto a céu aberto ao redor da área.



Fonte: Própria autora, 2017.

As terras do Engenho Ramos são de propriedade privada e isto pode ocasionar em um impasse para a devida proteção do sítio histórico do local, visto que, ao analisar o estado de conservação das edificações históricas e a precariedade de infraestrutura observada para o novo uso e também mencionada pela FUNDARPE e por alguns autores, verifica-se um completo descaso e despreço pela história ali vivida.

5 DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DO ENGENHO

O IPHAN, em seu Programa Monumenta, esclarece que os Sítios Históricos são “locais privilegiados onde repousam experiências coletivas e princípios de identidade” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005). De acordo com o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, o interesse em conservar os bens dos sítios históricos se dá pela sua ligação a fatos que tiveram uma importância significativa para o Brasil, assim como pelo seu valor histórico, artístico, bibliográfico, entre outros.

Conforme a Recomendação de Paris (1962), como mencionado anteriormente, a proteção e salvaguarda das paisagens e dos sítios abrangem não somente os sítios isolados, mas também, os territórios que a ele pertencem. De acordo com esta Recomendação, os sítios naturais, assim como os sítios urbanos e rurais devem ser protegidos e ainda, as áreas das proximidades dos monumentos também devem ser asseguradas. Ainda segundo a Recomendação, os perigos que ocorrem nos sítios devido a certas atividades de trabalho ou formas de vida da sociedade contemporânea, devem ser levados em consideração quando o assunto se trata da salvaguarda dos sítios e paisagens.

O planejamento urbano ou o planejamento territorial das áreas rurais deveriam conter disposições relativas às restrições a serem impostas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios – inclusive os que não possuem proteção legal – que se encontrem no território abrangido por esses planos. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1968, p. 05)

Entre as medidas de salvaguarda, a proteção legal dos sítios isolados afirma que os sítios isolados e aqueles que possuem pequenas dimensões, sejam eles naturais ou urbanos, e paisagens e terrenos que possuam um interesse excepcional, deveriam estar sob a proteção da lei. Além desta, a Carta de Veneza (1964), afirma em um dos seus artigos, que uma das maneiras de conservar seus monumentos é dar-lhes uma destinação útil à sociedade e que esta destinação não deve alterar ou alterar o mínimo possível a disposição dos edifícios. Esta carta ainda aponta para a preservação dos sítios monumentais, uma vez que estes devem estar sob cuidados especiais para a proteção e garantia de seu saneamento, manutenção e valorização.

A Carta de Petrópolis (1987) afirma que para a preservação dos edifícios urbanos é fundamental a integração de órgãos de âmbito federal, estadual e municipal, assim como também, a participação da sociedade como uma maneira

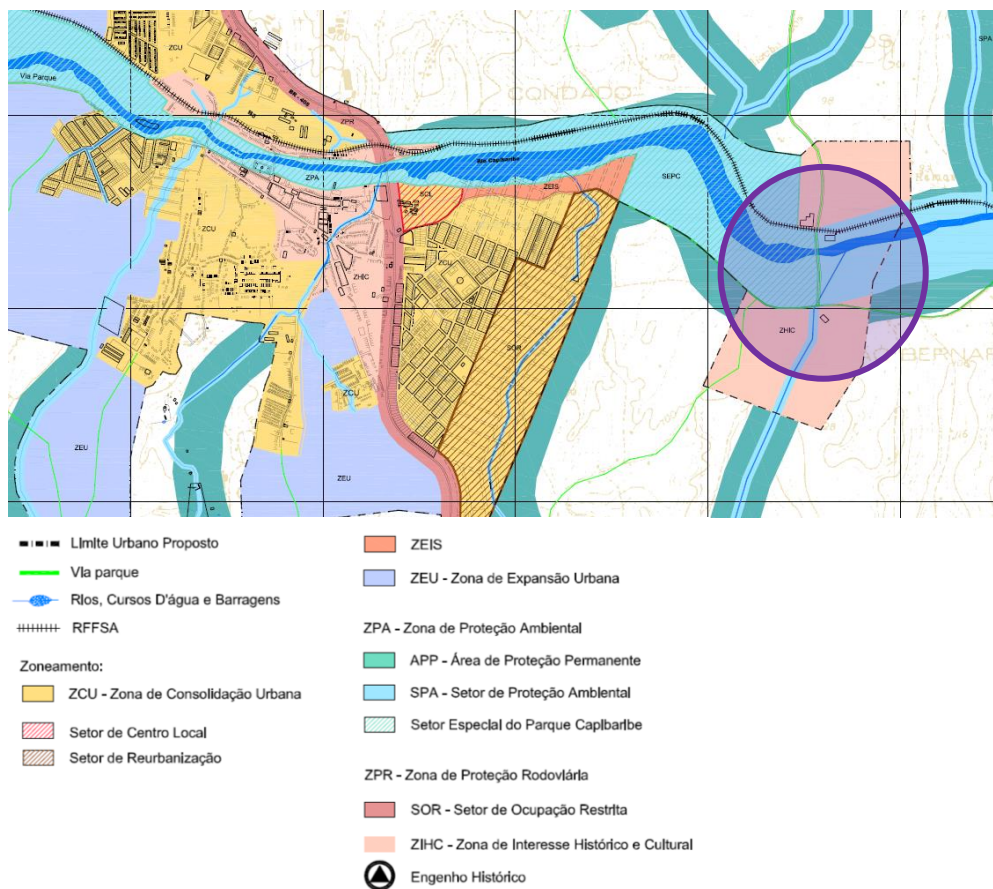
imprescindível de preservá-los e tem como definição de Sítio Histórico, a seguinte afirmativa:

[...] parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 01).

Assim, quando se trata do Engenho Ramos, tem-se primeiramente como um local que teve uma importância sublime para a economia brasileira e também pernambucana, e, além disso, temos uma vasta experiência vivida por pessoas que vão desde sua importância ilustre no cenário cultural e artístico pernambucano, até pessoas modestas que contribuem para a construção, renovação e transformação do significado representativo do lugar, assim como também, os fatos vivenciados dentro de um contexto histórico e social de uma época, que nos levam a conhecer mais profundamente, como eram os comportamentos, gostos, e características numa relação tempo/espaço e ainda, a cana-de-açúcar como uma das mais importantes atividades econômicas e que durante muitos anos foi a base da economia colonial, são fatores que traduzem a necessidade de dar maior ênfase à preservação do sítio e de seus significados.

O Plano Diretor da Paudalho (2002) define a zona que abrange as terras do Engenho Ramos como ZIHC (Zona de Interesse Histórico e Cultural), como assinalado na imagem a seguir, e tem como definição “os núcleos de origem dos assentamentos, as localidades e conjuntos edificados que servem de referência histórica e compõem a identidade cultural do Município” (Plano Diretor de Paudalho, 2002). A figura 60 mostra o zoneamento da cidade:

Figura 60 - Zoneamento do município de Paudalho.



Fonte: Plano Diretor, 2002.

As Zonas de Interesse Histórico e Cultural têm como principal critério, a valorização das áreas de interesse histórico-cultural. Dentre as diretrizes, estratégias e ações para as intervenções urbanísticas e viárias, extraídas do Plano Diretor de Paudalho (2002), estão:

- Conservar as atividades turísticas, protegendo os CIEPS (Conjunto de Imóveis Especiais de Preservação) e implantando circuito de infraestrutura turística, como a pavimentação de acesso aos estacionamentos, sinalização e apoios;
- Delimitar as áreas de proteção do Patrimônio Histórico, implantando perímetros de proteção em imóveis, conjuntos históricos, conservação dos padrões existentes de volumetria (coberta e fachadas), gabaritos e alinhamento das edificações;
- Integrar os núcleos históricos à sede, implantando vias de ligação,

como as Vias- Parques ao longo da estrada de ferro, como a Via-Parque Centro, que vai de São Severino do Ramos a Pirassirica; via local que do bairro da Primavera até São Severino do Ramos, e a requalificação de equipamentos públicos como praças, mercados e áreas de lazer.

- Implantar parques eco turísticos em Engenhos e outros equipamentos históricos e de relevância ambiental, viabilizando a implementação de propostas para a exploração de oportunidades do turismo religioso (São Severino) e em áreas de relevância histórica e eco turística, além de explorar o perfil educativo e turístico e redimensionar o tratamento e destacar o valor histórico e ambiental destas estruturas existentes.

Para garantir a preservação das características morfológicas e tipológicas dos assentamentos, foram definidos pelo Plano Diretor, os parâmetros urbanísticos a seguir:

- Afastamentos frontal, laterais e fundos devem seguir o alinhamento predominante e conforme as características do conjunto.
- O gabarito deve seguir o conjunto ou o conjunto dos edifícios adjacentes;
- A taxa de solo natural em 30%;
- Elementos de Preservação: Volumetria, Gabarito e Coberta; Fachada: aberturas, elementos estilísticos e ornamentos;
- Devem receber análise especial os lotes vazios e imóveis descaracterizados.

Além destas, as áreas ambientais que ficam ao redor do local em questão são classificadas como ZPA (Zona de Proteção Ambiental), são aquelas áreas destinadas à preservação e à conservação do meio ambiente, subdivididas em: SPA (Setor de Proteção Ambiental), assim como também, SEPC (Setor Especial do Parque Capibaribe). Estas áreas, extraídas do Plano Diretor de Paudalho (2002), abordam os seguintes critérios:

- SPA (Setor de Proteção Ambiental): compreende as áreas onde predominam atividades agropecuárias, de extrativismo e áreas de fundo de vales, para as quais serão realizados mapeamentos de identificação e delimitação para a implantação de normas de parcelamento e ocupação visando proteger o meio ambiente;
- SEPC (Setor Especial do Parque Capibaribe): compreende as áreas situadas às margens do Rio Capibaribe, destinadas à recuperação de vegetação ciliar para assegurar espaços urbanos de amenização ambiental, bem como reservar áreas para a implementação de lazer urbano.

Com base nas afirmações citadas anteriormente, tendo em conta a importância cultural e histórica que o Engenho Ramos possui e, levando em consideração a situação atual que as respectivas edificações que compõem o engenho, assim como o sítio ao qual elas estão inseridas estão vivenciando, verifica-se a necessidade de propor diretrizes de preservação para que desta maneira sejam mantidas as características, assim como também, a memória e dualidade de significados.

Visto que as diretrizes propostas para as áreas históricas contidas no Plano Diretor de Paudalho, de acordo com os estudos e análises realizadas, são defasadas e não estão atendendo a área em que se encontra o sítio histórico de São Severino do Ramos, foram diagnosticados os problemas e as potencialidades identificadas no local.

5.1 Problemas e Potencialidades

Baseado nas necessidades da área de São Severino do Ramos foram diagnosticado os problemas e potencialidades encontrados no sítio, com o intuito de solucionar as disfunções e adequar às necessidades dos usuários, e também, potencializar aquilo que se encontra em bom estado de conservação, dando ênfase às potencialidades encontradas. A tabela a seguir mostra primeiramente, os problemas encontrados no sítio e em seguida, as potencialidades diagnosticadas na área:

Tabela 1 - Tabela de Problemas

PROBLEMAS	
Imóveis Ociosos e Precariedade do Patrimônio edificado	Boa parte das edificações que compõem o engenho está em desuso, o que provoca a degradação gradativa das edificações. Muitas dessas, apesar de não estarem cumprindo a sua função primitiva, são testemunhos de histórias ali vividas e merecem ser preservadas, podendo ser empregadas para novos usos, contribuindo para o desenvolvimento do local e do município de Paudalho como um todo.
Comércio informal como um agente descaracterizador	O comércio informal existente na área é um agente que descaracteriza a paisagem edificada e natural do antigo engenho. Cobertas das barracas são exemplos de elementos que não seguem nenhuma tipologia arquitetônica. Embora sejam permanentes, as barracas têm aspecto de instalações provisórias, são extremamente precárias, constituídas de materiais de má qualidade e interferem negativamente na leitura do conjunto edificado.
Insegurança	Este é um dos fatores que agravam ainda mais a situação do Ramos, uma vez que, no local ocorrem muitos assaltos e dificilmente, encontram-se policiais para fazer a segurança do local.
Falta de pontos de apoio ao turista	Os romeiros e visitantes que vão ao local não têm acesso às informações dos acontecimentos que ali ocorrem, como os eventos, locais como restaurantes, bares, entre outros. E ainda, centros de saúde que proporcionem assistência aos visitantes, levando em conta que boa parte dos usuários são idosos.

Mobilidade	O fato de não haver um ordenamento do fluxo dos diferentes modais que usufruem do local faz com que haja um desordenamento na transição dos veículos e pedestres. Veículos motorizados e não motorizados disputam o lugar com as pessoas em meio ao comércio informal.
Infraestrutura	O local carece de infraestrutura adequada como saneamento, higiene, entre outros.

Fonte: Própria autora, 2017.

Tabela 2 - Tabela de Potencialidades

POTENCIALIDADES	
Sítio Histórico	O sítio histórico é composto de edificações com características arquitetônicas diversas e que contribuíram para a construção da história no local. Seu patrimônio cultural é um forte impulsionador do turismo.
Atrativo Comercial	Apesar do comércio desordenado, este é um grande propulsor da economia local, sendo uma das fontes econômicas que geram renda ao município.
Potencial Turístico	O fato de receber inúmeras pessoas de cidades e estados distintos, torna o local como um atrativo turístico bastante desejado, uma vez que, apesar das dificuldades encontradas, oferece lazer e diversão para os seus usuários.
Áreas com grande quantidade espaços livres	Como o sítio Histórico de São Severino do Ramos se encontra em uma área rural, a quantidade de espaços livres para serem aproveitados pelos usuários é imensa, e isso ocasiona certa fluidez ao local.
Rede Fluvial-Rio Capibaribe	O Rio Capibaribe que está próximo ao sítio pode vir a ser um grande atrativo turístico e comercial local, além de ajudar no lazer.

Fonte: Própria autora, 2017.

Conclui-se que o turismo é o principal agente potencial do local, uma vez que é através dele, que as relações sociais são ali trocadas. O sítio histórico, assim

como os atrativos comerciais e a grande quantidade de espaços livres são fatores que contribuem ainda mais para a capacidade turística do lugar. Entretanto, problemas como a falta de conservação dos imóveis, a falta de infraestrutura do local, a insegurança e a mobilidade existente, entre outros, são impasses que dificultam o pleno desenvolvimento. Apesar destas disfunções, é notório que o sítio histórico de São Severino do Ramos é um lugar que possui condições favoráveis para preservação através de diretrizes bem planejadas e que assegurem, acima de tudo, a preservação do conjunto edificado e de seu entorno, contribuindo para a qualidade do local e atendendo a população de maneira adequada.

Seguidamente, serão apresentadas as diretrizes para o Sítio histórico de São Severino do Ramos, começando pela efetivação do **tombamento**, como uma forma jurídica de propor parâmetros legais para a preservação; em seguida, dar um **novo uso** às edificações ociosas, sendo esta, uma das maneiras mais apropriadas de se preservar; e posteriormente, **diretrizes gerais** que abarcam a área como um todo. Estas diretrizes gerais foram subdividas em quatro eixos principais, que são: Eixo de Mobilidade Urbana, Eixo de Uso e Ocupação do Solo, eixo Social e Eixo de Saneamento ambiental, fragmentadas dessa forma, levando em consideração as necessidades do sítio.

5.2 Do tombamento

O santuário de São Severino do Ramos vem sendo alvo durante anos, de especulações por parte do Poder Público Municipal para transformar a área num grande polo de turismo religioso. Em dezembro de 2016, o atual prefeito de Paudalho Marcelo Gouveia, juntamente com Diretor de Estruturação do Turismo da EMPETUR Antônio Faria, visitou o santuário com o intuito de analisar o potencial turístico da área. Foi comprovado que este possui um grande potencial econômico e turístico e que os estudos que foram feitos com esta visita “vão edificar o melhor caminho para estruturação do polo de São Severino, para que possa dá mais conforto aos turistas e potencializar a geração de emprego e renda” (Portal da Cidade de Paudalho. Disponível em: <http://paudalho.portaldacidade.com/noticias/2744-paudalho-sao-severino-dos-ramos-recebe-visita-para-analise-do-potencial-turistico>. Acesso em: 28 de novembro de 2017).

Além da visita do atual prefeito, os antigos gestores também tiveram a ideia de transformar o lugar, porém, sem sucesso. Ao se tratar do antigo Engenho Ramos, a FUNDARPE, no ano de 2011, realizou um exame técnico para o tombamento do local, processo este que foi deferido no mesmo ano, o que segundo informações prestadas pelo órgão, o processo não teve continuidade.

O tombamento é o instrumento jurídico que foi criado no ano de 1937 pelo Decreto-lei nº 25 que visa à proteção do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com Rabello (2015), o objetivo do tombamento é a “preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos” (RABELLO, 2015, p. 03).

A CF de 1988 fundamenta, através dos artigos 215 e 216, o interesse público da preservação de bens culturais através do tombamento, e estabelece que, é competência comum da União, estados e municípios, a preservação dos bens culturais de acordo com o artigo 23, incisos III e IV, que diz,

[...] III – Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico, e cultural (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

É através do tombamento que o poder público preserva bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, artístico e também, bens de valor afetivo para a população, ou seja, àqueles de interesse da memória coletiva, impedindo a destruição ou descaracterização desses bens. Consequentemente, o tombamento “serve para preservar o direito coletivo público ao patrimônio cultural nacional, estadual ou municipal, do qual as coisas, públicas ou privadas, podem ser portadoras” (RABELLO, 2015, p. 04). De acordo com o artigo 17 do Decreto de Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937 que diz:

[...] Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937., 1937).

Além disso, uma das consequências do tombamento é a delimitação de uma área de proteção na sua vizinhança, sendo uma forma de garantir a apreciação do bem tombado. Esta área, chamada de entorno do bem tombado, de acordo com Rabello (2015) está também sob proteção da Administração Pública. O artigo 18 do Decreto de Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, menciona que:

[...] Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937., 1937).

De acordo com esse artigo, visibilidade é ver o bem cultural inserido dentro de um ambiente rural ou urbano de maneira que não haja nenhum impedimento ao apreciá-lo. Desta maneira, ao impedir a visibilidade, não há a conservação da ambiência no entorno do bem. De acordo com Cureau (2009)

A preocupação com a visibilidade do bem cultural pode justificar a desapropriação ou o tombamento de outro(s) imóvel(eis) para isolar, desembaraçar a visão, sanear ou valorizar um imóvel tombado ou em processo de tombamento (CUREAU, 2009, p. 01)

Dessa forma, e levando em consideração o potencial e os atrativos encontrados na área, a primeira providência a ser tomada para a preservação do sítio histórico de São Severino do Ramos, é dar continuidade ao processo de

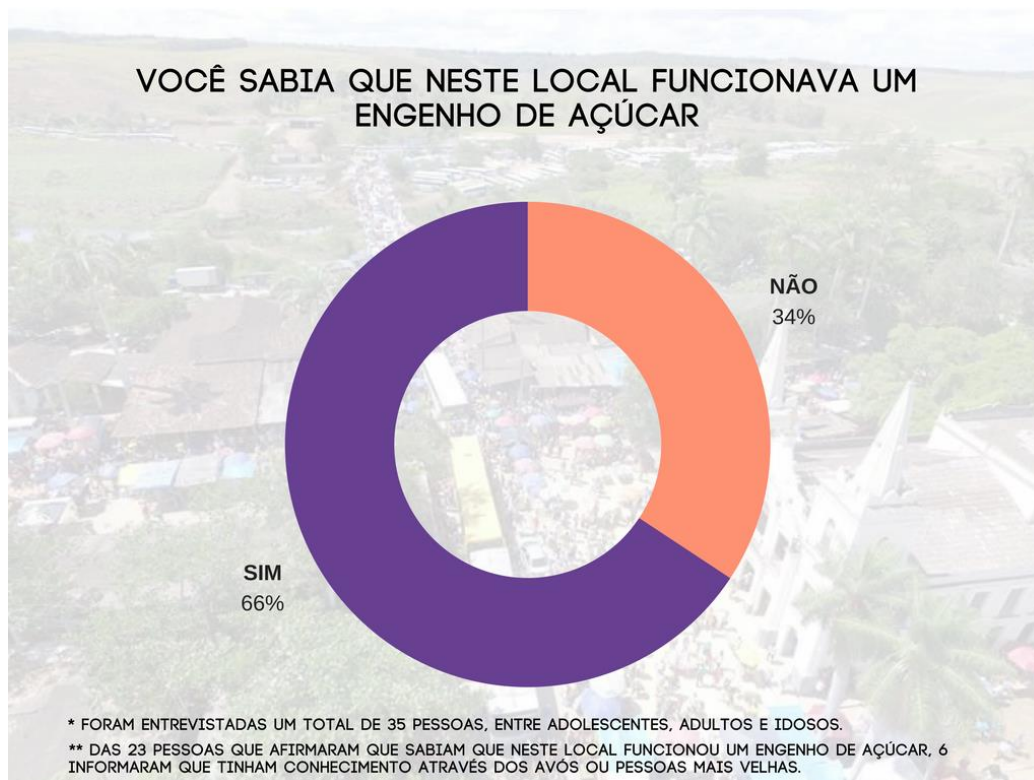
tombamento, uma vez que, é um ato jurídico e legal que implica não apenas no reconhecimento do valor cultural do bem, mas também, preservar aquilo que tem importância para a população, instituindo parâmetros especiais de proteção para a área, impedindo a destruição do bem.

5.3 Do novo uso das edificações

Uma vez que um dos problemas encontrados é a ociosidade dos imóveis, e que o uso é uma das maneiras mais adequadas de preservar um bem, foi realizada uma pesquisa em campo através de um questionário com os usuários do Santuário de São Severino do Ramos, pois, considerou-se neste trabalho que entre os diversos fatores a serem considerados para propor melhores condições aos usuários do local é levar em consideração as opiniões e desejos dos próprios usuários do lugar, como afirma a Carta de Burra (1980) que reconhece que há a necessidade de incluir a perspectiva das pessoas nas decisões patrimoniais. Então, foi aplicado um questionário a 35 pessoas, com uma faixa etária a partir de 12 anos, como mostra o gráfico a seguir.

Houve uma grande dificuldade em entrevistar os usuários, uma vez que, primeiramente, como é um lugar de comércio e o fluxo de pessoas é imenso, muitos deles ao serem abordados retiravam-se para não serem entrevistados e também, ao fazer os questionamentos, alguns deles respondiam de maneira rápida e tímida, o que impedia de dar continuidade ao questionário. Foram entrevistados, dentro das faixas-etárias anteriormente mencionadas, romeiros, visitantes do local e comerciantes de um modo geral. São pessoas advindas de diversas cidades pernambucanas como Bezerros e Gravatá, entre outras, e de estados como São Paulo, Porto Alegre, Bahia e Paraíba. A primeira pergunta realizada aos usuários foi se eles sabiam que naquele local já havia funcionado um engenho de cana-de-açúcar, a fim de descobrir, primeiramente, se o engenho está inserido dentro da memória individual e coletiva da população, pois, o Engenho Ramos, hoje inoperante, não só como unidade produtora de açúcar, fator importante para a construção da economia brasileira, mas também, em relação às suas edificações e a história vivida no local, são importantes representações para a história e a memória da sociedade.

Figura 61 - Primeira pergunta elaborada aos usuários.

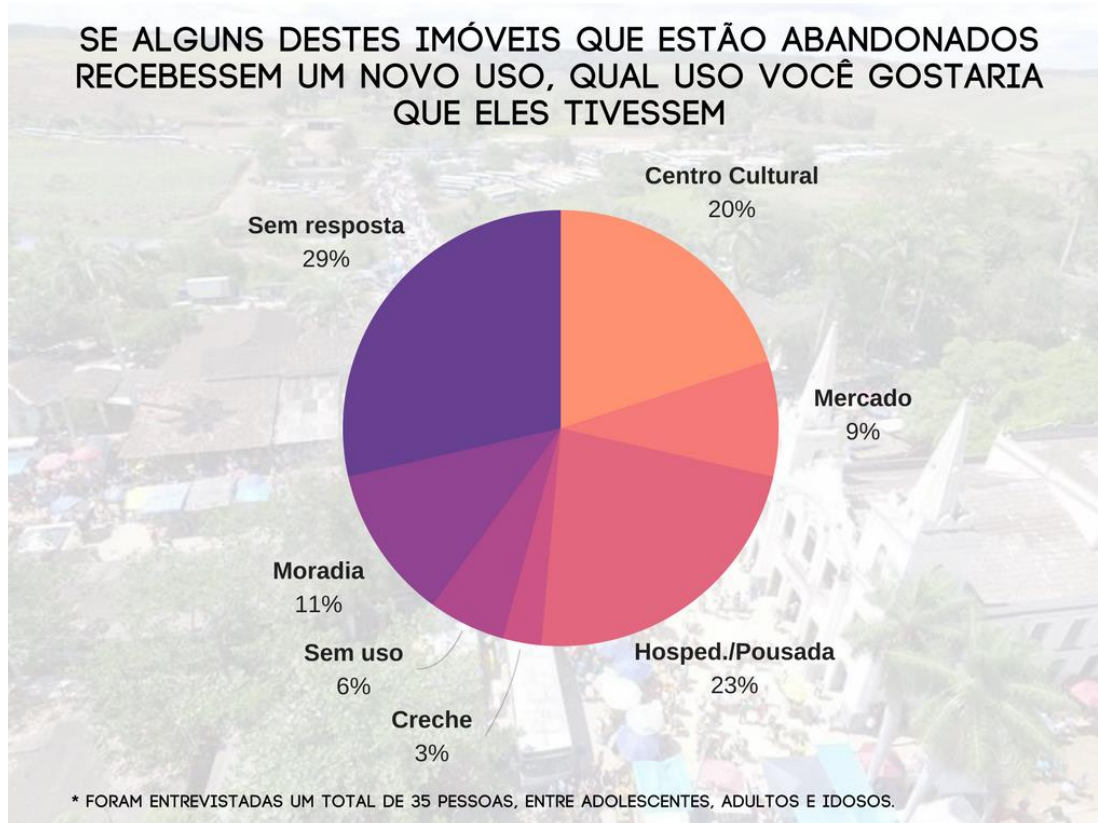


Fonte: Própria autora, 2017.

Das 35 pessoas entrevistadas, 23 delas disseram que sabiam da existência de um engenho de cana-de-açúcar, e as outras 13 pessoas disseram que não tinham o conhecimento. Das 23 pessoas que afirmaram conhecer o local, 6 pessoas, de um modo geral os adolescentes, informaram que tinham o conhecimento através de pessoas mais velhas como os avós, por exemplo, que contavam que no local onde hoje é o santuário de São Severino do Ramos, funcionou o Engenho Ramos. Apesar do número de pessoas entrevistadas ser diminuto, pode-se concluir que o antigo Engenho Ramos está inserido na memória dos usuários, mesmo que essa memória seja herdada, ou seja, passada de geração em geração, contada de pessoas mais velhas para os mais jovens.

Em seguida, foi questionado que uso elas gostariam que as edificações que estão degradadas, fechadas e em desuso tivessem, dando opções para as pessoas, como por exemplo: um Centro Cultural, com cinema, peças teatrais, projetos musicais, exposições contando a história do antigo engenho, entre outros, brinquedotecas, áreas para descanso, etc.; mercado, que servisse para os próprios comerciantes que estão nas ruas vender dentro dos imóveis; entre outros.

Figura 62 - Segunda pergunta elaborada aos usuários.



Fonte: Própria autora, 2017.

Apesar do uso adequado ser aquele compatível com a função primitiva dos imóveis, as necessidades atuais do local podem vir a ser instaladas nas construções antigas, uma vez que ocasione o mínimo de intervenções possíveis. A maior parte dos entrevistados, mais precisamente, 10 pessoas não sabiam responder a estes questionamentos, entretanto, 8 pessoas optaram por ser hospedaria ou pousada, uma vez que as pessoas que vêm de longe não tem lugar para dormir, fazendo com que muitos durmam nas calçadas ou dentro dos seus carros e ônibus fretados; 7 pessoas optaram por ser um centro cultural, com o intuito de proporcionar mais entretenimentos culturais a área; 3 pessoas optaram por fazer desses imóveis um mercado, que tivessem lojas para compras, além de ser utilizado pelos próprios comerciantes do Ramos; 4 pessoas escolherem moradia, 1 pessoa uma creche e 2 pessoas escolheram destruir o patrimônio edificado ou não dar uso nenhum, deixando da forma que está, para que o processo de ruína aconteça por ele mesmo.

Ao entrevistar os usuários, foi diagnosticado que, boa parte deles gostariam de usos que servissem ao que está consolidado no local como, por exemplo, o uso

do mercado para que os comerciantes que estão nas ruas, possam estar situados em locais adequados, longe dos fatores externos como sol, chuva, poeira entre outros. Semelhante a isso, foi percebido que as funções de hospedaria/ pousada ganharam destaque, uma vez que boa parte destes romeiros que vêm de locais distantes, não encontram lugares para se instalar ou descansar durante o dia. Além destes, a opção por um centro cultural que traga opções variadas de entretenimento foi uma das opções que obteve maior destaque, uma vez que, além do comércio e das práticas religiosas, não existe nenhum outro atrativo turístico que permeie o local.

Portanto, entre as diretrizes propostas para proporcionar uma nova função para as edificações em desuso, estão:

- I. Selecionar as edificações de acordo com o seu uso primitivo para receber novos usos compatíveis que dinamizem a prática do turismo e proporcione condições favoráveis como, por exemplo: Os imóveis que serviam anteriormente como hospedaria possam ser requalificados, a fim de impulsionar a ida dos romeiros e visitantes ao local, cobrando taxas significativas para a manutenção da hospedaria, levando em consideração que a maior parte dos usuários do sítio são de baixa renda;
- II. A Casa-grande, por exemplo, pode ser utilizada como um museu que conte a história de pessoas no cenário artístico e cultural como Gilberto Freyre e Mário Mello, que conte a história de como era produzido o açúcar e a sua importância para o cenário econômico brasileiro, e também da família que ali viveu, dos costumes da época em que o engenho estava em operação, como roupas, linguagem, utensílios;
- III. Os galpões, como foram construídos numa época mais atual, que sejam grandes locais culturais, que tragam exposições de música, teatro, levando também, os artistas locais da cidade, a fim de impulsionar a cultura regional;
- IV. Em relação às outras edificações, que sejam proporcionados usos que contribuam para as práticas religiosas, de turismo e lazer, a serem estudadas de acordo com as necessidades dos usuários.

5.4 Diretrizes gerais

Nas tabelas a seguir, estão propostas as diretrizes gerais do sítio histórico como um todo a fim de potencializar as características positivas do local, e também, reestruturar e requalificar o local como um todo, levando em consideração os pontos que se encontram em péssimo estado.

Tabela 3 - Tabela de diretrizes para Mobilidade Urbana.

EIXO PRINCIPAL	SUBITEM	EIXO ESPECÍFICO	OBJETIVOS	DIRETRIZES
MOBILIDADE URBANA	MEIOS DE TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO	BICICLETA	Predispor o local para receber o uso da bicicleta com o intuito de incentivar a utilização deste modal, não apenas como um meio de locomoção, mas também, para a prática de lazer e turismo.	Incluir bicicletários em locais estratégicos impulsionando o uso deste modal como meio de transporte para a prática do turismo;
				Implantar ciclo faixas em locais em que haja a passagem de outros veículos;
				Promover a implantação de rotas de passeios ciclísticos com a finalidade de conhecer os arredores do local, como trilhas em áreas de mata, entre outros.
		PEDESTRE	Priorizar o pedestre nas vias principais para a livre circulação, adequando-as e tornando-as acessíveis.	Adequar as calçadas tornando-as acessíveis para o livre fluxo de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida;
				Priorizar a livre circulação dos pedestres no local, fazendo das vias centrais, locais entre outros, apenas para a circulação de pedestres;
				Incentivar o tráfego de pedestres implantando ao longo do percurso, elementos atrativos como áreas arborizadas com sombras, bancos para se sentar, entre outros.
	MEIOS DE TRANSPORTE MOTORIZADO	VEÍCULOS FRETADOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE E VEÍCULOS INDIVIDUAIS	Adequar locais apropriados para permanência destes e dar assistência aos motoristas que trazem os visitantes.	Criação de rotas exclusivas para o fluxo dos ônibus;
				Promover pontos de apoio aos motoristas, como locais de vendas de peças, oficinas, abastecimento, entre outros;
				Criação de espaços para estacionamentos de veículos de médio e grande porte antes da chegada ao santuário de forma que não atrapalhe a circulação de pedestres;
		VEÍCULO INDIVIDUAL (COMERCIANTES)	Priorizar este modal uma vez que é necessária a locomoção de determinados tipos de objetos para comercialização sendo essencial a utilização dos veículos para descarregar os produtos nos pontos de comércio.	Fixar um horário apropriado para a circulação de veículos nas áreas apropriadas aos pedestres, entre 05h00min e 07h00min e 16h00min e 18h00min para descarregar e recolher, respectivamente, os produtos de comércio;
Aumentar a fiscalização sobre determinados horários para não ocasionar transtornos na circulação dos modais.				

	INFRAESTRUTURA	SISTEMA VIÁRIO	Desafogar o trânsito nas vias principais.	Descentralizar as vias principais, criando novas rotas alternativas para ônibus de grande porte e veículos de pequeno e médio porte, sem interferir no fluxo dos pedestres dentro do local;
		PONTOS DE PARADA	Integrar os diversos tipos de transporte e disciplinar os pontos de parada.	Propor pontos de parada dos transportes alternativos como carros de praça, taxistas, kombis, antes da chegada ao santuário com o intuito de não interferir na livre circulação dos pedestres;

Fonte: Própria autora, 2017.

Tabela 4 - Tabela de diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo.

EIXO PRINCIPAL	SUBITEM	EIXO ESPECÍFICO	OBJETIVOS	DIRETRIZ
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ZONEAMENTO	ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL (ZIHC).	Assegurar a restauração, conservação e reabilitação do patrimônio e promover a conscientização da população quanto a importância deste patrimônio.	Propor um polígono de tombamento do sítio como um todo, tomando por base o polígono instituído pela FUNDARPE, a fim de valorizar, proteger e conservar as características do conjunto edificado e do entorno;
		Assegurar um novo uso às edificações como uma maneira de proporcionar a preservação para os imóveis;		
		Destacar os valores existentes as edificações históricas;		
		Criar cartilhas a serem distribuídas no local, tanto para os turistas, quanto para a população de Paudalho, contando um pouco da história do antigo Engenho Ramos proporcionando mais um meio de conhecimento para a população;		
		Retirar as intervenções descaracterizadoras e requalificar e restaurar as edificações históricas;		
		Promover um sistema circuito turístico que abarque todas as atrações turísticas do sítio, fazendo circuitos que liguem o sítio histórico de São Severino do Ramos, ao Mosteiro de São Francisco e também, a área dos milagres e outros engenhos nos arredores;		
		Criar instrumentos que estimulem a introdução de espaços públicos, nas edificações de impacto, voltados à inclusão de cultura, lazer e transportes não motorizados; Explorar o potencial turístico deste patrimônio;		
		ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (ZPA): SETOR DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (SPA) E SETOR ESPECIAL DO PARQUE CAPIBARIBE (SEPC)	Incentivar a proteção e conservação das áreas verdes existentes, garantindo a proteção dos mananciais como o Rio Capibaribe e dos ecossistemas e espaços verdes do sítio, além de incentivar a utilização de espaços para o lazer.	Programas de requalificação dos rios e áreas verdes promovendo áreas próximas ao rio que sirvam para contemplação das áreas verdes;
		Implantar projetos sociais de conscientização da população para assegurar a proteção das áreas naturais;		
		Criar passeios eco turísticos de barco no Rio Capibaribe;		
Criar áreas de lazer nas SEPC's como trilhas verdes, caminhadas, piqueniques, acampamentos, entre outros.				

Tabela 5 - Tabela de diretrizes para o Eixo Social.

EIXO PRINCIPAL	SUBITEM	EIXO ESPECÍFICO	OBJETIVOS	DIRETRIZ
SOCIAL	SEGURANÇA	INSEGURANÇA NO LOCAL	Prover às ruas uma segurança mais eficaz e que atenda às diversas escalas para assim diminuir a insegurança das ruas.	Criação de posto policial que dê suporte aos usuários do sítio histórico, promovendo a fiscalização e segurança do local;
				Uso de iluminação nas calçadas e fachadas das edificações;
				Introduzir pontos de iluminação nos espaços públicos existentes;
	TURISMO	ATRATIVOS TURÍSTICOS	Identificar os elementos que constituem um potencial turístico, como o Rio Capibaribe, o patrimônio edificado, a linha Ferroviária, as áreas ambientais, agregando seus valores para a prática do turismo.	Discernir áreas com atrativos turísticos e investir na infraestrutura das mesmas;
				Desenvolver o transporte turístico de passageiros por meio do sistema hidroviário através do Rio Capibaribe;
				Criar centros de atendimento e apoio ao turista como locais para informações referentes às programações festivas no local, como os horários das missas, aferimento da pressão dos mais idosos, restaurantes, e pontos turísticos;
				Incentivar a preservação das características do local;
				Criar cartilhas para conhecimento do engenho que estimule e explore a diversidade turística do sítio histórico como um todo e das histórias ali ocorridas.
				Criar rotas diversas que possa contemplar os pontos turísticos de toda a área do sítio histórico, como o as áreas de vegetação fechadas através de trilhas e caminhadas eco turísticas, passando do antigo engenho Ramos e contemplando os engenhos vizinhos;

	LAZER	LAZER	Proporcionar a interatividade social, assim como também, a qualidade de vida dos usuários, ampliando os espaços públicos, importantes áreas para a inclusão social.	Identificação das áreas que necessitam de equipamentos de esporte e lazer, levando em consideração as diversas faixas etárias que frequentam o local, mediante elaboração de diagnósticos;
				Instaurar quadras poliesportivas, pistas de skate, a fim de proporcionar ambientes de lazer para os turistas;
				Utilizar espaços públicos ociosos, dando novos usos que atendam a demanda da população;
				Criar espaços para descanso, uma vez que são quase inexistentes e não abarcam a quantidade de pessoas que frequentam o local;
	COMÉRCIO E BARES	PONTOS DE COMÉRCIO E BARES	Proporcionar o ordenamento adequado dos pontos de comércio.	Utilizar locais de grande quantidade de áreas livres e implantar a "Feira Livre" nestes locais a fim de desconcentrar as edificações garantindo a visibilidade dos bens históricos;
				Nos locais centrais, permanecer apenas alguns pontos de comércio de maneira que não interrompam a visibilidade dos bens edificados, tornando a área mais livre do fluxo de pessoas;
				Priorizar as áreas próximas a Igreja para o incentivo de práticas religiosas e turísticas deslocando os pontos de comércio e bares para outros locais;

Fonte: Própria autora, 2017.

Tabela 6 - Tabela de diretrizes para Saneamento Ambiental.

EIXO PRINCIPAL	SUBITEM	EIXO ESPECÍFICO	OBJETIVO	DIRETRIZ
SANEAMENTO AMBIENTAL	ESGOTAMENTO SANITÁRIO E SANEAMENTO BÁSICO	COLETA E TRATAMENTO	Promover e garantir a coleta seletiva e tratamento de esgotos.	Assegurar à população o acesso a um sistema de coleta e tratamento adequado dos esgotos, assim como também, reparar os esgotos a céu aberto, bocas de lobo, valas, entre outros, a fim de diminuir ou até mesmo sanar a incidência da proliferação de doenças, devido a insalubridade encontrada no local.
				Despoluir, se for identificado, o Rio Capibaribe e suas margens, e promover campanhas sociais incentivando a mantê-lo limpo;
	LIMPEZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	COLETA E DESTINAÇÃO	Incentivar e ampliar a coleta seletiva, reciclagem e a reutilização do lixo.	Implantação de lixeiras seletivas em pontos turísticos ou de grande fluxo, como parques e praças;
				Instituir campanhas de conscientização das pessoas para que cada uma delas faça a sua parte e conserve o lugar de maneira higiênica.

Fonte: Própria autora, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o antigo Engenho Ramos, hoje inoperante, localizado na zona rural da cidade de Paudalho-PE, assim como também, o sítio ao qual ele está inserido. É neste local que se encontra o santuário de São Severino do Ramos, nome que é dado ao local onde ocorrem as peregrinações religiosas.

Ao iniciar este trabalho, levantou-se a seguinte problemática: Em que medida é possível preservar a memória do antigo Engenho Ramos, assim como também, suas edificações e seu entorno, simultaneamente com as práticas religiosas já consolidadas do santuário de São Severino do Ramos, de forma a não interferir nas características e significados atribuídos a ambos?

Esta pesquisa buscou refletir sobre a possibilidade de preservar a memória do antigo Engenho Ramos concomitantemente com as práticas religiosas atuais do Santuário de São Severino do Ramos, uma vez que existe a dualidade dos significados pertencentes a ambos. Para que houvesse a asserção de que fosse possível essa consonância, foram descritos teoricamente conceitos como a importância da preservação do patrimônio, da memória e dos significados atribuídos ao bem.

Além disso, por meio do diagnóstico das características físicas do sítio, assim como do estado de conservação em que se encontra o local, foi possível concluir que este se encontra em degradado e em péssimo estado de conservação. Por meio dos questionários aplicados, concluiu-se que o antigo Engenho Ramos está atrelado ao imaginário da população, mesmo que esta memória aconteça de forma herdada, ou seja, aquela passada dos mais velhos para os mais jovens, mas ainda de modo pouco abrangente, o que resulta em poucas pessoas terem conhecimento sobre a importância histórica e cultural daquele conjunto edificado, cujos valores precedem a existência do atual santuário.

Além do mais, verificou-se que o poder público, assim como os proprietários da área, não tomam providências cabíveis para a preservação do patrimônio edificado e para proporcionar uma infraestrutura adequada para os usuários. Em contrapartida, observa-se um potencial cultural e turístico muito forte, o que só aumenta as possibilidades de tornar o local para ser utilizado de maneira adequada, com boas condições de salubridade.

Conclui-se que é exequível a preservação da memória do antigo Engenho Ramos, simultaneamente com o Santuário de São Severino do Ramos, uma vez que ambos são agentes expressivos da cultura, e que estão enraizados na memória, tanto individual quanto coletiva da população.

A partir desta pesquisa, foi possível elaborar diretrizes para a preservação do Sítio Histórico de São Severino do Ramos, proporcionando novos usos às edificações que não cumprem sua função social, além de diretrizes para adequação das condições de saneamento ambiental, reordenamento da mobilidade urbana do local, assim como também, a efetivação da proposta de tombamento do sítio histórico.

A partir das reflexões expostas no presente trabalho e toda a problemática aqui abordada, espera-se que os valores histórico-cultural do Engenho Ramos, concomitantemente com a permanência e requalificação do santuário de São Severino do Ramos, consolidando a dualidade de significados existente naquele local, se torne realidade para que parte significativa da história do estado de Pernambuco permaneça viva para as gerações futuras.

Contudo, não se pretendeu, com a elaboração do presente estudo, esgotar os temas nele percorridos. Haverá, sempre, espaço para complementações, ajustes e desdobramentos que possam contribuir para a preservação de nossa memória.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. S. D. **Paudalho Terra dos Engenhos**. Paudalho: Avellar Gráfica e Editora LTDA., 1990.

CAFÉ, D. C. **PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DO TERRITÓRIO DE ALCANENA**. Lisboa: [s.n.], 2007.

CARTA DE ATENAS. **Carta de Atenas**. [S.l.]: [s.n.], 1931.

CARTA DE BURRA. **Carta de Burra**. [S.l.]: [s.n.], 1980.

CARTA DE PETRÓPOLIS. **Carta de Petrópolis**. [S.l.]: [s.n.], 1987.

CARTA DE VENEZA. **Carta de Veneza**. [S.l.]: [s.n.], 1964.

CARVALHO, A. R. D. M.; NASCIMENTO, A. M.; ROAZZI, A. Religiosidades populares e a experiência do lazer: um estudo com romeiros de São Severino dos Ramos a partir da Teoria das Facetas. In: CARVALHO, A. R. D. M.; NASCIMENTO, A. M.; ROAZZI, A. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

CHOAY. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Planalto- Presidência da República**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 Setembro 2017.

CUREAU, S. Ambiência e entorno de bens culturais. In: CUREAU, S. **Palestra proferida no IV Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural**. Ouro Preto: [s.n.], 2009. Disponível em: <<https://patrimonioespirtual.org/menu/ambiencia-e-entorno-de-bens-culturais/>>. Acesso em: 25 Novembro 2017.

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Planalto- Presidência da República**, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 25 Novembro 2017.

DVORÁK, M. **CATECISMO DA PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS**. 1º. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FREYRE, G. **Pessoas, animais e coisas**. 1º. ed. Porto Alegre- Rio de Janeiro:

EDITORA GLOBO, 1981.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Engenho Massangana. **http:** //www.fundaj.gov.br. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=127&Itemid=225>. Acesso em: 04 Outubro 2017.

FUNDARPE. **Exame técnico de tombamento da igreja de São Severino dos Ramos, Engenho Ramos – Paudalho/PE.** FUNDARPE. Recife, p. 11. 2011.

G1 PE. Museu do Trem reabre na Estação Central Capiba, no Recife. **http:** //g1.globo.com, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/12/museu-do-trem-reabre-na-estacao-central-capiba-no-recife.html>>. Acesso em: 05 Outubro 2017.

GOOGLE Maps. **Google Maps**, 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

HAZIN, M. M. V. Rede de proteção integrada – alternativa de salvaguarda do patrimônio cultural como um meio sustentável para o tombamento. **ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO**, Recife, v. 03, 2013.

IPHAN. Patrimônio Cultural. **IPHAN**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 29 Setembro 2017.

JC ONLINE. <http://jconline.ne10.uol.com.br/>. **Jornal do Commercio**, 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/03/15/engenho-poco-comprido-entre-a-historia-e-o-vazio-121525.php>>. Acesso em: 04 Outubro 2017.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 2003.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico.** 5^o. ed. São Paulo: brasiliense, 2006.

LINS, A. P. M. D. B. D. C. **A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural.** Recife: [s.n.], 2014.

MAGALHÃES, A. C. D. O. **SIGNIFICÂNCIA E CONSERVAÇÃO:** Um estudo sobre a percepção da significância cultural e a sua relação com a conservação do bem patrimonial: o caso do centro histórico de Marechal Deodoro, Alagoas. Recife: [s.n.], 2012.

MARINHO, A. L. D. S. **MITO E EXPRESSÕES DE RITO: SÃO SEVERINO MÁRTIR DO ENGENHO RAMOS**. Salvador: [s.n.], 2007.

MARINHO, L. D. S. O sagrado na teia das redes geográficas do turismo em Pernambuco. Um estudo sobre o Santuário de São Severino, Paudalho-Pernambuco. In: MARINHO, A. L. D. S. **Dissertação(Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife: [s.n.], 2008.

MARINHO, L. D. S. **O sagrado na teia das redes geográficas do turismo em Pernambuco. Um estudo sobre o Santuário de São Severino, Paudalho-Pernambuco**. Recife: [s.n.], 2008.

MELHORES DESTINOS. Guia dos destinos. **Melhores Destinos**. Disponível em: <<https://guia.melhoresdestinos.com.br/paco-alfandega-108-2124-l.html>>. Acesso em: 02 Outubro 2017.

MELO, S. T. Infância no Ramos. **Facebook**, 12 Julho 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=440905099274356&set=pb.100000646105082.-2207520000.1489455112.&type=3&theater>>. Acesso em: 11 Março 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: [s.n.], 2005.

MUITO MAIS QUE UM LIVRO. Livrarias pelo mundo. **Muito mais que um livro**, 2015. Disponível em: <<https://muitomaisqueumlivro.wordpress.com/2015/10/26/livraria-selexyz-bookstore-maastricht-holanda/>>. Acesso em: 27 Outubro 2017.

NORA, P. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares**. São Paulo: [s.n.], 1993.

NORMA DE QUITO. **Norma de Quito**. [S.l.]: [s.n.], 1967.

OLIVEIRA, A. F. B. D. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. In: OLIVEIRA, F. B. D. **Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Recife: [s.n.], 2002.

PANORAMIO. Panoramio. **http: //www.panoramio.com**, 2012. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/81471096>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

PE, C. Espaços Culturais. **http: //www.cultura.pe.gov.br**. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/casa-da-cultura/>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

PE, C. Espaços Culturais. **http:** //www.cultura.pe.gov.br. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museudotrem/>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

PEDROSA, P. C. **Significância Cultural como critério para conservação do Patrimônio Mundial**. Recife: [s.n.], 2011.

PEREIRA, A. I. O Santuário de São Severino do Ramos: Características de uma Devoção na Diocese de Nazaré. In: PEREIRA, A. I. **Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco**. Recife: [s.n.], 2014.

PLANO DIRETOR DE PAUDALHO. **Plano Diretor de Paudalho**. Paudalho: [s.n.], 2002.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: POLLAK, M. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. V, 1992.

PORTAL da Cidade de Paudalho. **http:** //paudalho.portaldacidade.com, 2016. Disponível em: <<http://paudalho.portaldacidade.com/noticias/2744-paudalho-sao-severino-dos-ramos-recebe-visita-para-analise-do-potencial-turistico>>. Acesso em: 28 Novembro 2017.

RABELLO, S. O tombamento. In: REZENDE, M. B., et al. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1ª. ed. Rio de Janeiro/Brasília:IPHAN/DAF/Copedoc: [s.n.], 2015.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. **Recomendação Paris Paisagens e Sítios**. Paris: [s.n.], 1962.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. **Recomendação de Paris de Obras Públicas e Privadas**. [S.l.]: [s.n.], 1968.

ROCHA, T. S. F. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). In: ROCHA, T. S. F. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio**: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. Mariana- MG: [s.n.], 2012.

RODRIGUES, Â. R.; CAMARGO, M. J. D. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, p. 140-165, Maio/Outubro 2010.

ROLIM, D. S. Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras-PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial. In: ROLIM, E. D. S. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA, HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DE SABERES**. Cajazeiras: [s.n.], 2010.

ROLIM, E. D. S. XXVII Simpósio Nacional de História. In: ROLIM, E. D. S. **Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes**. Natal- RN: [s.n.], 2013.

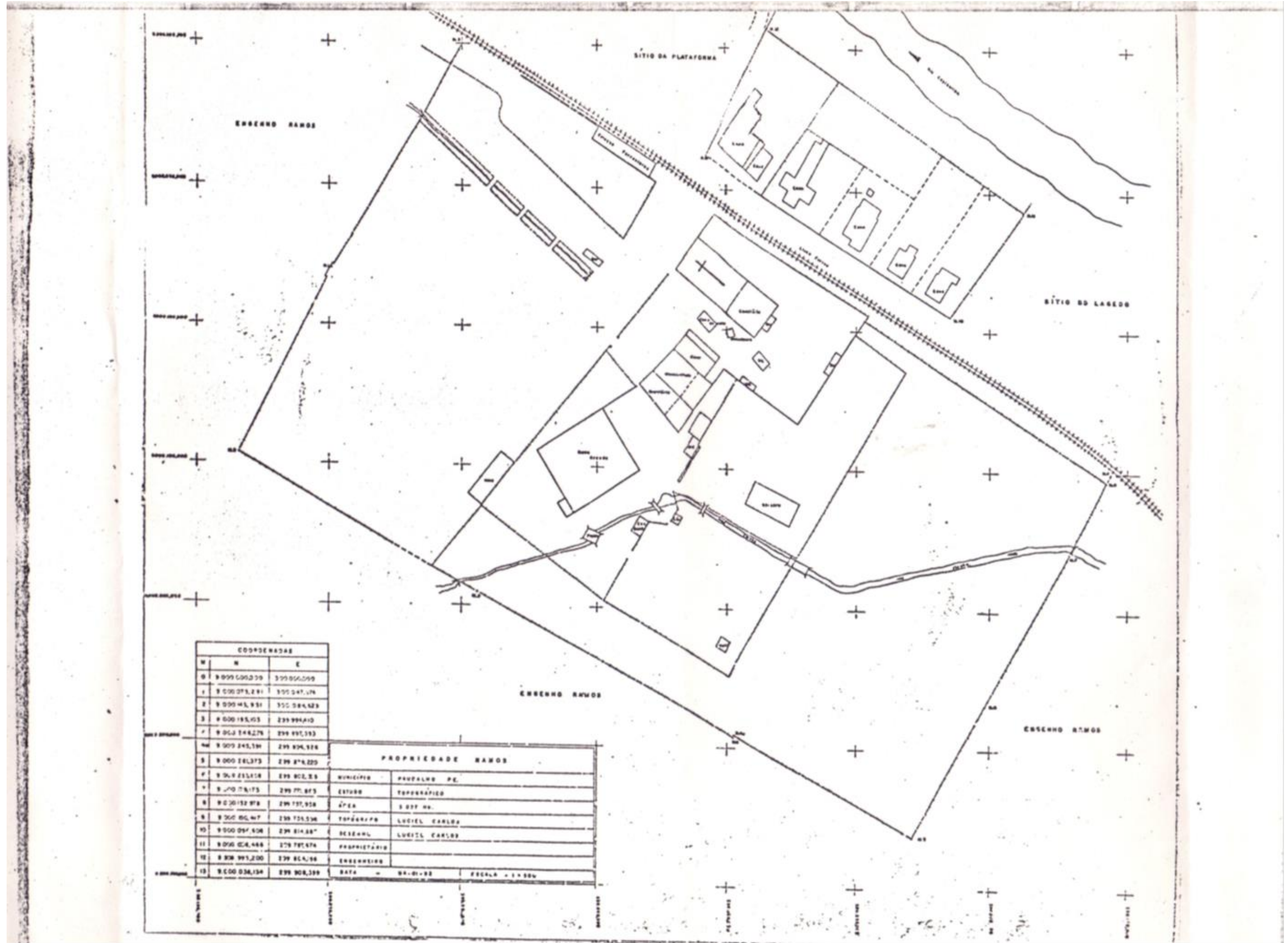
SILVA, G. G. D. **Engenho e Arquitetura**. 1^a. ed. Recife: Massangana, 2007.

TOMAZ, P. C. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL. **Revista Fênix**, São Paulo, v. 7, Maio/Junho/Julho/Agosto 2010.

ZAKON, A. O ENGENHO REAL DO AÇÚCAR DO BRASIL COLONIAL (1711). In: ZAKON, A. **A Engenharia Química desde os tempos do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

ANEXOS

ANEXO A– Planta das terras do Ramos, cedida por Severino Toscano de Melo.



COORDENADAS		
N	E	
0	8 000 500,00	3 000 000,00
1	8 000 275,29	3 000 047,14
2	8 000 44,95	3 000 044,62
3	8 000 185,03	3 000 000,00
4	8 000 244,27	3 000 000,00
5	8 000 245,19	3 000 000,00
6	8 000 243,73	3 000 000,00
7	8 000 233,18	3 000 000,00
8	8 000 076,17	3 000 000,00
9	8 000 132,97	3 000 000,00
10	8 000 06,47	3 000 000,00
11	8 000 097,50	3 000 000,00
12	8 000 024,48	3 000 000,00
13	8 000 001,00	3 000 000,00
14	8 000 036,14	3 000 000,00

PROPRIEDADE RAMOS			
1	8 000 233,18	3 000 000,00	MUNICÍPIO - PAUZELOS - PE.
2	8 000 076,17	3 000 000,00	ESTADO - TOPOGRAFIA
3	8 000 132,97	3 000 000,00	ÁREA - S. 007 N.
4	8 000 06,47	3 000 000,00	TOPOGRAFIA - LUCIEL CARLOS
5	8 000 097,50	3 000 000,00	DESENHO - LUCIEL CARLOS
6	8 000 024,48	3 000 000,00	PROPRIETÁRIO
7	8 000 001,00	3 000 000,00	ENGENHEIRO
8	8 000 036,14	3 000 000,00	DATA - 04-01-82 ESCALA - 1:500